

ALINE MONTEIRO GARCIA

Título: Políticas identitárias em análise nas lutas em defesa da diversidade sexual

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Programa de Pós-Graduação em Psicologia
Mestrado em Psicologia

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Katia Aguiar

NITERÓI
AGOSTO/2011

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

G216 Garcia, Aline Monteiro.
Políticas identitárias em análise nas lutas em defesa da diversidade sexual /
Aline Monteiro Garcia. – 2011.
94 f.
Orientador: Katia Aguiar.
Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Fluminense,
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, 2011.
Bibliografia: f. 77-83.
1. Sexualidade - Brasil. 2. Sexualidade (aspecto histórico). 3.
Subjetividade. 4. Política pública. 5. Comportamento sexual. 6. Identidade
(Psicologia). I. Aguiar, Katia. II. Universidade Federal Fluminense.
Instituto de Ciências Humanas e Filosofia. III. Título.
CDD 155.34

ALINE MONTEIRO GARCIA

Título: Políticas identitárias em análise nas lutas em defesa da diversidade sexual

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Departamento de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Prof^ª Dr^ª Kátia Aguiar

NITERÓI
AGOSTO/2011

ALINE MONTEIRO GARCIA

Políticas identitárias em análise nas lutas em defesa da diversidade sexual

NITERÓI, 11 de agosto de 2011

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho – Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dra. Lília Ferreira Lobo – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Marcelo Santana Ferreira – Universidade Federal Fluminense

Prof. Dra. Kátia Faria de Aguiar – Universidade Federal Fluminense

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a minha família (pai, mãe, vó e irmã), por sempre me apoiar, tanto emocionalmente quanto financeiramente, para dar seguimento aos meus estudos na área da Psicologia.

Agradeço a CAPES pela bolsa de estudos a mim concedida, possibilitando um maior investimento em minha carreira acadêmica e um melhor aproveitamento do curso de mestrado.

Aos colegas da Organização de Direitos Humanos Projeto Legal, local de trabalho que possibilitou a emergência da questão estudada nesta dissertação.

Aos colegas de trabalho do Centro de Atenção Psicossocial Sonho Real, pela paciência e compreensão nos momentos em que precisei me ausentar do serviço por conta deste estudo.

A todos os meus amigos que acompanharam esta trajetória de perto, não cito todos porque eles com certeza se reconhecerão neste agradecimento. Em especial, Luan Cassal, grande amigo e parceiro de atividades acadêmicas; e Luciana Cariello, amiga/ “esposa” que me possibilitou diversas experimentações do meu tema de mestrado.

À Universidade Estácio de Sá, por me dar a chance de iniciar a minha carreira acadêmica contratando-me na mesma época do encerramento do mestrado.

Ao professor Pedro Paulo, grande amigo que desde a graduação acompanha a minha trajetória profissional.

E à minha amiga e orientadora, professora Kátia Aguiar, pelos bons encontros, as esclarecedoras e potentes reuniões de orientações, pelo apoio e incentivo à minha vida acadêmica e profissional, pelas “dicas da vida”.

Aos amigos do mestrado, pelos bons encontros na Uff, na Cantareira, em Salvador, em São Paulo, nas festas, nas aulas, enfim, pessoas com as quais desejo eternizar relações.

*“Acho que gosto de São Paulo
Gosto de São João
Gosto de São Francisco e São Sebastião
E eu gosto de meninos e meninas”
(Legião Urbana)*

RESUMO

O movimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros) vem, nessa década, fazendo conquistas importantes no nível macropolítico das lutas, nomeadas como questões relativas à garantia de direitos por parte do Estado. No entanto, mesmo com o apoio de partidos políticos e com a participação de lideranças nos quadros governamentais, as discriminações relativas à sexualidade ainda são recorrentes. Tal constatação nos levou a pensar inicialmente que talvez essas lutas não deveriam se restringir à garantia de direitos, ainda que não descartassem a importância de tais ações. O acesso às práticas do movimento LGBT possibilitou vivenciar alguns tensionamentos dessa luta específica e outros que, a partir dos estudos empreendidos, nos apareceram como efeitos do modo de organização dos denominados NMS – Novos Movimentos Sociais. Considerando que uma das características definidoras desses movimentos é a construção de identidades como estratégia política, tivemos como objetivo nesse trabalho, investigar a relação entre a produção de subjetividades identitárias e as categorizações da sexualidade humana. Encontramos nas contribuições da microfísica do poder e da micropolítica do desejo, sustentação para o exercício de outros modos de fazer e pensar política, que favorecem o escape à lógica que categoriza, especifica e, sobretudo, discrimina. A militância, o direito e o próprio movimento LGBT aparecem aqui como operadores da análise das práticas tanto no que tange à reprodução do Mesmo, quanto aos escapes às modelizações. Recorremos aos registros do caderno de campo, às propostas contidas no relatório da I Conferência Nacional LGBT realizada em 2008 e aos recentes debates veiculados nas mídias, motivados pela edição do kit anti-homofobia. A perspectiva genealógica nos serviu para extrair problemas e tensionamentos da historiografia já existente sobre movimentos sociais e, mais especificamente, sobre o LGBT. O capítulo 1 consta de uma discussão sobre movimentos sociais, Novos Movimentos Sociais, e uma contextualização histórica do surgimento do movimento LGBT no Brasil. Utilizo a perspectiva genealógica da história colocando em análise algumas forças em luta que fizeram emergir as práticas de tal movimento, e apontando quais efeitos foram produzidos nas formas de abordar a sexualidade. Aqui, a identidade será tomada como eixo problematizador das práticas. No capítulo 2 trabalho o desenvolvimento do dispositivo da sexualidade, a partir das discussões trazidas por Michel Foucault em sua obra “História da sexualidade I”. Procuo analisar as forças que constituíram tal dispositivo, e como ele vem operando no contemporâneo, discutindo os seus efeitos a partir de algumas práticas do movimento LGBT em termos de políticas de subjetivação. No capítulo 3 discuto a idéia de governamentalidade trazida por Michel Foucault, para colocar em análise a constituição do Estado Democrático de Direito. Aqui trabalho os atravessamentos da democracia representativa e da lógica da representação nos movimentos sociais.

Palavras-chave: subjetividade; política; sexualidade; identidade.

ABSTRACT

The movement LGBT (Lesbian, Gay, Bisexual, Transsexual and Transgender) comes in that decade, making important gains in the level of macro-political struggles, named as issues related to rights guaranteed by the State. However, even with the support of political parties and with the participation of leaders in government ranks, discrimination relating to sexuality are still recurring. This finding led us to initially think that perhaps these fights should not be restricted to guaranteed rights, though did not discount the importance of such actions. Access to practical experience of the LGBT movement allowed some tensions that particular struggle and others who, from studies of enterprises operated, appeared as the effects of the organizational processes of so-called NMS - New Social Movements. Considering that one of the defining characteristics of these movements is to construct identities as a political strategy, our objective in this work, is to investigate the relationship between the production of subjectivity and identity categorizations of human sexuality. We find the contributions of the microphysics of power and micropolitics of desire, support for the exercise of other ways of doing and thinking about policy, which favors escape the logic that classifies, specifies, and especially discrimination. The militancy, right and the very movement LGBT are operators of analysis of both practices regarding the reproduction of the Same, and escapes to the modeling. We use the records of the field notebook, the proposals in the report of the first National LGBT Conference held in 2008 and conveyed to the recent debates in the media, motivated by the issue of homophobia kit. The genealogical perspective served to extract the problems and tensions of the existing historiography on social movements and, more specifically on the LGBT. Chapter 1 consists of a discussion of social movements, New Social Movements, and a historical context of the emergence of the LGBT movement in Brazil. I use the genealogical perspective of history as an analysis of certain forces in fighting that did emerge from the practices of this movement, and pointing effects which were produced in approaches to sexuality. Here, the identity is taken as the axis of the problem-solving practices. In Chapter 2 the development work of the device of sexuality, from the discussions brought by Michel Foucault in his "History of Sexuality I". I try to analyze the forces that formed such a device, and how it has been operating in the contemporary, discussing their effect on some practices of the LGBT movement in terms of political subjectivity. In chapter 3 I discuss the idea of governmentality brought by Michel Foucault, to put under review the constitution of a democratic state. Here the crossing work of representative democracy and the logic of representation in social movements.

Key words: subjectivity; policy; sexuality; identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO, 1

1 – CONTANDO UMA HISTÓRIA, TECENDO PROBLEMAS, 11

1.1 – Por que genealogia? 11

1.2 – Movimentos sociais, como movimentam? 12

1.3 – De olho na historiografia do movimento LGBT, rastreando problemas, 15

2 – O DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E A SUBJETIVAÇÃO IDENTITÁRIA, 35

3 - GOVERNAMENTALIDADE E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: A ARTE DE DIRIGIR A CONDUTA HUMANA, 47

CONSIDERAÇÕES FINAIS, 74

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS, 77

APÊNDICE A - PROPOSTAS DA I CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT UTILIZADAS COMO MATERIAL DE ANÁLISE, 84

INTRODUÇÃO

O termo movimento geralmente nos remete a algo em constante transformação, um processo, nunca acabado, finalizado, nem tão bem delimitado. Sendo assim, é interessante pensar tal dimensão em relação aos movimentos sociais, visto que estes se apresentam sempre como lutas em prol de alguma transformação, alguma mudança nas relações sociais. Segundo Santos (2008), os movimentos sociais na América Latina não têm fronteiras claramente definidas, visto que os chamados movimentos “velhos”, aqueles relacionados às necessidades básicas, podem trazer reivindicações relacionadas ao feminismo, ecologia ou etnia, os chamados novos movimentos sociais (NMSs). Fala-se de um entrelaçamento de orientações entre esses movimentos e aqueles relacionados à sobrevivência imediata.

Algumas críticas têm sido feitas aos movimentos sociais, e uma delas aponta que estes apresentam dificuldades para atuar em prol de uma transformação da sociedade. Isso aconteceria por conta da heterogeneidade dos participantes que geraria fragmentação de interesses e dificuldades para estabelecer interesses específicos entre eles, pois não se trataria de um movimento de classe que envolvesse amplos setores da sociedade (SANTOS, 2008). Outra crítica, essa relacionada mais diretamente aos chamados novos movimentos sociais¹, é que estes sempre fazem reivindicações ao Estado, permanecendo assim dentro do quadro da democracia representativa, o que traria problemas quanto à autonomia desses movimentos.

No entanto, Boaventura Santos² (*apud* SANTOS, 2008) diz que a politização do social, do cultural e do pessoal abre inúmeras possibilidades para o exercício da cidadania e expõe as limitações da cidadania circunscrita nos marcos do Estado. Isso não significaria abandonar as lutas no âmbito da cidadania social, civil e política; porém, abre brechas para pensar novas formas de cidadania, que estimulem a autonomia e valorizem as relações interpessoais, que escapem ao burocratismo e lutem contra as novas formas de exclusão social que aprofundam a exclusão baseada nas classes sociais.

É importante ressaltar que toda essa discussão sobre reivindicações de garantia de direitos que os movimentos sociais fazem ao Estado deve ser feita de forma cuidadosa. O avanço do projeto neoliberal impulsionou a perda de alguns direitos básicos adquiridos nos

¹ Mais à frente o termo será explicado.

² SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1999.

países mais ricos, erguendo mais obstáculos nos países mais pobres, onde tais direitos sequer foram conquistados (SANTOS, 2008).

Santos (2008) coloca que, atualmente, os movimentos sociais têm alguns caminhos: um deles é relacionado ao pragmatismo, ou seja, contentar-se com conquistas temporárias e parciais; outro é a luta por uma transformação radical da sociedade. Além disso, há a possibilidade de articulação da democracia representativa com a democracia participativa.

Mas, pensemos: serão esses os únicos caminhos? O campo de possíveis poderá ser ampliado? Aqui, ao abordamos os movimentos sociais, o que mais interessa é levar em conta a própria dimensão de ‘movimento’ que a expressão nos traz. O que estas lutas estão movimentando? O que podem movimentar? Será que há algo de interessante, de potente, que não seja só o resultado final das lutas, simbolizado em conquistas, em transformação radical da sociedade, ou em articular participação com representação? Será que os processos não denunciam modos de funcionamento importantes de serem colocados em análise?

Sugiro colocar atenção nas práticas de um movimento inscrito entre os novos movimentos sociais. Trata-se do movimento LGBT, que luta pela afirmação da livre expressão sexual de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros³.

Recentemente, o movimento LGBT vem alcançando conquistas importantes no terreno dos direitos humanos. No dia 18 de maio de 2011 assistimos a uma delas⁴. A prefeitura do Rio de Janeiro lança um pacote de ações de combate à homofobia, que incluía formação de uma frente de trabalho para coibir a prática de bullying motivada por homofobia em escolas, abrigos, hospitais e outros equipamentos da Prefeitura do Rio, além da oferta de cursos de capacitação em estabelecimentos comerciais visando orientar os funcionários sobre os direitos dos homossexuais. Esses locais ganham o selo "Rio Sem Preconceito", atestando sua nova condição.

Como material de apoio às ações com escolares, estava indicada a distribuição por ONGs⁵ e pelo Ministério da Educação, do “kit anti-homofobia” em fase final de edição

³ O termo orientação sexual se refere a como nos sentimos em relação à atração afetiva e sexual, ou seja, se refere aos outros, a quem temos vontade de nos relacionarmos. Assim, as pessoas podem ser classificadas como bissexuais, homossexuais, heterossexuais ou assexuados. Já a identidade de gênero se refere a como nos reconhecemos dentro dos padrões de gênero estabelecidos socialmente. O gênero se refere às categorias masculino e feminino. (Cf <http://www.plc122.com.br/orientacao-e-identidade-de-genero/entenda-a-diferenca-entre-identidade-e-orientacao/>). Acesso em janeiro de 2011.

⁴ Notícia consultada em: <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/novo-portal-vai-receber-denuncias-de-homofobia-no-rio-de-janeiro-20110518.html>. Acesso em junho de 2011.

⁵ http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh_kitcaderno.asp. Acesso em junho de 2011.

coordenada pelo Programa Brasil sem homofobia⁶. O kit inclui uma cartilha e três vídeos que seriam distribuídos aos professores de escolas públicas para abordar com os alunos questões relativas à sexualidade.

Em 25/05/2011, como desdobramento das polêmicas que vinham envolvendo setores mais conservadores da Câmara dos Deputados e o movimento LGBT, a distribuição da cartilha é suspensa pela presidente Dilma Roussef. Uma iniciativa que ganha a força de um acontecimento⁷, abrindo ampla discussão acerca da sexualidade e das reivindicações pautadas pelo movimento LGBT.

As polêmicas geradas pelo conteúdo do kit trouxe à tona as forças conservadoras da sociedade, materializada nas reações da bancada religiosa da Câmara dos Deputados de retaliações e ameaças ao governo. Dentre as diversas alegações, diziam que o material dos vídeos induzia opções sexuais. Diante disso, a presidente alega que o governo não cessará a campanha contra a homofobia, e que o material será revisto, garantindo que “o governo não fará propaganda de opções sexuais” e que “não deve interferir na vida privada das pessoas”.

Além disso, determinou que todo o material que trate de “costumes” seja submetido à avaliação de um comitê da Secretaria de Comunicação Social (Secom). Os filmes Probabilidade, Encontrando Bianca, e Torpedo foram alvo de muitas críticas, tanto as que diziam que o conteúdo do material era “agressivo”, quanto as que diziam que não combatia a discriminação, além daquelas que alegavam ser o material algo que ia contra a família e propagava e induzia orientações sexuais.

O movimento LGBT considerou que a suspensão da entrega dos kits seria um retrocesso em termos das conquistas já alcançadas. No entanto, penso que a iniciativa de suspensão do material colocou a possibilidade do debate, que pode ter efeitos potentes, e que será abordado ao longo deste estudo. Diversas conquistas em termos de garantia de direitos já foram alcançadas pelo movimento, nessa década. Vejamos algumas delas.

No dia 05 de maio de 2011⁸ o Supremo Tribunal Federal, em julgamento histórico e por unanimidade, decide reconhecer as uniões estáveis de homossexuais no país. Dessa forma, direitos e obrigações referentes à união civil que antes só cabiam a casais heterossexuais,

⁶ Mais à frente abordarei novamente esse programa.

⁷ Notícias consultadas nos sites: (<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>) ; (<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/05/26/apos-polemica-com-kit-anti-homofobia-governo-vai-avaliar-materiais-de-ministerios-relacionados-aos-costumes-924542697.asp>) ; http://www.correiadoestado.com.br/noticias/veja-videos-do-kit-anti-homofobia-do-mec_111320/. Acesso em junho de 2011.

⁸ Notícias consultadas em: <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/05/05/relator-diz-que-decisao-sobre-uniao-civil-gay-tera-consequencias-imprevisiveis.jhtm> ; <http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/maioria-no-stf-aprova-uniao-civil-homossexual/180528>. Acesso em maio de 2011.

agora podem ser estendidos aos casais homoafetivos. Decisão efeito de árduas lutas do movimento LGBT em face desse tema, e de muitos companheiros do mesmo sexo que recorreram à justiça para conseguirem os direitos decorrentes da união.

Uma conquista nem tão recente é a inclusão, na agenda de execução de políticas públicas do governo, do Programa Brasil sem Homofobia, visando à efetivação do compromisso definido no Plano Plurianual - PPA 2004-2007, que no âmbito do Programa Direitos Humanos, Direitos de Todos, previa a ação denominada Elaboração do Plano de Combate à Discriminação contra Homossexuais. Esse Programa tem por finalidade combater a violência e a discriminação contra GLTB, e promover a cidadania de gays, lésbicas, travestis, transgêneros e bissexuais (CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação, 2004).

Uma das ações desse programa é a de

Apoiar a manutenção de Centros de Referência em Direitos Humanos que contemplem o combate à discriminação e à violência contra o segmento GLTB, capazes de instigar a mobilização de ações integradas de instituições governamentais e não-governamentais, voltadas para a produção de conhecimento, para a proposição de políticas públicas para desenvolver ações articuladas no âmbito da promoção e da defesa dos direitos humanos (CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação, 2004).

Nesse sentido, são criados os Centros de Referência de Enfrentamento a Homofobia (CREH). E é atuando como psicóloga voluntária em um desses Centros que me surge a questão desenvolvida nesta dissertação. Na época, esse CREH era executado pela Organização de Direitos Humanos Projeto Legal (ONG), com financiamento da Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República, atuando em Duque de Caxias-RJ.

Nesse percurso, muitas lideranças homossexuais acabaram se tornando funcionários de governos e partidos, e neste último caso, servindo de correias de transmissão partidária. Trevisan (2010) afirma que as iniciativas LGBT tornaram-se feudos, frequentemente disputados por partidos e tendências políticas de esquerda. O autor observa que, com o tempo, políticas governamentais adquiriram autoridade tanto para traçar programas e estratégias, mas também para interferir em mudanças na própria linguagem. Cita como exemplo o quadro da luta antiaids, quando no governo Fernando Henrique Cardoso o Ministério da Saúde tentou implantar o conceito de “homem que faz sexo com homem”, supostamente para evitar estigmas que poderiam ser provocados pela denominação “homossexual”. O autor observa, com isso, a mistura entre o discurso da militância homossexual e o discurso oficial,

ressaltando a postura servil das lideranças LGBT frente aos comitês partidários mais progressistas que apóiam os direitos homossexuais.

Importante observar que mesmo com o apoio de partidos políticos e participação de lideranças no governo, discriminações por conta de questões relativas à sexualidade ainda são recorrentes, persistem. Em meio às polêmicas aqui referidas sobre a utilização do kit anti-homofobia, encontramos discursos qualificando as conquistas como absurdas, como safadezas, como coisas inúteis, sobre as quais o Estado não deveria se ocupar.

No caminhar da minha prática no CREH e no observar dos recentes acontecimentos citados anteriormente, aliado a algumas leituras, penso que talvez essas lutas não se restrinjam somente a conseguir direitos, não se resumam somente a pedidos que o Estado deve atender, ainda que não descartemos a importância de tais ações.

O episódio chave que me despertou o interesse em estudar a temática aqui desenvolvida aconteceu na Caminhada LGBT de Duque de Caxias, em setembro de 2008. Neste evento, eu estava realizando uma atividade de sensibilização e divulgação do Centro de Referência, na qual eram entregues às pessoas um folder e um preservativo masculino. No encontro com essas pessoas, inúmeras eram as que indagavam a minha sexualidade; algo de estranho se passava com aquelas pessoas ao serem abordadas por mim. E esses encontros produziram em mim bons incômodos, me incitando a pensar como eu poderia me inserir na luta pela diversidade sexual. Diante dos questionamentos que me eram endereçados cobrando minha escolha sexual, em mim se produzia outra indagação: *mas isso é realmente muito importante neste momento?* Mas se a pergunta desestabilizava a cena, mobilizava também mais curiosidade e confusão. Em mim, e neles.

O acesso às práticas do movimento LGBT, através da minha inserção no CREH, possibilitou vivenciar alguns tensionamentos existentes na luta deste movimento. Minha presença, ali, evidenciava que era preciso que eu afirmasse uma identidade para estar junto ao movimento. Assim, comecei a pensar como a sigla desse movimento sofreu alterações e acréscimos de letras, como isso fora produzido.

Refletindo sobre esses encontros, pensei que tal confusão poderia funcionar como abertura para pensar a diversidade sexual, para construir outras relações com a sexualidade que não àquelas por categorizações e especificações das práticas sexuais.

O movimento LGBT aparece assim formalizado ao final da década de 70, sendo considerado como um dos NMSs. Tal nomenclatura se inscreve numa orientação paradigmática de análise dos movimentos sociais, inicialmente na Europa e depois na América Latina, diferenciando-se das referências anteriores que valorizavam a centralidade

das lutas tensionadas na polarização entre capital e trabalho. Sem deixar de considerar a infraestrutura econômica, as classes sociais e as condições de exploração dos trabalhadores como importantes conceitos analíticos, os novos paradigmas colocaram foco no cotidiano, na cultura e nas relações de reprodução das condições de existências – alvos dos movimentos que proliferam e se organizam em formas inusitadas a partir da década de 70 (AGUIAR, 2003).

Podemos dizer que os NMSs se caracterizam pela construção de identidades como estratégia política, tendo como demanda o reconhecimento das diferenças. Sendo assim, os participantes desses movimentos seriam encarados como atores sociais, não estando diluídos em uma vanguarda partidária, pois para eles seria determinante a construção de uma identidade coletiva (GOHN, 2000; CONDE, 2004).

Taylor⁹ (1998, apud CONDE, 2004) aponta o reconhecimento como componente fundamental para a construção das identidades. Para o autor, a identidade se “forma, em parte, pela existência ou inexistência de reconhecimento e, muitas vezes, pelo reconhecimento incorreto dos outros”. Ou seja, o autor coloca o reconhecimento como algo necessário à formação das identidades; no entanto, proponho pensar quais os efeitos que surgem a partir da aposta identitária (TAYLOR, 1998p. 45, *apud* CONDE, 2004, p.69).

Os encontros que tive na parada LGBT foram atravessados pela leitura de teóricos como Foucault, Deleuze e Guattari, que trazem outros olhares sobre a questão da identidade nas lutas sociais.

Em Guattari (2008), encontramos a ideia de processos transversais, de devires subjetivos que se instauram através dos indivíduos e dos grupos sociais em oposição à ideia de reconhecimento de identidade. Longe de uma mera retórica, reconhecimento / processos transversais, identidades/devires, trata-se de tendências nos movimentos e, certamente, de outras composições.

Para o autor, as lutas baseadas na identidade tenderiam a um isolamento; referidas a um dispositivo centralizador, estão presas aos procedimentos, à ordem do dia. Já os devires, em seu funcionamento rizomático, sugerem a montagem de dispositivos que se auto-organizam, em múltiplos processos singulares. O funcionamento rizomático pode derivar infinitamente, estabelecendo conexões transversais, sem que se possa centrá-los ou cercá-los.

Um rizoma não começa nem conclui, ele se encontra sempre no meio, entre as coisas... não designa uma correlação localizável que vai de uma para outra e

⁹ TAYLOR, Charles. A política do reconhecimento. In: _____. **Multiculturalismo**. Lisboa: Instituto Piaget, 1998, p.45 a 94.

reciprocamente, mas uma direção perpendicular, um movimento transversal que as carrega uma e outra (DELEUZE e GUATTARI, 1995, P.6).

Esses processos caracterizam as minorias como potência de diferir, peças-chave de resistência frente a qualquer movimento de totalização. Ainda segundo Guattari (2008), o movimento minoritário, por estar no registro de um devir, enseja um diálogo que pode ter um alcance muito maior do que um acordo entre grupos oprimidos, produzidos numa política identitária, baseada na ideia de reconhecimento.

Diante destas primeiras reflexões, é que delineamos como objetivo central deste trabalho investigar a relação entre a produção de subjetividades identitárias e as categorizações da sexualidade humana.

Atenta às transformações que ganharam visibilidade na história recente do movimento LGBT recorro a ele como analisador¹⁰, a fim de que seja possível discutir a normalização das práticas sexuais, e a criação de possíveis no que diz respeito a outros modos de relação com a sexualidade que escapem à lógica representativa, que categoriza e especifica, em favor do controle e da disciplina. A releitura do caderno de campo e a análise das propostas contidas no relatório da I Conferência Nacional LGBT, realizada em 2008 foram os instrumentos utilizados para tal discussão. Além disso, foi retomada a discussão sobre o kit anti-homofobia, através de algumas das inúmeras notícias veiculadas na mídia *online* sobre o tema. Tal acontecimento se deu ao final da minha escrita, e eu diria que foi um presente que me fez perceber a atualização das forças que rastreei desde os encontros que tive na Parada LGBT.

Sendo assim, recorrerei a uma análise genealógica da historiografia já dada sobre o movimento LGBT, com vistas a levantar problemas nessa historiografia, através de pedaços, recortes, fragmentos que se tecem no descontínuo das práticas. A genealogia nos ajuda a entender como estamos hoje, permitindo que estranhemos as práticas do presente, e não as tomemos como naturais. Assim, a proposta não é dar uma solução para o problema das identidades, e sim levantar questões, e que o leitor as use da maneira como quiser. Como nos diz Foucault (1979): “uma teoria é como uma caixa de ferramentas... é preciso que sirva, é preciso que funcione... não se refaz uma teoria, fazem-se outras; há outras a serem feitas” (p.71). Citando Proust, o autor reforça que a teoria é um instrumento de combate, são como óculos dirigidos para o mundo, e que, se não servem, devem ser buscadas outras. É um instrumento de multiplicação, e não de totalização.

¹⁰Conceito advindo do referencial socioanalítico francês que se refere a acontecimentos que, por si só, colocam em análise as instituições, as relações percebidas como naturais e/ou necessárias. Estes acontecimentos falam por si, produzem sua própria análise (COIMBRA, 2001, p.25). Segundo “R. Lourau, a análise institucional trata de descobrir a ação do instituído em toda e qualquer organização” (BARROS; LEITÃO; RODRIGUES, 2000, p.12).

A análise genealógica faz ressurgir o acontecimento, entendido como uma batalha, uma relação de forças. E estas, que se encontram em jogo na história, não obedecem “nem a uma destinação, nem a uma mecânica, mas ao acaso da luta” (FOUCAULT, 1979, p.28). Ou seja, não seguem uma sucessão primordial, nem tendem a um resultado previsto.

Luiz Antônio Baptista (2009) nos convoca a pensar o lugar que ocupamos enquanto pesquisador/especialista. Ao realizarmos uma pesquisa, lançamos luzes sobre o objeto que nos incomodou; mas a questão é como lançamos luzes, o que estamos querendo tornar visível? A partir dos incômodos surgidos na Parada LGBT, coloquei minha atenção nas práticas de tal movimento social e alguns de seus possíveis efeitos.

Esse campo problemático que me surgiu enquanto afetação é olhado não com um pretenso ideal de neutralidade científica, marcado pelas barreiras entre sujeito que conhece e objeto a ser conhecido. Ao contrário, entendo que sujeito e objeto se constituíram enquanto tais a partir dos encontros que vivi na Parada LGBT; portanto, não há um sujeito do conhecimento a priori tentando desvendar a verdadeira essência de um objeto já dado. Através das leituras, me sinto convocada a colocar em análise as minhas implicações, enquanto pesquisadora, no processo de pesquisa. Então, aliada ao uso da perspectiva genealógica, a exploração desse campo problemático também contará com a análise institucional.

Lourau (1993) nos diz que a ciência é atravessada pelos valores do próprio cientista, independente da posição ideológica que possui (seja esquerda, direita ou centro). “Logo, a neutralidade axiológica, a decantada “objetividade”, não existe. Mas a ciência necessita que ela “exista” e os cientistas, por vezes, nos fazem crer nessa “existência” (p. 16). A análise de implicações, método advindo da análise institucional, remete à análise dos lugares que ocupamos, ativamente, nesse mundo.

Falar em implicação com uma pesquisa é fazer referência ao conjunto de condições da pesquisa, que afetam a prática do pesquisador. As implicações políticas libidinais e materiais (financeiras) são uma realidade no ato científico. Estas sempre fazem parte do processo de pesquisa, conforme o conhecemos, por mais difícil que seja analisá-las. “Nesse sentido, a História – e em particular, a história das ciências – nos mostra as implicações do pesquisador em situação de pesquisa como o essencial do trabalho científico” (LOURAU, 1993, p.17).

Acredito que esse referencial teórico é de fundamental importância para o estudo daquilo que me causou enorme estranhamento nos encontros que tive na Parada LGBT, ao ser incitada a falar sobre a minha sexualidade. Por qual motivo eu precisava falar disso para estar ali? Por que isso me incomodou? São questões que serão postas em análise ao longo deste trabalho.

Por se tratar de um estudo que visa colocar em análise as implicações do pesquisador, propondo que um olhar de estranhamento e questionamento dos discursos hegemônicos examine nossas práticas, afirmamos a relevância deste trabalho em termos de prática profissional.

Como nós, enquanto psicólogos, estamos nos inserindo nos movimentos sociais? Quais lugares somos convocados a ocupar, e quais lugares queremos construir? São questionamentos importantes, pois nossas práticas não são neutras, produzem efeitos, que podem ser tanto no sentido de reproduzir modelos que não nos permitem criar saídas para os processos de singularização, quanto o de fortalecer tais processos. (GUATTARI, 2008).

Entendendo também que os discursos hegemônicos fazem parte da constituição de práticas que se dizem libertárias, e partindo desse entendimento, trazer à tona as forças histórico-políticas que batalharam na configuração do atual movimento LGBT vai de encontro à naturalização e institucionalização de determinadas práticas. Sendo assim, encontramos aí a relevância social deste estudo.

De acordo com Coimbra (2008), para a maioria dos movimentos sociais no Brasil hoje há uma configuração em que persiste a lógica dos lugares de poder e dos detentores de poder. No entanto, acredito que este estudo, referenciado na microfísica e na Análise Institucional possa abrir caminhos para a lógica da criação. A partir dela, “na invenção/experimentação de caminhos que se fazem no próprio ato de caminhar, para não repetirmos as nossas boas e justas razões infinitamente” (COIMBRA, 2008), arriscamos que outros modos de abordar a liberdade sexual possam se afirmar, conspirando para que nosso desejo de mudança não fique apenas colocado em um futuro utópico e idealizado.

Em termos de relevância acadêmica, este estudo visa promover uma crítica que não seja a do julgamento moral. Pensar a crítica como instância de julgamento, que define bons e maus usos dos saberes, verdade ou falsidade de suas proposições, significaria voltar para o lugar onde o campo do saber é esquadrinhado em disciplinas autônomas, com fronteiras definidas. Ao contrário, a crítica proposta neste estudo busca questionar os saberes/ práticas em sua constituição, apontando seus pontos de emergência, as lutas que lhes deram origem e, nesses combates, mostrar também aquilo que subjugarão em seu caminho histórico (NEVES, JOSEPHSON, 2002).

O capítulo 1 consta de uma discussão sobre movimentos sociais, Novos Movimentos Sociais, e uma contextualização histórica do surgimento do movimento LGBT no Brasil. Destaco aqui o panorama histórico do movimento LGBT realizado por Facchini (2005), Facchini e Simões (2009) e outros autores que também fazem um apanhado histórico destas

lutas, como Trevisan, Fry e MacRae; recorro também ao estudo de Rodrigues (2010) sobre minorias sexuais e de gênero a partir das perspectivas de política pública e política de subjetivação. Assim, utilizo a perspectiva genealógica da história colocando em análise algumas forças em luta que fizeram emergir as práticas de tal movimento, e apontando quais efeitos foram produzidos nas formas de abordar a sexualidade. Aqui, a identidade será tomada como eixo problematizador das práticas.

No capítulo 2 trabalho o desenvolvimento do dispositivo da sexualidade, a partir das discussões trazidas por Michel Foucault em sua obra “História da sexualidade I”. Procuo analisar as forças que constituíram tal dispositivo, e como ele vem operando no contemporâneo, discutindo os seus efeitos a partir de algumas práticas do movimento LGBT em termos de políticas de subjetivação. Os estudos de Foucault sobre a sexualidade também são aqui utilizados no sentido de nos fazer atentar que trazer à luz as sexualidades singulares, e especificá-las, é algo construído historicamente, datado, e produzido por relações de saber-poder sobre os prazeres, e não algo essencial, que faria parte de uma suposta natureza humana.

No capítulo 3 discuto a idéia de governamentalidade trazida por Michel Foucault, para colocar em análise a constituição do Estado Democrático de Direito. Aqui trabalho os atravessamentos da democracia representativa e da lógica da representação nos movimentos sociais. Para tal, será preciso interrogar os conceitos de democracia, de outro e de cidadania, idéias constituintes do “discurso democrático”. Assim, recorrerei a autores como Rolnik, Barros, Wood, Aguiar e Rocha, para pensar o conceito de democracia e a concepção de homem na qual se fundamenta a idéia de “cidadania”.

CAPÍTULO 1 - CONTANDO UMA HISTÓRIA, TECENDO PROBLEMAS

1.1) Por que genealogia?

Como a história pode nos fazer estranhar o nosso presente? Neste capítulo, recorrerei à historiografia existente para marcar, trazer à tona as linhas de força que foram constituindo os modos de abordar a sexualidade pelo movimento LGBT. Assim, a história do movimento LGBT será aqui construída genealogicamente, nos interessando principalmente vetores como identidade, politização e democracia.

A genealogia é uma importante estratégia política de combate às capturas e totalizações produzidas por saberes que operam a dicotomia entre pensamento e vida. Parte do princípio que tudo é efeito de práticas e relações que se dão neste mundo, falando das forças que se apoderam de um fenômeno, e assim se referindo a relações de exterioridade, e não de profundidade (NEVES; JOSEPHSON, 2002).

Ao contrário das filosofias que operam a cisão entre pensamento e vida, atrelando-a a valores transcendentais, a genealogia foca a sua atenção nas práticas mundanas, concretas, afirmando que pensamento e vida são indissociáveis¹¹. Sendo assim, a escolha pela perspectiva genealógica da história se dá pela aposta de que esta possibilitará acompanhar alguns caminhos de constituição e de experimentação da sexualidade em termos de categorizações e especificações nas práticas do movimento LGBT.

Foucault (1979), partindo de Nietzsche, discorre sobre os usos da história e o que seria o “bom” historiador, no sentido genealógico. O autor nos diz que o sentido histórico comporta três usos que se opõem às três modalidades platônicas da história: uso paródico e destruidor *versus* história-reminiscência ou reconhecimento; uso dissociativo e destruidor da identidade *versus* história continuidade ou tradição; e uso sacrificial e destruidor da verdade *versus* história-conhecimento.

Em relação ao primeiro uso, o autor nos traz uma crítica às identidades sobressalentes e aparentemente melhor individualizadas oferecidas pelo historiador aos homens. Nesse caso, o genealogista estaria preocupado em colocar em cena o reaparecimento disso que ele chama de “máscaras”, o incessante trocar destas. E isso é parodiar: “em vez de identificar nossa pálida individualidade às identidades marcadamente reais do passado, trata-se de nos irrelizar em várias identidades reaparecidas” (FOUCAULT, 1979, pp.33-34).

O segundo uso, que diz respeito à dissociação sistemática da nossa identidade, nos diz que esta é fraca, visto que tentamos deixá-la intacta, íntegra, mas isso não passa de uma paródia: ela é habitada por pluralidades, sistemas que se entrecruzam e se dominam uns aos

¹¹ *Ibidem*

outros. A pretensão aqui não é ir à história para buscar uma identidade esquecida, e sim trazer à tona um sistema complexo de elementos múltiplos e distintos, fazendo aparecer todas as descontinuidades que nos atravessam.

O terceiro uso visa desconstruir a idéia de que a consciência histórica é neutra, despojada de toda a paixão e apenas obstinada com a verdade. Afirma-se, de encontro a isso, que não há no conhecimento mesmo um direito à verdade ou um fundamento verdadeiro, pois este é impregnado pelas formas e transformações da vontade de saber.

Outro ponto importante de ressaltar no que cabe a esta história genealógica diz respeito ao lugar de onde se olha. Este saber não tem vergonha de sustentar que é perspectivo; ele olha de um determinado ângulo, visando deliberadamente apreciar. Assim, o sentido histórico liga-se à história dos historiadores e podemos dizer, a partir das contribuições de Foucault, que a história será “efetiva” na medida em que ela reintroduzir o descontínuo em nosso próprio ser (FOUCAULT, 1979).

Ao seguir essas pistas, entendo que enquanto pesquisadora escrevo de um lugar, e que é a partir desse lugar e de suas condições determinadas que se constitui o meu olhar sobre o tema. A pretensão é não considerar essa determinação de forma negativa, pois não se trata de buscar uma suposta neutralidade científica, sustentada na separação entre sujeito e objeto, mas sim tomar esse olhar perspectivo em sua positividade, favorecendo o acesso e a visibilidade das forças em luta que estiveram (e estão) batalhando na configuração do que se tem denominado movimento LGBT.

Penso que de posse desse olhar, o que é oferecido pelos estudos históricos, ganham outro sentido. Não mais são tomados como a verdadeira versão da história, mas como discursos que, em composição ou tensionamento com outros tantos discursos, evidenciam as forças que configuram as formas pelas quais o movimento LGBT abordou a sexualidade nos diferentes momentos históricos.

1.2) Movimentos sociais, como movimentam?

A revisão de literatura realizada como parte inicial de nossos estudos, evidencia que termo movimentos sociais tem sido utilizado com diferentes sentidos. Arato e Cohen (*apud* DOWNING, 2001) falam de três classificações: um modelo mais antigo, que se referia a uma rebelião das massas, que agiam de modo cego e insensato, levadas apenas por descontroladas e impetuosas emoções. O segundo, em oposição clara ao primeiro modelo, é o que se refere aos movimentos sociais como atores racionais. Aqui, tais atores precisariam criar recursos

alternativos, como greves, ocupações, passeatas, etc, visando exercer influência sobre o processo político e de alocação. Essas ações seriam táticas cuidadosamente refletidas e levadas a cabo por aqueles que não têm riqueza nem poder estatal. O terceiro modelo é proveniente do estudo acadêmico dos chamados Novos Movimentos Sociais (NMSs), exemplificados pelos movimentos ecológicos, feministas, negro e, o que aqui nos interessa, pelo movimento LGBT.

Alguns estudiosos sustentam que esses movimentos representam um novo estágio qualitativo na cultura política contemporânea, diferindo profundamente dos primeiros movimentos sociais, principalmente do movimento operário (DOWNING, 2001).

Downing (2001) refere que os teóricos dos NMSs utilizavam como exemplo emblemático a dimensão de conscientização dos movimentos feministas nos Estados Unidos e Europa ocidental, durante a década de 1960 e início da década de 1970, marcados pelo investimento na identidade coletiva, sem necessariamente estabelecer um projeto organizado para o futuro.

Touraine¹² (1988, *apud* CONDE, 2004), ao abordar a mudança de enfoque e de objetivos dos NMSs, afirma que as suas ações estão muito mais voltadas à “afirmação e a defesa dos direitos do sujeito, da sua liberdade e da igualdade” do que à construção de um modelo de sociedade perfeita ou de um partido político (p.64).

Na perspectiva desses estudos, o movimento LGBT, ao ser tomado como um dos NMSs, teria menos o caráter contestatório do sistema econômico do que o de afirmar e defender direitos e liberdades, estando desprendido de aparelhos ideológicos, já que se foca na liberdade do sujeito e na defesa de sua identidade (CONDE, 2004).

Para Sader (1988)¹³, nos NMSs não encontramos a figura de um sujeito histórico privilegiado (como o proletariado), e sim “uma pluralidade de sujeitos, cujas identidades são resultado de suas interações em processos de reconhecimentos recíprocos, e cujas composições são mutáveis e intercambiáveis” (p. 55, *apud* CONDE, p.65).

Arantes (2008) coloca que há hoje nas ciências sociais uma disposição a assumir que a categoria identidade, como recurso analítico, é entendida a partir de significados que a apresentam como múltipla, inacabada, instável, sempre experimentada. Mais como uma busca do que como um fato (ANGIER, 2001¹⁴, *apud* ARANTES, 2008, p.9). A identidade integra o

¹² TOURAINE, Alain. **Poderemos viver juntos? iguais e diferentes**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1988.

¹³ SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

¹⁴ ANGIER, M. **Distúrbios identitários em tempos de globalização**. Revista Mana, Rio de Janeiro, vol. 7, n. 2, 2001, pp.7-33.

cenário político das disputas, onde as lutas pelos significados são colocadas em termos de lutas também por diferentes modos de existir. E aí se pode falar de diferentes identidades (BRAH, 2004¹⁵, *apud* ARANTES, 2008, p. 131).

Segundo Conde (2004), “a discussão acerca da identidade requer uma abordagem da disputa entre as perspectivas essencialista e culturalista, ou construtivista” (p. 67). Na visão essencialista, a identidade expressaria uma essência do sujeito, seria a exteriorização das características imutáveis e autênticas de um grupo ou pessoa. Sendo fixa e imutável, a identidade determinaria o pertencimento ou não a um determinado grupo (WOODWARD 2000¹⁶, *apud* CONDE, 2004).

Já “os culturalistas ou construtivistas alegam que a rigidez identitária, proposta pelos essencialistas, gera reducionismos inconvenientes” (CONDE, 2004, p.68). Citando Woodward (2000), Conde (2004) nos fala que “em oposição ao núcleo essencial, defendido pelos essencialistas, os construtivistas ou culturalistas apresentam “a intersecção de diferentes componentes, de discursos políticos e culturais e de histórias particulares”, ou seja, “a identidade é vista como contingente”” (p.38).

O movimento homossexual, tanto no Brasil, como no mundo, se baseia fundamentalmente na defesa da identidade, e fundou-se alegando a necessidade da construção da identidade homossexual, tanto pela via da discussão essencialista quanto pela da culturalista ou construtivista. Ambas as perspectivas mantêm a vontade de definir o humano, seja pela essência, seja pela cultura. Neste estudo, buscaremos nas contribuições de Foucault e no conceito de produção de subjetividade, forjado no âmbito das elaborações micropolíticas por Deleuze e Guattari outra via, diferencial àquelas tendências.

Guattari (2008) nos diz que, tradicionalmente, a filosofia e as ciências humanas definem o sujeito como algo do domínio de uma suposta natureza humana. Mas o autor, ao contrário dos essencialistas, propõe a produção de subjetividade, como fabricada, modelada no registro social; sendo impossível definir o humano pela essência ou pela cultura: “A produção de subjetividade constitui matéria-prima de toda e qualquer produção” (p.36). Os processos de subjetivação são duplamente descentrados: não se resumem nem aos agentes individuais (instâncias egóicas, intrapsíquicas, microssociais), nem em agentes grupais. Trata-se do funcionamento de máquinas de expressão que são constituídas tanto de uma natureza

¹⁵ BRAH, Avtar. Diferencia, Diversidad, Diferenciación. In Hooks, Bell; Brah, Avtar; Sandóval, Chela; Anzaldúa, Glória et alii (orgs.). **Otra Inapropiables: Feminismo desde las Fronteras**. Madrid, Mapas, 2004, pp. 107-136.

¹⁶ WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000, p 7-72

extrapessoal, extra-individual (sistemas econômicos, sociais, tecnológicos, de mídia, etc) quanto de natureza infra-humana, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagem, sistemas corporais, fisiológicos, etc). Sendo assim, tal proposta nos alerta que a definição do sujeito pela cultura também não dá conta da subjetividade que se produz no funcionar destas máquinas, na articulação desses elementos extrapessoais e infrapessoais.

Dito isto, partiremos então para uma análise histórica das práticas do movimento LGBT, problematizando a questão da identidade em seus usos. Esse retorno à história busca evidenciar as forças que constituíram as configurações diversas que o movimento vai assumindo ao longo da história, e os efeitos que a política identitária foi produzindo na perspectiva da produção de subjetividade.

1.3) De olho na historiografia do movimento LGBT, rastreando problemas

Facchini (2005) marca o começo do movimento homossexual no Brasil no fim dos anos 70, ressaltando que é a partir daí que surge um projeto de politização da questão homossexual, em contraste com algumas associações que já se desenhavam em período anterior. A autora nos diz que essas associações eram caracterizadas pelos militantes como não-politizadas, pois estariam voltadas exclusivamente para a “sociabilidade”. Essas primeiras formas de associação, no caso o Snob (1963-1969) e Associação Brasileira de Imprensa Gay (1967-1968), aparecem nos trabalhos de MacRae (1985)¹⁷ e Green (1998¹⁸ e 2000¹⁹) (*apud* FACCHINI, 2005).

É curioso notar que os autores se preocupem em marcar um início “politizado” do movimento homossexual. Facchini e Green marcam a existência de uma sociabilidade homoerótica que se exercia em inúmeros lugares, tais como parques, cinemas, comércio, bares e casas noturnas voltadas para o público gay. No entanto, esses processos são considerados pródromos, anteriores aos verdadeiros movimentos políticos organizados, como

¹⁷ MACRAE, E. **O militante homossexual no Brasil da “abertura**. 1985. Tese de doutorado em Antropologia. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1985.

¹⁸ GREEN, J. “More Love and more desire:” the building of a Brazilian movement. In: ADAM, B.; DUYVENDAK, J.; KROUWEL, A. **The global emergence of gay and lesbian politics: national imprints of a worldwide movement**. Philadelphia: Temple University Press, 1998, p. 91-109.

¹⁹ GREEN, J. **Além do carnaval: a homossexualidade masculina no Brasil do século XX**. São Paulo, Unesp, 2000.

aqueles que tematizam as identidades ou se ligam a debates nacionais acerca da conquista de direitos, como parceria civil, discriminação e violência contra homossexuais.

Mas, por que não-politizadas? Essa sociabilidade, ao ocupar os espaços públicos e privados da cidade, não estaria fazendo política?

Green, quando citado por Facchini (2005), coloca que os movimentos de jovens nos anos 60 foram permeados pelas influências contraculturais, e que conseguiram, apesar da censura imposta pela ditadura militar, alguma discussão sobre a sexualidade, os papéis de gênero e a homossexualidade. O autor faz referência, neste momento, ao que ele chama de “processo de formação de identidades distintas”, entendendo que, por elas ainda não estarem formadas, prontas ou amadurecidas, não haveria aí um movimento politizado.

No entanto, acredito que este era um potente momento político, pois ainda que admitíssemos que as identidades estivessem em processo de formação, é justamente o processo que aqui importa. Ali, onde não se sabe exatamente o que se é, quando são causadas rachaduras em uma ditadura militar, que através de medidas repressivas limitam a liberdade de expressão, e ainda assim é possível notar a presença de uma sociabilidade homoerótica ocupando a paisagem urbana, apostamos que há política.

Em meio aos acontecimentos no Brasil dos anos 70, marcados pelo furor ditatorial que se iniciou em 1968, com a promulgação do ato institucional nº 5, que abriu um período de forte repressão expressa em torturas, assassinatos e perseguições, paradoxalmente temos também nesses tempos uma enorme efervescência artística e contestatória. Talvez dos momentos em que mais o movimento homossexual se movimentou, com expressões escritas, como os jornais alternativos, na moda e na música, no teatro (FACCHINI; SIMÕES, 2008).

Podemos citar como um desses movimentos o grupo teatral Dzi Croquettes, formado por homens que apresentavam dança e humor, radicalizando as questões de gênero ao misturarem barbas e cílios postiços, sutiãs e peitos peludos, meiões de futebol e saltos altos. Ali, as categorias de gênero²⁰ eram confundidas, em uma paródia cruel que criticava o sistema político vigente e o sistema sexo-gênero que constrói contornos bem definidos para as relações afetivas e eróticas (FACCHINI; SIMÕES, 2008).

No entanto, ao mesmo tempo em que identidades eram desestabilizadas pelos Dzi Croquettes, outros movimentos constroem territórios identitários. Por exemplo, no universo masculino, começaram a ganhar importância performances mais viris, músculos, bigodes e barbas. Segundo um entrevistado: “em vez de agir como as antigas “bichas”, que procuravam ser mais femininas para atrair os machos, os garotos passaram a ser mais másculos para atrair

²⁰ No capítulo 3 discutirei brevemente as categorias de gênero.

“pessoas mais másculas” (FACCHINI; SIMÕES, 2008, p.77). Vemos aí as identidades de gênero direcionando o desejo sexual. Hegemonicamente, o gênero é definido em termos de masculino e feminino, podendo ou não estar relacionado ao sexo biológico. No entanto, há uma enorme discussão sobre o conceito de gênero, que será abordada brevemente adiante.

Vale ressaltar que conquistas no nível macropolítico são importantes, mas que não estão descoladas de uma problemática micropolítica. Assim, nos diz Guattari (2008) que “não é utópico considerar que uma revolução, uma mudança social em nível macropolítico e macrossocial, concerne também à produção da subjetividade, o que deverá ser levado em conta pelos movimentos de emancipação” (p.34).

A micropolítica, ou plano molar, diz respeito aos processos constituídos, o plano dos territórios, do visível (homem/mulher, luta de classes, adulto/criança). Aqui encontramos a predominância das linhas duras, que operam por segmentação, cortando fluxos, instalando categorias e oposições binárias. “Há a predominância de uma máquina abstrata de sobre-codificação que "corta os agenciamentos em grandes conjuntos, identidades, individualidades, sujeitos e objetos." (BARROS, 1994²¹, p.268 *apud* NEVES; JOSEPHSON, 2002)

O plano micropolítico, ou molecular, se refere ao plano do desejo, do invisível, plano das intensidades, onde ainda não há unidades formadas e sim uma "lista de afetos não subjetivados, determinados pelos agenciamentos que o corpo faz, e, portanto, inseparáveis de suas relações com o mundo” (ROLNIK, S.1989²², p.61 *apud* NEVES; JOSEPHSON, 2002). Aqui predominam as linhas flexíveis e de fuga que buscam escapar aos códigos totalizadores das linhas duras e nos conectam com o devir, com o desconhecido. “As linhas de fuga funcionam ligadas a máquina de guerra, conjugando-se com os movimentos de desterritorialização, buscando escapar das reterritorializações, ou seja, da captura do desejo pelo Estado totalizador” (NEVES; JOSEPHSON, 2002, p. 8).

Diz-nos Deleuze:

Se consideramos os grandes conjuntos binários, como os sexos ou as classes, vemos efetivamente que eles ocorrem também nos agenciamentos moleculares de outra natureza e que há uma dupla dependência recíproca, pois os dois sexos remetem a múltiplas combinações moleculares... (DELEUZE; GUATTARI, 1996)

²¹ BARROS, R. **Grupo: A Afirmação de um Simulacro**. São Paulo, 1994. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1994.

²² ROLNIK, S. **Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo**. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

Assim, enquanto as “máscaras” ainda não estavam prontas para debater ou reivindicar direitos ao Estado, acredito que aí estavam os fluxos moleculares da sexualidade escapando, porém sem deixar de ser assinalados, repassados pelas organizações molares, que requerem identidades sexuais bem definidas, mas ao mesmo tempo, remanejando os próprios contornos delineados pela organização molar (DELEUZE, 1996). Então, o que buscamos é uma análise micropolítica em meio às conquistas macropolíticas, como aquelas referidas na introdução, ou como as outras já apontadas na historiografia e nas propostas da I Conferência Nacional LGBT (2008), que mais adiante serão discutidas.

O que podemos colocar em questão é qual o critério utilizado, seja pelos autores ou pelos militantes, para definir o que é “ser politizado”. Arendt (1999) nos traz que a condição para o agir político na Antiguidade era a libertação das necessidades do viver ; haveria então o homem que se libertar do trabalho, através do forçar outros a trabalhar para ele, a fim de que fosse liberado para o livre conversar com o outro. O sentido da política era a libertação para o exercício desta, que acontecia na conversa mútua entre iguais. Segundo a autora, entendemos mal a expressão grega para uma constituição livre (*isonomie*). Esta não significaria que todos são iguais perante a lei nem que a lei seja igual para todos, mas sim que todos têm o mesmo direito à atividade política. No entanto, esse direito não era exercido por todos; os escravos e os bárbaros, por exemplo, não participavam dessa conversa mútua, pois os gregos diziam que eles não dominavam a palavra por se encontrarem numa situação na qual era impossível a conversa livre. Então, para a liberdade e o exercício da política, não se precisava de uma democracia no sentido moderno. O que se formava era uma estreita esfera oligárquica ou aristocrática, na qual pelo menos os poucos ou os melhores se relacionavam entre si como iguais. Essa liberdade de movimento não era o objetivo da política, algo que seria alcançável por meios políticos, mas sim o conteúdo e sentido da própria política grega.

No entanto, o sentido da política vai se transformando através da filosofia de Platão e Aristóteles e do cristianismo. Ela passa a ser justificada como um meio para atingir objetivos mais elevados, situados fora do âmbito político. Dessa forma, liberdade seria o objetivo final da política, e o sentido grego do termo daria lugar a tudo o que garantiria a própria existência dessa liberdade, ou seja, à administração e ao provimento da vida na paz e à defesa na guerra (ARENDDT, 1999).

Arendt (1999) nos fala que a reinterpretação da coisa política, possibilitada por Agostinho e pela decadência do Império Romano, foi de decisiva importância para toda a tradição do Ocidente. Diz a autora:

Foi então que o corpo político também aceitou a concepção de que a política é um meio para um objetivo mais elevado e que se trata da liberdade dentro da política apenas porque a coisa política tem de libertar determinadas áreas. Só que a liberdade da política não é mais uma questão da minoria, mas sim, ao contrário, tornou-se uma questão da maioria que não devia nem precisava preocupar-se com os negócios do governo, ao passo que foi imposto à minoria o fardo de se preocupar com a ordem política necessária aos assuntos humanos (p.70).

Assim, com o advento do Estado nacional passa a ser obrigação do governo proteger e garantir a liberdade da sociedade. No entanto, com o estabelecimento dessa esfera limitada do agir político, trata-se de uma liberdade que só pode ser protegida se seu exercício for fiscalizado o tempo todo (ARENDETT, 1999).

Podemos então perceber que o “ser politizado”, identificado como aquele capaz de reivindicar ao Estado direitos específicos, no caso, falando de uma liberdade sexual que possibilite o acesso a tais direitos, é algo construído historicamente. Dizer que não há política na sociabilidade pré anos 70 no Brasil diz respeito a um modo de exercício da política. Mas, se pensarmos que modos de ser estavam em jogo, podemos dizer que ali existiam políticas de subjetivação, onde estava presente a contestação de vivências cristalizadas da sexualidade, que através da sociabilidade homoerótica nos bares, ruas, praças e etc. envolviam uma produção de subjetividade coletiva que estava se expressando como recusa de um certo tipo de ordem social, produzindo brechas no sistema de subjetividade dominante.

Guattari (2008) nos diz que a subjetividade é vivida na oscilação entre dois pólos: uma relação de opressão e submissão à subjetividade tal como a recebe, ou uma relação de expressão e criação, por meio da qual o indivíduo se reapropria dos componentes da subjetividade, o que ele chama de singularização. Desse modo, ao falarmos de políticas, nos processos de produção de subjetividades, podemos ir além da circunscrição dos antagonismos sociais aos campos econômicos e políticos, bem como da circunscrição do alvo da luta à reapropriação dos meios de produção ou de expressão política. Os afrontamentos sociais não se dão somente na ordem econômica, mas também entre os diferentes modos pelos quais os indivíduos e grupos entendem viver sua existência. Não nos restrinjamos ao campo da economia política, pois a luta também se dá em termos de economia subjetiva. (GUATTARI, 2008)

Foucault nos fala da existência de três tipos de lutas: contra as formas de dominação (étnica, religiosa, social); contra as formas de exploração que separa os indivíduos daquilo que eles produzem; e as lutas contra a sujeição, contra a submissão da subjetividade. Segundo o autor, esta última está se tornando a mais importante, o que não exclui a existência das outras duas. Até porque, os mecanismos de sujeição não estão descolados dos mecanismos de

exploração e dominação; porém, também não são apenas o “terminal” desses mecanismos, e sim mantêm com eles, e com outras formas, relações complexas e circulares. Ele vê como razão da prevalência das lutas contra a sujeição o desenvolvimento de uma nova forma política, que tem lugar a partir do século XVI: o Estado, instância que combina astuciosamente procedimentos de totalização e de individualização (DREYFUS e RABINOW, 1995).

Em abril de 1978 é lançada a edição número zero do jornal *Lampião da Esquina*. Este pretendia estar mensalmente em todas as bancas do país, “falando da atualidade e procurando esclarecer sobre a experiência homossexual em todos os campos da sociedade e criatividade humana.” (editorial edição nº zero). A chamada do jornal era “é preciso sair do gueto”, enfatizando que sua circulação visava romper com a imagem negativa do homossexual como aquele que é amaldiçoado por conta da sua preferência sexual. Visava desmontar o conceito de que a preferência sexual pudesse interferir negativamente na atuação dos homossexuais no mundo em que vivemos. Ainda no editorial desta edição, encontramos a pretensão de dar voz aos excluídos, aos grupos injustamente discriminados: negros, índios, mulheres, minorias étnicas do Curdistão. A idéia do jornal era desconstruir a visão negativa, faltosa, que circulava acerca da homossexualidade.

Havia no jornal uma afirmação de modos de existência perpassados pela escolha sexual, a criação de novas formas de vida, de relações; a proposta de que novas formas se instaurassem por meio de escolhas sexuais, éticas e políticas. Era uma afirmação não somente enquanto identidades, mas enquanto força criativa (FOUCAULT, 1984).

Nessa mesma época, entre os anos de 1976 e 1981, a *Revista Rádice*, produzida por psicólogos cariocas, ganhou grande importância, intelectual e afetiva entre profissionais e estudantes. A revista discutia temas variados e polêmicos, “como a repressão política, o tratamento desumano nos hospitais psiquiátricos, a regulamentação da profissão de psicólogo, as terapias corporais, entre outros” (p.26). Discussões sobre comportamento e sexualidade também faziam parte do repertório da revista. Era um dos poucos dispositivos que, naquele momento, divulgava outras formas de fazer e pensar a psicologia em tempos de ditadura militar. (SANTOS; JACÓ-VILELA, 2005).

Rodrigues (2010) aponta que, ainda que o jornal *Lampião* fosse formado exclusivamente por homossexuais masculinos, havia ali a proposta de exercício de uma política de alteridade, que acabou por influenciar e fortalecer vários grupos de minorias sexuais no Brasil, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo. Um deles foi o grupo *SOMOS* de São Paulo, nome ligado à idéia de “assumir-se homossexual”. Mais à frente, será

possível notar o quanto o ideário de pertencimento a uma identidade sexual atravessa as práticas desse grupo.

Facchini (2005) relata que o SOMOS foi o primeiro grupo reconhecido como tendo uma proposta de politização da questão da homossexualidade. O processo de criação do SOMOS se intensificou no decorrer de 1978, através de vários encontros entre grupos universitários e intelectuais em defesa dos direitos dos homossexuais; mas foi em abril de 1979 que se estabeleceu de fato com um nome, reuniões periódicas e princípios de organização (RODRIGUES, 2010). MacRae (1985 *apud* FACCHINI, 2005), aponta algumas características do SOMOS: o igualitarismo comunitarista que conflitava com a heterogeneidade do público homossexual; os recursos homogeneizadores que passavam tanto pelo anti-autoritarismo e mecanismos que impediam a explicitação das hierarquias internas quanto pela busca proposital de inimigos ou ameaças externas. Além disso, o modelo das reuniões dos grupos de identificação, baseado em relatos autobiográficos, nos quais se revelavam idéias sobre a sexualidade em geral e a homossexualidade em particular, possuíam, na visão do autor, uma tendência homogeneizadora. Ele coloca que essas reuniões não serviam para resgatar uma fala ou cultura homossexual longamente reprimida, mas sim, para a construção de uma identidade sexual, onde se aprendia a ser “militante homossexual”.

Assim, vemos que essa lógica que categoriza não é inaugurada no grupo SOMOS dos anos 70, pois ao retomarmos os estudos desenvolvidos por Foucault, em sua obra “História da sexualidade I”, é possível visualizar a emergência de tal lógica entre os séculos XVIII/XIX, que ainda hoje produz efeitos. No entanto, é possível notar algumas discontinuidades, tensionamentos produtores de novos problemas nos anos 70. MacRae (1985 *apud* FACCHINI, 2005), analisando o ideário do SOMOS, encontra a bissexualidade tida tanto como identidade ou subterfúgio para não assumir a homossexualidade, e como prática sexual glorificada enquanto subversão de todas as regras. Notamos aqui tensionamentos na constituição de identidades para posteriores debates com o Estado. Mas ainda assim, aparece a bissexualidade como um território problemático, incerto, evidenciando que algo sempre “vaza” da organização molar, que a todo o momento tenta deter os fluxos mutantes da sexualidade.

Ainda em relação à bissexualidade, parece estar presente uma problemática que diz respeito a uma verdade sobre a sexualidade do sujeito. Retomando Foucault (1988), vemos construída uma história da sexualidade a partir de práticas discursivas e não de um sistema de representações. A sociedade que se desenvolve no século XVIII (burguesa, capitalista ou industrial), ao invés de reagir ao sexo com uma recusa de conhecimento deste, instaurou todo

um aparelho para produzir sobre ele discursos verdadeiros. Dois processos se desenvolvem: dizer a verdade sobre a verdade do sexo e dizer a nossa verdade, aquela que estaria supostamente oculta, desta verdade de nós mesmos que acreditamos possuir em imediata consciência.

Dessa forma, parece que a bissexualidade dá uma sacudida nas certezas de um dia enunciarmos a todo canto o que somos a partir das nossas experimentações sexuais. No entanto, ao ser elevada a mais uma categoria sexual, colocando o bissexual como “indeciso” ou mesmo como alguém que foge de assumir a sua suposta “verdade sexual”, encontramos aí cristalizações. A identidade se torna o problema mais importante da existência sexual que deve ser “desvendada”, passando a ser tomada como a lei, o princípio e o código de sua existência. Daí se colocar continuamente a questão de se algo está ou não de acordo com essa tal identidade (FOUCAULT, 1984).

De acordo com Facchini (2005), por bastante tempo a principal atividade cotidiana do SOMOS/SP foi a série de encontros chamada de “reuniões de reconhecimento.” Tratava-se de um espaço que servia para tomar contato com a experiência concreta da homossexualidade, através dos relatos pessoais dos participantes. MacRae (*apud* FACCHINI, 2005) entendia que esse modelo de reunião tinha por função construir a igualdade entre os membros do grupo e fazer com que estes aprendessem uma nova forma de se ver no mundo. Ali, seria criada e consolidada a identidade homossexual militante. Já para os grupos que foram surgindo posteriormente, como o Triângulo Rosa, o que mais importava era a política no sentido mais pragmático. A política, pautada em uma identidade homossexual como algo já dado, “seja por se perceberem para além da necessidade de uma atividade de auto-ajuda, ou por entenderem que tal identidade já houvesse sido construída pelo trabalho de grupos anteriores” (p.116-117), era focada em questões externas: leis, políticas, diminuição da discriminação via alterações constitucionais e de códigos legais específicos, como a alteração do Código de Ética do Jornalista (FACCHINI, 2005).

Vê-se que a demanda por uma identidade bem definida vai ficando cada vez mais presente na medida em que o movimento vai se tornando mais ‘politizado’. Assim, a busca pela identidade homossexual parece girar em torno de um reconhecimento que os grupos buscam perante a sociedade. A partir disso, seria possível reivindicar direitos para o Estado, bem como afirmar um lugar social. Guattari (2008) nos diz que a identidade tem como condição de existência o reconhecimento; os sujeitos se encaixam nas identidades, se reconhecem a partir delas e buscam legitimidade e reconhecimento dos outros a partir desse modo de reconhecimento de si. Mas o autor também coloca que “o ponto em que as

problemáticas do inconsciente se entrelaçam com as problemáticas políticas está exatamente na idéia de que não se trata apenas de subjetividades identificáveis ou identificadas, mas de processos subjetivos que escapam às identidades” (p.80).

Seguindo a trajetória do grupo SOMOS, é possível visualizar tensionamentos entre a macropolítica, os efeitos da política identitária que atravessava o grupo e a micropolítica sobre a qual Guattari faz referência. No início, o grupo foi crescendo com muitos de seus militantes que também atuavam em outros movimentos, como o feminista, o movimento negro, grupos e partidos de oposição à ditadura. Seus integrantes participavam, com faixas e cartazes próprios, de passeatas contra a violência policial, pelas mulheres, negros, democracia e pelas reivindicações salariais dos trabalhadores do ABC paulista (RODRIGUES, 2010). Podemos aqui dizer de uma política de alteridade, da transversalidade das lutas, como havia no jornal *Lampião da Esquina*. Segundo Veyne (1982), Foucault nos fala sobre os acontecimentos na história, afirmando que “cada prática depende de todas as outras e de suas transformações, tudo é histórico e tudo depende de tudo” (p. 172). É possível que em certa época, um conjunto de práticas forme, sobre um novo ponto, uma fisionomia vagamente semelhante a uma anterior. Acreditamos que isso ocorreu no caso do SOMOS, uma fisionomia semelhante àquela do *Lampião* retorna no conjunto de práticas deste grupo, que está em conjugação com diversas outras práticas daquele momento, possibilitando a emergência dessa transversalidade, que também ocorrera à época do *Lampião*.

No entanto, a partir de 1981, essa mesma diversidade de pertencimentos e pontos de vista se torna um impasse no grupo. Enquanto uns queriam se aproximar de partidos de esquerda, defendendo uma “luta maior” contra a ditadura e a transformação social, outros optavam pela “luta específica” das minorias, considerando que instituições como os partidos representavam uma ameaça à visibilidade de suas questões (RODRIGUES, 2010).

Wood (2003) ressalta o quanto essas lutas contra diversas opressões que não as de classe (de gênero, raça, sexualidade) são caracterizadas por serem particulares e isoladas, terminando na submissão ao capitalismo, ao invés de se constituírem enquanto aspirações universalistas do socialismo e da política integradora da luta contra a exploração de classe.

No entanto, vale lembrar que esse movimento social que lutava pela afirmação da liberdade sexual, e do qual o SOMOS era um dos grupos integrantes, nasce na ditadura militar, junto a muitos outros movimentos compondo assim uma estratégia coletiva de resistência. Esses movimentos são marcados pela luta por liberdades democráticas, conquista de espaços e canais de abertura a valores e expressões diferentes daqueles afirmados no

capitalismo internacional e veiculados pelo regime vigente (COIMBRA; MENDONÇA; MONTEIRO, 2006).

Durante a década de 70, muitos grupos se organizaram com reivindicações de outro caráter, buscando questionar a exclusão e os preconceitos. Tais movimentos impulsionaram o processo de abertura política, com diversas manifestações organizadas ou espontâneas, como greves, passeatas, ocupação de terras e de espaços públicos, festas em vias públicas, depredações, que desafiavam a ordem instituída (SANTOS, 2008).

Nessa época, não era difícil notar um elevado grau de transversalidade das lutas. O 1º de maio de 1980 em São Paulo foi bem ilustrativo disso, pois, nesse dia, o conflito operário foi além do movimento sindical e, numa passeata, pequenos grupos foram se reunindo, formando uma multidão de cerca de 120 mil pessoas. Pastoraes da igreja, parlamentares da oposição, OAB, sindicatos, artistas, estudantes, jornalistas, professores assumiram a greve do ABCD paulista como suas também.

Assim, mesmo marcados pela lógica da representação²³ partidária, esses movimentos inauguraram outro modo de pensar e fazer política, ao enfatizar o cotidiano, uma temporalidade antes desconsiderada pelos movimentos, abriram passagem ao invisível, ao capilar, à dimensão micropolítica. Porém, ao longo do processo é a dimensão macro que vai ganhando força, com seus lugares de poder estabelecidos pela lógica da representação (COIMBRA; MENDONÇA; MONTEIRO, 2006).

Podemos considerar que linhas duras, molaes, estavam presentes desde o início, quando o grupo SOMOS adota seu nome a partir da idéia de “assumir-se” homossexual. No entanto, durante algum tempo, a abertura aos processos de criação foi sustentada, o que se evidenciava, por exemplo, nas composições possíveis em meio à diversidade de pertencimentos de seus integrantes. Vemos que um processo de captura vai se instaurando, e o movimento vai se cristalizando em uma discussão macropolítica, enquanto a micropolítica processual vai se enfraquecendo.

A mesma identidade que permite o conforto de um pertencimento e um sentimento de estabilidade da existência é também aquela que localiza e contorna modos de existência que acabam sendo deslegitimados pelo funcionamento dessa política identitária. Uma política que produz a norma e, ao mesmo tempo, a transgressão, que não é vista com bons olhos. (ARANTES, 2010)

Essa política identitária vai também gerar uma ruptura das mulheres militantes do grupo, defendendo que as lésbicas possuíam demandas específicas. Elas alegavam que os

²³ No capítulo 3 aprofundarei a discussão sobre a democracia representativa e o Estado democrático de direito.

militantes homossexuais masculinos reproduziam o machismo no interior do movimento. Assim, em agosto de 1980 foi fundado o Grupo de Ação Lésbico-Feminista (GALF), e o SOMOS, em 1982, já se encontrava bastante desarticulado (RODRIGUES, 2010). Nesse trajeto, podemos notar o quanto o uso de uma política identitária, ao começar a se cristalizar e ao mesmo tempo deixando de ser estratégica, produziu enfraquecimentos do grupo e desagregações. A reivindicação de lugares e demandas específicas não permitiu colocar em discussão, dentro do grupo, o machismo que se apresentava; curioso ser o mesmo grupo que antes participava de passeatas pelas mulheres.

A discussão passou então a circular em torno de uma lógica binária, que segundo Deleuze (1996), é uma característica própria das sociedades com Estado; estas fazem valer máquinas duais, e procedem simultaneamente por relações biunívocas e sucessivamente por escolhas binarizadas. “As classes, os sexos, combinam de dois em dois, e os fenômenos de tripartição decorrem de um transporte do dual, mais do que o inverso” (DELEUZE, 1996). E isso acaba por produzir negações, faltas e conseqüentes vulnerabilidades.

Bozon (2004) afirma que a maior parte das culturas traduziu a diferença entre os sexos em uma linguagem binária e hierarquizada, sendo apenas um dos termos valorizado. Assim, o pensamento simbólico (que atribui significado, valora e hierarquiza) justifica a supremacia do homem, pois está apoiado nessa lógica binária, de classificações dualistas, produzindo um sistema geral de oposições tanto para os corpos quanto para todas as outras coisas do mundo. O autor coloca que, no Brasil de hoje, ainda que o objetivo de reproduzir não ocupe mais o lugar principal, todo o comportamento sexual é percebido a partir das categorias de atividade e passividade, associadas respectivamente ao masculino e ao feminino. Outra argumentação que a abordagem estruturalista de Bozon nos apresenta é em relação aos limites entre comportamentos lícitos e ilícitos. Em todas as construções culturais da sexualidade, há uma constante na qual os limites entre o lícito e o ilícito não coincidem para homens e mulheres. Na Antiguidade grega e romana, a sexualidade lícita para as mulheres se limitava à reprodução dentro do casamento, enquanto todos os prazeres eram permitidos aos homens livres adultos, desde que não pusessem sua posição social em risco, ou seja, permitissem a inversão de papéis: se deixar tratar como um jovem, uma mulher ou um escravo, ou seja, como um inferior.

A institucionalização do cristianismo no Ocidente, ainda que tenha trazido algumas inovações, não rompeu radicalmente com a Antiguidade. A sexualidade legítima é instituída dentro do casamento cristão, monogâmico e indissolúvel. Em princípio, tal instituição colocou homens e mulheres em pé de igualdade, pois a sexualidade praticada fora do casamento era

um ilícito que dizia respeito a ambos. Porém, na prática o que se vê é o adultério sendo tratado com mais severidade quando praticado pelas mulheres (BOZON, 2004).

Toda a argumentação do autor se baseia na idéia de que, como produto de longa história social, as atitudes em matéria de sexualidade se modificam bem menos radicalmente do que se poderia pensar, o que revelaria a persistência de um inconsciente social que resiste à mudança.

Seria um inconsciente que resiste, enquanto objeto natural que ainda que se apresente com facetas diferentes, é o mesmo em si, ou práticas que se repetem, que acontecem pela atuação dos sujeitos em relação? Não há força própria nos acontecimentos, nas reproduções; elas se dão porque há os corpos atuando, batalhando, e a conjugação das práticas acontece de um determinado modo na história que permite a emergência de certos acontecimentos. Toda prática tem seus ancoradouros, suas objetivações, suas matérias. Para Foucault, segundo Veyne (1982), em história nada existe, pois tudo depende de tudo, ou seja, as coisas só existem materialmente; “uma existência sem rosto, ainda não objetivada” (p.171). Trata-se da existência de referentes pré-discursivos que aparecem como matéria de algo (no caso, falamos do dualismo masculino/feminino e seus decorrentes) que assim é objetivado. Desse modo, não interessa à história a elaboração de constantes, e sim usar as constantes para fazer desaparecer as racionalizações que reaparecem, incessantemente.

Segundo Fry e MacRae (1985), ainda encontramos no Brasil uma modalidade bastante disseminada de classificação de pessoas baseada em uma hierarquia de gênero que funciona na lógica masculinidade/atividade sexual (onde se encaixariam as mulheres sexualmente ativas, as ditas “sapatões” ou “mulher-macho”) versus feminilidade/passividade sexual (onde se encaixariam os “bichas” ou “veados”).

No entanto, ao constatarmos a resistência à mudança, ao focarmos nela, quais saídas são possíveis de serem criadas? Essa abordagem estruturalista trata da diferença, mas de que modo? Aqui, a diferença é colocada em termos de desigualdade, oposição. Essa diferença, ao ser colocada como estruturante (construída pela via da socialização, e não do biológico), é fundante e reproduzida ao longo da história, ainda que se apresente de modos diferentes. Assim, o dualismo é apresentado como persistente, mas não é colocado em análise, enquanto objeto forjado na história. Entendemos que essa é uma dentre outras maneiras de tratar a questão da diferença, uma maneira que foi objetivada dessa forma por uma combinação de práticas que fizeram com que o referente pré-discursivo aparecesse como matéria de dualidade masculino/feminino (VEYNE, 1982).

A referência ao gênero é comumente relacionada a uma identidade natural homem/mulher, construindo assim a noção de masculino e feminino. Surgiu nas discussões sobre mulheres, interrogando a universalidade e superioridade atribuída ao homem, sendo construída nas relações sociais a partir da observação da diferença entre os sexos, pressupondo a antecedência do sexo. Assim, fica colocada uma distinção entre sexo e gênero, sendo o sexo biológico a base para as definições de gênero (PEREIRA, 2008).

Nos anos 80 aconteceram diversas discussões, que opunham as feministas construtivistas às essencialistas, possibilitando que a noção de gênero se convertesse em ferramenta teórica fundamental para tratar da fabricação social e cultural da diferença sexual. Autores como Butler passaram a questionar a existência pré-discursiva do sexo, afirmando que este é efeito dos discursos, e que, portanto, o gênero não é limitado pelo sexo biológico, fornecendo-o possibilidades diversas de leitura e de atuações (PEREIRA, 2008).

O discurso dos anos 90, o chamado “pós-feminismo” marca uma virada conceitual, desde os debates sobre igualdade e diferença, justiça e reconhecimento, essencialismo e construtivismo até as discussões acerca da produção transversal das diferenças. Marca um deslocamento dos posicionamentos que partem de uma única noção de diferença sexual e de gênero – esta entendida em termos de essencialismos, em termos da divisão do trabalho na concepção marxista, ou em termos lingüísticos (ordem simbólica ou pré-simbólica), para uma análise transversal das diversas opressões – sexualização da raça e racialização do sexo, por exemplo (CARRILLO, 2004).

Trata-se de uma crítica geral dos efeitos de normalização e naturalização que acompanham toda a política de identidade, como a institucionalização estatal de políticas de gênero, a normalização das políticas do movimento homossexual, a essencialização de projetos anti-coloniais nacionalistas, dentre outros (CARRILLO, 2004).

Vale ressaltar que essa crítica surge dos próprios movimentos identitários, redefinindo a luta e os limites do sujeito político feminista e homossexual, sendo nomeada de *queer*. Segundo Preciado (2011), tal política se opõe à noção biológica da diferença sexual, afirmando que esta não existe em si, mas sim uma multidão de diferenças; a aposta é numa multiplicidade de corpos que se levantam contra o regime que os define como “anormais”, através de uma produção performativa de identidades desviadas.

Porém, Rosi Braidotti (2000), mesmo trazendo uma crítica radical aos feminismos, e uma proposta, que dentre outros autores se utiliza de Deleuze²⁴, trazendo como grande fonte

²⁴ A autora pensa a diferença na desconstrução, e não visa criar uma lógica de oposição à binária. Utiliza de Deleuze o conceito de desterritorialização, que implica uma dissolução da idéia de centro e de identidades essenciais. Também toma de empréstimo a noção de microfascismos, que pode advir da fragmentação pós-

de inspiração a obra deste autor sobre os devires e as linhas de fuga, faz críticas a ele, dizendo que o mesmo não dá a devida atenção para as diferenças entre os gêneros. A crítica se dirige ao posicionamento de Deleuze de que as mulheres deveriam reivindicar os *n* sexos, e não só o feminino. Também critica a questão dos devires minoritários dos quais Deleuze fala (mulher, criança), e que não haveria um devir-homem. Braidotti questiona se isso não estaria colocando a mulher no lugar de um rebatimento, que seria uma resistência, mas perante a norma homem, já que este também não pode ser um devir. Diz que, ainda que se trate do devir, ao referir a mulher como devir minoritário em relação ao homem, estaria ainda assim desqualificando a mulher. A autora coloca então a importância do reconhecimento e valorização desse feminino ao se incomodar com as formulações de Deleuze, o que nos mostra um índice de contradição da teoria, que ainda que defenda a desconstrução identitária, recoloca a identidade enquanto necessária ao posicionamento político do feminismo. Assim, notamos o quanto os estudos de gênero, ainda que tragam importantes contribuições que questionam radicalmente a política identitária, acabam em algum momento alimentando a identidade, reforçando sua necessidade e importância.

Retornando ao SOMOS, podemos perceber que suas práticas continham uma atualização da lógica binária que hegemonicamente constitui o sujeito político tanto do feminismo (naturalização da oposição homem/mulher) quanto dos movimentos homossexuais (naturalização da oposição hetero/homo). Afirmamos a existência dessas forças de manutenção do instituído no dispositivo da sexualidade²⁵; no entanto, entendemos que elas estão em constante tensionamento com forças de escape, de ruptura. A história das práticas nos mostra que as forças instituintes do início da atuação do grupo quando, a nosso ver, havia um maior grau de transversalidade das lutas, evidenciado pelos pertencimentos diversificados dos integrantes, esse momento instituinte do movimento foi aos poucos sendo capturado por forças conservadoras, de manutenção do status quo. Esse momento instituído, onde localizamos a ruptura das mulheres militantes, aprofundou o abismo da diferença sexual por oposição, e a desarticulação do grupo.

moderna, a perda de unidade que pode gerar a reprodução de hegemonias disseminadas em relações de poder mais localizadas, pequenas. Interpela o movimento feminista, trazendo a idéia de nomadismo enquanto vetor de desterritorialização, dizendo que o que define tal estado é a subversão das convenções estabelecidas, uma forma de resistência política às visões hegemônicas e excludentes da subjetividade. Faz uma crítica a identidade enquanto território que resume o sujeito a ela, o aprisiona; porém, o nômade não está completamente desprovido de unidade, sendo uma figura que expressa o desejo de identidades feitas de transições, deslocamentos sucessivos, sem uma unidade essencial e contra ela. Assim, defende que uma prática feminista radical deve atentar à identidade como conjunto de identificações, veiculadas pela linguagem e, portanto, objeto de relações imaginárias, mas também deve levar em conta a subjetividade política como busca de lugares de resistência aos padrões estabelecidos. (BRAIDOTTI, 2000)

²⁵ O dispositivo da sexualidade será discutido de modo mais aprofundado no capítulo 2.

No percurso histórico do conceito de instituição, no âmbito da análise institucional francesa, encontramos a quebra com a equivalência do conceito à organização material (prédio, construção) e jurídica (marco legal, estatutos, regulamentos), afirmando as instituições enquanto práticas sócio-históricas. Nessa perspectiva, falamos em processos de institucionalização das práticas, num jogo de forças em permanente contradição entre instituído (status quo, atua como um jogo de forças extremamente violento para produzir certa imobilidade) e o instituinte (forças desestabilizadoras, que perturbam a formalização dos processos, as imobilidades). De todo modo, cabe considerar que

Os riscos dos usos maniqueístas aos quais esteve (e ainda está) exposto tal conceito, foi abordado por Lourau num curso ministrado em 1993, no Rio de Janeiro.(...) Propõe que, para pensar as separações-totalizações operadas nas e pelas formas-instituições naturalizadas, seja realizada uma análise que considere três momentos no "processo de institucionalização" que não podem ser isolados: o instituído (universalidade), o instituinte (particularidade) e a institucionalização (singularidade).(AGUIAR, 2003,p.74)

Ainda que a instituição seja tomada em seu dinamismo, movimento, e não como algo imóvel e imutável, foi na análise micropolítica que o sentido de singularização nos pareceu ganhar mais potência.

Diz-nos Guattari (2008):

Há sempre algo de precário, de frágil nos processos de singularização. Eles estão sempre correndo o risco de serem recuperados, tanto por uma institucionalização, quanto por um devir-grupelho. Pode acontecer de um processo de singularização ter uma perspectiva ativa em nível do agenciamento e, simultaneamente, a esse mesmo nível, fechar-se em gueto. (p. 62).

A intensificação da tendência das forças identitárias que, em nosso entendimento, favoreceu a desagregação do SOMOS no cenário da luta política nos faz lembrar o que Foucault tem a dizer sobre a identidade. Ele diz que nós não devemos excluir a identidade se é pelo viés desta que as pessoas encontram prazer; no entanto, não devemos considerá-la como regra ética universal, pois estaríamos fazendo um retorno a uma forma ética muito próxima à da heterossexualidade tradicional. Nesse caso, a identidade aparece como o problema mais importante da existência sexual, quando as pessoas pensam que precisam “desvendar” sua “identidade própria”, e isso passa a reger as relações, sendo preciso que tudo esteja de acordo com ela. (FOUCAULT, 1984).

Assim, ao colocarmos em análise o processo de institucionalização da sexualidade, encontramos a norma heterossexual como um instituído, bem como as oposições homem/mulher e homo/hetero, mas também diversas forças instituintes. O próprio jogo identitário pode compor processos instituintes, mas como estamos aqui nos referindo à institucionalização, processo contraditório inclusive no interior do próprio instituinte (LOURAU, 1993), há que se observar as cristalizações e imobilidades que aí se tem formado.

MacRae (1985 *apud* FACCHINI, 2005) ao avaliar a situação do movimento homossexual em 1985, aponta uma fase de declínio, ao mesmo tempo em que relata importantes conquistas do movimento. Esse declínio é trazido enquanto redução quantitativa dos grupos em atividade. Contudo, o autor reconhece que permaneceram redes de comunicação e sociabilidade, bem como a disposição dos membros dos diversos grupos extintos para efetuar algum tipo de mobilização em relação às questões ligadas à homossexualidade. Vemos então que o movimento, as forças instituintes continuam atuando, compondo a reorganização da trajetória de ação militante, num contexto de expansão da AIDS e abertura política com o fim da ditadura militar brasileira.

O fim da ditadura gera efeitos na trajetória do movimento homossexual. Destacamos o encerramento das atividades do jornal *Lampião*, que segundo Silva²⁶ (1998 *apud* FACCHINI, 2005) era uma publicação de “imprensa nanica”, de teor contestatório, voltado para lutar contra a censura. Assim, com o fim da censura e o início do processo de redemocratização, o jornal perdeu força, pois manteve o mesmo modo de funcionamento, ao mesmo tempo em que seus temas passaram a ser publicados em jornais e revistas de grande circulação (FACCHINI, 2005).

Além disso, podemos citar mudanças na atuação militante, consideradas como mais pragmáticas - garantia dos direitos civis e contra a discriminação e violência voltadas aos homossexuais²⁷, que passam a dar outro ritmo ao movimento, bem diferenciado dos ritmos anteriores, quando o projeto de transformação da sociedade como um todo dominava a pauta das lutas sociais. No entanto, fica o questionamento: será que voltar esforços para lutar por garantia de direitos, a atuação dita pragmática, estaria desvinculando o movimento de um projeto de transformação social? A própria questão dos direitos sociais está imersa em um funcionamento social, e ao propor modificações de garantias de direitos, estaríamos impactando mudanças sociais.

²⁶ SILVA, C. **Reinventando o sonho: história oral de vida política e homossexualidade no Brasil contemporâneo**. 1998. Dissertação (mestrado em História Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

²⁷ *Ibidem*

Esse pragmatismo vem acompanhado de uma necessidade, que na “primeira onda” do movimento não aparecia com tanta frequência, dos grupos terem uma sede, registro oficial, e diretoria com cargos e funções claramente definidos. Como exemplo, Facchini compara o Grupo Gay da Bahia (GGB) e o SOMOS. O primeiro se preocupava em ter uma sede própria, demandando uma “capacidade instalada” para realizar as suas atividades. A autora relata que essa era uma preocupação bastante comum entre as associações com as quais teve contato. Já o SOMOS tratava a questão do espaço de outro modo realizando suas atividades tanto em residências de alguns membros, quanto em boates, numa sede na universidade ou numa sede dividida com um grupo de esquerda (FACCHINI, 2005). Mas, pensemos: quais efeitos são produzidos por essas diferentes maneiras de ocupação de espaços? Quais políticas estão sendo operadas?

Ao longo dos anos 90 foi possível notar o crescente número de grupos com forma organizacional e preocupações típicas das ONGs, pelo menos no que tange à atuação pela via de projetos de intervenção financiados.

Aí vemos que a política identitária se fortalece, tanto nas ações, quanto nos eventos que reúnem os grupos periodicamente. Quanto a isso, podemos citar o ocorrido no IX EBGLT²⁸, em 1997, no qual houve momentos em que lésbicas questionaram a legitimidade da reivindicação de atendimento de travestis em enfermarias femininas, com o argumento de que as travestis, em última instância, são homens. No entanto, a própria existência de enfermarias que separam em masculino e feminino não aparece como uma questão relevante a ser discutida.

Um tensionamento importante que faz parte desta discussão diz respeito à incorporação dos bissexuais no movimento enquanto um segmento específico. Isso aconteceu em 2005, à época da realização do XII Encontro de Gays, Lésbicas e Transgêneros, no qual também foi lançado o coletivo de travestis, e adotada a sigla LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros). No entanto, a circulação dos bissexuais no movimento tem se dado de forma polêmica, visto que as principais frentes de luta se encontram nas reivindicações de políticas públicas, que se dão por meio de projetos, cujo suporte material exige o recorte de públicos-alvo bem delimitados.

E como marca principal, esses públicos-alvo devem apresentar uma posição de vulnerabilidade nas relações sociais. Isso se coloca no próprio acesso dos usuários às políticas públicas, diante das quais é preciso que se encontrem em situação indigna de existência e

²⁸ Encontro Brasileiro de gays, lésbicas e travestis, com a presença de 52 grupos, em São Paulo (Facchini e Simões, 2009)

sobrevivência, bem como é exigido que os usuários assumam a condição de um “carente que precisa de ajuda” (MACIEL, 2010). No entanto, é importante atentarmos que nós participamos da produção dos grupos vulneráveis, os mesmos que pretendemos incluir, ressocializar, reabilitar.

Dessa forma, é necessária uma estabilização de identidades, que é perturbada quando a bissexualidade traz em suas práticas o questionamento da oposição hetero/homo, deixando assim as fronteiras mais fluidas (FACCHINI; SIMÕES, 2009). Porém, o próprio modo de funcionamento das políticas públicas, em seus recortes de público-alvo identitários, não é colocado em análise. Além disso, segundo Trevisan (2010), as políticas homossexuais no Brasil são construídas de forma centralizada em algumas personalidades de classe média, não-representativas e associada a partidos políticos. Apenas esses atores legitimados pautam as políticas públicas; como consequência, o debate é restrito, e as bandeiras são definidas por alguns poucos ao invés de amplas e coletivas.

Assim, tanto os bissexuais, acusados comumente dentro do movimento como enrustidos, irresponsáveis e com falta de compromisso político, quanto as travestis e drag queens, denunciam o funcionamento criminalizante que por vezes a lógica identitária produz. As travestis, por recusarem frequentemente a identificação de homossexuais, têm dificuldades em se constituir como alvo de políticas públicas, além de serem discriminadas dentro do próprio movimento por estarem geralmente ligadas à prostituição (FACCHINI; SIMÕES, 2009). E assim, uma discussão importante, como a descriminalização da prostituição acaba ficando de lado, em detrimento da criminalização dos comportamentos das travestis. Ainda que a discussão sobre a descriminalização destas práticas acabe por cair numa demanda de reconhecimento pelo trabalho de quem se prostitui, pensamos que isso seria, enquanto escape à vitimização e discriminação, uma luta interessante de ser levada a frente.

Já com as transexuais, a coisa muda um pouco de figura. A elas é garantida a cirurgia de “redesignação sexual” (FACCHINI; SIMÕES, 2009, p. 157) pelo Sistema Único de Saúde (SUS). E aí pensamos: por que esta ‘vitória’ e não outras? Aliás, isso ser visto como uma vitória do movimento é em si um dado para pôr em análise. Pois aqui notamos um esforço de especificação da sexualidade pelo viés biológico – como assim, alguém que aparentemente é uma mulher poderia ainda ter um pênis, e vice-versa? E assim, mantemos e reforçamos segmentações, discriminações, pois tudo precisa estar no seu devido lugar. Aquilo que borra as categorias incomoda, e para estes é preciso achar um lugar identitário.

Curioso é lembrar que, ao final de 1979, aconteceu o I Encontro de Homossexuais militantes, que segundo Boletim do GGB, foi marcado por debates constitucionais e sobre

saúde (FACCHINI, 2005). Uma das resoluções era lutar para retirar a homossexualidade da lista das doenças mentais. Atualmente, temos categorizado no CID o chamado “transtorno de identidade de gênero.”²⁹ Tal categoria aparece defendida pelo movimento, alegando que é através dela que se garante a cirurgia de mudança de sexo. No entanto, podemos notar que se antes a luta era para retirar da lista das doenças mentais a questão da sexualidade, agora ela aparece recolocada sobre outros termos, pois se trata de pessoas que querem mudar de sexo, e vemos aí o discurso científico sendo retomado pelo movimento social.

Aqui o discurso da garantia de direitos toma maior espaço nesta discussão, pois ainda que seja sabido que se trata de um processo de patologização, o que importa é que é assim que se consegue a cirurgia. No entanto, não se coloca em questão a necessidade de ter que patologizar, criar uma vulnerabilidade para garantir direitos.

Ao longo deste capítulo, foi possível notar que a problemática da identidade é muito presente nas discussões do movimento. O recurso à identidade aparece como estratégia política de fundamental importância para as conquistas em termos de direitos humanos, mas não se limita a isso. Através dessa política identitária, modos de ser estão em jogo. Vemos aí operando o que Foucault chama de dispositivo da sexualidade. E por dispositivo, o autor entende

um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (FOUCAULT, 1979, p. 244).

Dispositivo da sexualidade – uma estratégia potente e perversa de poder, não de repressão, mas de gerenciamento e controle da produção dos corpos, subjetividades e populações. Potente porque o poder avança cada vez mais fundo sobre os modos de existência; perverso porque provoca a existência de formas de experimentação e vivência da sexualidade como ilegítimas, não para exterminá-las totalmente, mas sim para a manutenção das relações de poder. Para Foucault (1988), poder “é o nome dado a uma situação estratégica complexa numa sociedade determinada” (p. 103). Além disso, o poder se dá em relações, em toda parte, não sendo detido por um único agente.

Sendo assim, no capítulo seguinte partiremos para uma análise da emergência desse dispositivo, que incitando discursos sobre o sexo através das categorizações e especificações

²⁹No CID X, sua classificação é F 64, definido como um transtorno que se manifesta quando uma pessoa de determinado sexo biológico (homem ou mulher) se identifica com o gênero oposto, sentindo isso como desconfortante ou sendo incapaz de lidar com tal situação (consultado em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Transtorno_de_identidade_de_g%C3%AAnero)

das práticas sexuais, constituiu o modelo que conhecemos hoje no ocidente, que de acordo com Foucault (1988), se estabelece no século XVIII, por uma série de mudanças nos sistemas de organização e produção de forças. Através de uma difusão de regimes de verdade e olhares sobre o sujeito, a sexualidade torna-se um dispositivo de controle - de corpos, de modos de existência e de populações.

CAPÍTULO 2 – DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE E SUBJETIVAÇÃO IDENTITÁRIA

Foucault trará análises que visam desconstruir a hipótese de que as sociedades industriais modernas inauguraram um período de repressão mais intensa do sexo. Ao contrário, fala de um exercício de poder que procede mediante a redução das sexualidades singulares, provocando, fazendo falar as diversas formas sexuais, e, o que é muito importante para o tema em questão, inclui a sexualidade no corpo, como forma de especificação dos indivíduos (FOUCAULT, 1988).

Práticas sexuais diversas sempre existiram. No entanto, a partir de um determinado tempo histórico, elas passaram a compor categorias, foram especificadas, e os sujeitos com determinadas práticas passaram a ser encaixados nestas categorias. A partir de então, as práticas sexuais vão falar de uma série de características do sujeito; a partir delas, ele será circunscrito, definido. E Foucault retornará à história para evidenciar que o modo como vivenciamos a sexualidade não é natural. Foi construído e sendo operado através daquilo que ele chama de dispositivo da sexualidade.

Segundo o autor, o discurso científico sobre o sexo no século XIX se compunha de uma recusa de ver e ouvir, mas essa recusa se referia àquilo mesmo que se fazia aparecer. Nesse sentido, em torno do sexo foi construído um enorme aparelho para produzir a verdade, ainda que a mascarasse no último momento.

E a produção do discurso verdadeiro sobre o sexo se apóia na confissão, ainda que esta tenha se alterado consideravelmente. A partir do protestantismo, da Contra-Reforma, da pedagogia do século XVIII e da medicina do século XIX, ela foi se liberando da exclusividade da prática da penitência e foi se difundindo para diversos domínios, em uma série de relações. A confissão se abre a novas maneiras de percorrer tais domínios. E a ciência se constitui em ciência-confissão, com uma vontade de saber relativa ao sexo.

Assim se constitui o dispositivo da sexualidade: se forma a partir da confissão da carne na prática da penitência cristã, e seu desenvolvimento se dá através de quatro grandes estratégias, desdobradas ao longo do século XIX, quais sejam: sexualização da criança, histerização da mulher, regulação das populações e especificação dos perversos.

Para o tema em questão, interessa-nos, num primeiro momento, analisar mais de perto a última estratégia. Ao problematizarmos a política identitária circulante nas práticas do movimento LGBT, é importante recorrermos à história de modo genealógico com Foucault, atentando que as categorias sexuais que conhecemos hoje nem sempre existiram; foram construídas, forjadas na e pela história, nem sempre foram as que são hoje em dia e houve um tempo em que elas sequer existiam enquanto definidoras do sujeito.

Desse modo, os desviantes se tornam um “problema”, ou melhor, se constituem enquanto desviantes no mesmo momento em que normas sexuais emergem, ao final do século XVIII, quando nasce uma nova tecnologia do sexo. Ainda que esta tenha uma continuidade visível, retomando alguns métodos do cristianismo, estes passarão por uma transformação capital: a partir daí, será ordenada em torno da instituição médica, da exigência de normalidade, e do problema da vida e da doença. Essa passagem, que acontece entre os

séculos XVIII e XIX, abre caminho para diversas transformações, sendo uma delas a separação da medicina do sexo da medicina geral do corpo (FOUCAULT, 1988).

O sexo se autonomiza em relação ao corpo, havendo o surgimento de uma “ortopedia” do sexo, e se abre um domínio médico-psicológico das perversões, tomando o lugar das antigas categorias morais da devassidão e extravagância. Temos aí uma psiquiatrização do prazer perverso, na análise clínica das anomalias que podem afetá-lo; as condutas sexuais podem ser patologizadas e normalizadas, e uma tecnologia de correção se desenvolve para as anomalias³⁰.

Essa nova tecnologia tomava por base a hereditariedade e a degenerescência como responsáveis biológicos pela espécie. Assim, o sexo poderia tanto ser afetado por doenças próprias, como também poderia transmiti-las aos descendentes. Desse modo, o sujeito que apresentasse um comportamento sexual “desviante” seria alguém anormal e necessitado de intervenções médicas que explicassem tal modo de ser e corrigissem seu comportamento. A explicação seria buscada na sua ancestralidade, provavelmente carregada de diversas doenças orgânicas “(faça-se uma busca na genealogia de um exibicionista ou de um homossexual e se encontrará um ancestral hemiplégico, um genitor tísico ou um tio com demência senil)” (FOUCAULT, 1988, p. 129).

Foucault (1988) se refere a isso como uma nova caça às sexualidades periféricas, provocando a incorporação das perversões e uma nova especificação dos indivíduos. A homossexualidade, por exemplo, passa de uma questão meramente jurídica (sodomia como ato interdito) para uma natureza singular. Diz o autor:

O homossexual do século XIX torna-se uma personagem: um passado, uma história, uma infância, um caráter, uma forma de vida; também é morfologia, com uma anatomia indiscreta e, talvez, uma fisiologia misteriosa. Nada daquilo que ele é, no fim das contas, escapa à sua sexualidade (p. 50)

O homossexual vira uma espécie, assim como outros perversos que os psiquiatras do século XIX batizam com nomes estranhos: os exibicionistas de Laségue, os fetichistas de Binet, os zoófilos e zooerastas de Krafft-Ebing, os automonossexualistas de Rohleder, entre outros, compondo uma grande lista de categorizações. Tratar-se-ia de um processo de exclusão de aberrantes? Não, o autor nos diz que seria mais uma mecânica de poder que especifica, e distribui regionalmente cada uma dessas sexualidades. “Trata-se, através de sua

³⁰ *ibidem*

disseminação, de semeá-las no real e de incorporá-las ao indivíduo” (FOUCAULT, 1988, p.51).

O autor também refere outros focos que, a partir do século XVIII ou XIX, entraram em atividade, provocando discursos sobre o sexo: a medicina via “doença dos nervos”; a psiquiatria, quando começa a buscar a etiologia das doenças mentais e anexa ao seu domínio exclusivo o conjunto das perversões sexuais; a justiça penal, que durante muito tempo se ocupou da sexualidade, principalmente sob a forma de crimes “crapulosos” e antinaturais. Esses discursos sobre o sexo não se multiplicaram fora do poder ou contra ele, mas sim lá onde ele se exercia e como meio para seu exercício. O sexo foi obrigado a uma existência discursiva, incitado a falar em todos os cantos, contando com dispositivos para ouvir e registrar, procedimentos para observar, interrogar e formular.

O autor fala de uma prática social que abarcava a psiquiatria, a jurisprudência, a medicina legal, as instâncias de controle social, a vigilância das crianças perigosas ou em perigo, que funcionava através da degenerescência, pelo sistema hereditariedade-perversão, dando a tecnologia do sexo um poder que teve efeitos bastante disseminados na história.

A necessidade de dizer do sexo, essa vontade de saber forjada pelos diversos discursos do século XIX mencionados anteriormente produzem efeitos ainda hoje. Podemos evidenciar isso quando vemos que o movimento LGBT aprova, em sua conferência³¹, a proposta de “facultar aos usuários, identificação nos prontuários de atendimento quanto à orientação sexual e identidade de gênero, para melhorar o atendimento e as orientações”. Vemos que não é à toa que isso aparece como importante. Identificar-se por meio da orientação sexual e identidade de gênero aparece como uma condição de melhoria do atendimento em saúde, pois dependendo do que o sujeito seja, de onde ele mesmo se enquadre, a intervenção será diferente. Por um lado, podemos pensar isso em sua positividade, de não homogeneizar os atendimentos em saúde e considerar que a multiplicidade dos modos de ser requer olhares diferenciados.

No entanto, essa diferenciação não se refere à diferença pura, à diferença em si, e sim a uma diferença naturalizada, transformada e encarcerada, que opera um exercício de poder que legitima alguns modos de ser e outros não. Uma diferença que se constitui em diferença em relação a uma norma, qual seja, a de se enquadrar em alguma das categorias instituídas. Identidade de gênero e orientação sexual comportam um determinado número de categorias, que certamente não dão conta de todas as sexualidades. A diferença é movimento, e não

³¹ I Conferência Nacional LGBT, realizada em Brasília, de 05 a 08 de junho de 2008.

aprisionamento subjetivo em identidades. O estado passa a ser estilo, e no agenciamento de semelhanças surgem os “deve ser assim” (LEITÃO, 1992).

Deleuze (1996) traz a discussão sobre as segmentaridades molar e molecular. Para o autor, toda sociedade, todo indivíduo, são atravessados por essas duas segmentaridades, que não são inseparáveis; ao contrário, coexistem, passam uma para a outra. Ele ressalta que as duas formas não se distinguem simplesmente pelas dimensões, uma pequena e uma grande. A linha de segmentos (macropolítica) mergulha e se prolonga num fluxo de quanta (micropolítica) que não pára de remanejar seus segmentos, de agitá-los. E o que isso tem a ver com a sexualidade? Coloco a aposta que, ainda que me salte aos olhos todas as especificações e categorizações das práticas sexuais, isso está em relação com algo que está sempre escapando, vazando, que não cabe nessas definições. Então, há uma potência inventiva, que pode permitir outros modos de relação com a sexualidade. No entanto, essa potência, esse fluxo não prescinde da segmentaridade dura, molar. É preciso que os dois sistemas, que são qualitativamente diferentes, operem em razão inversa. Como nos diz Deleuze e Guattari (1996):

um escapa do outro e o outro detém o um, impedindo-o de fugir mais; mas eles são estritamente complementares e coexistentes, porque um não existe senão em função do outro; e, no entanto, são diferentes em razão direta, mas sem se corresponder termo a termo, porque o segundo não detém efetivamente o primeiro senão num ‘plano’ que não é mais o plano do primeiro, e porque o primeiro continua seu impulso em seu próprio plano (p.91).

Falamos então de um exercício de poder que naturaliza as práticas sexuais, ou seja, as relações sexuais passam a definir o que se é! Daí cresce as perversões. E não porque antes não existiam determinadas práticas que passaram a existir a partir de um dado momento; esse crescimento “é o produto real da interferência de um tipo de poder sobre os corpos e seus prazeres” (FOUCAULT, 1988, p.55). Porém, a partir de Deleuze e Foucault podemos pensar que, se construímos historicamente esse dispositivo da sexualidade, é possível desmontá-lo por dentro, pois ele próprio comporta a resistência.

Foucault (1988) nos diz que o diferencial que o Ocidente conseguiu foi colocar o sexo como razão de tudo. Colocamo-nos inteiros, nosso corpo, alma, individualidade e história, sob o signo de uma lógica da concupiscência e do desejo. Ao se questionar o motivo de tal caça a verdade do sexo, o autor recorre a uma analítica do poder. Ele coloca que, desde a Idade Média, nas sociedades ocidentais, a noção de poder sempre se formulou no direito. Daí, temos

uma concepção de poder que ele chama de “jurídico-discursiva” (p. 92), que o toma como algo que proíbe, censura e reprime o sexo.

No entanto, o autor refere que, pelo menos desde o século XVIII, entramos num tipo de sociedade em que o jurídico codifica cada vez menos o poder ou lhe serve de sistema de representação. Novos procedimentos de poder funcionam não mais pelo castigo e controle, e sim pela normalização; pela técnica, e não mais pelo direito, e se exercem em níveis e formas que extravasam do Estado e de seus aparelhos³² (FOUCAULT, 1988).

O poder, entendido como a multiplicidade de correlações de força imanentes ao domínio onde se exercem e que constituem sua organização, revela uma “tecnologia” (p.100) do sexo, que pouco tem a ver com proibição. Pois as relações de poder não se localizam exteriores a outros tipos de relações, como os processos econômicos, relações de conhecimentos, relações sexuais, mas lhe são imanentes, sendo efeitos e condições das diferenciações que se produzem no equilíbrio dessas relações. Assim sendo,

se a sexualidade se constituiu como domínio a conhecer, foi a partir de relações de poder que a instituíram como objeto possível; e em troca, se o poder pôde tomá-la como alvo, foi porque se tornou possível investir sobre ela através de técnicas de saber e de procedimentos discursivos. (p. 108-109)

A sexualidade não é o elemento mais rígido nas relações de poder, porém, é um dos dotados de maior instrumentalidade, utilizável no maior número de manobras, podendo servir de ponto de apoio às mais diversas estratégias (FOUCAULT, 1988).

Há um complexo e instável jogo no qual o discurso pode ser tanto efeito quanto instrumento de poder, mas também obstáculo, escora, ponto de resistência e ponto de partida de uma estratégia oposta. O discurso tanto veicula e produz poder, reforça-o e também o mina, debilitando-o e podendo barrá-lo.

Podemos encontrar a materialidade dessa discussão em duas propostas aprovadas na I Conferência Nacional LGBT. Uma delas diz: “Contribuir para retirar transexualismo e travestismo do CID (Código Internacional de Doenças) e DSM-IV (Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais).” Aqui vemos a tentativa discursiva de resistência ao poder, àquela mecânica que Foucault nos diz ter constituído a psiquiatrização do sexo. Porém, encontramos outra proposta, assim redigida: “Fomentar a realização de pesquisas científicas e estudos para produção de protocolos e diretrizes a respeito da hormonioterapia, implante de próteses de silicone e retirada de silicone industrial para travestis e transexuais, bem com

³² Essa discussão é desenvolvida por Foucault na obra “Segurança, território, população.” Uma discussão que nos ajuda a pensar a nossa sociedade contemporânea, cada vez mais judicializada.

estudos sobre mastectomia e histerectomia em transexuais.” Vemos aqui o discurso científico reapropriado pelo movimento social. O mesmo movimento social que defende a retirada daquelas categorias dos códigos psiquiátricos reivindica a medicina para produzir saber sobre o transexualismo e travestismo, reforçando a categorização que opera o dispositivo da sexualidade.

A sexualidade é o nome que se dá a um dispositivo histórico, “à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.” (FOUCAULT, 1988, p. 116-117).

Esse dispositivo da sexualidade se liga à economia por meio de numerosas e sutis articulações, sendo o corpo a principal, o corpo que produz e consome³³. Retornemos à proposta da conferência que pede mais estudos científicos: consumo de próteses de silicone, de terapias hormonais, de “tratamentos” estão em jogo. Está em jogo um poder que age em todas as direções, uma vez que a medicina especificou, delimitou os corpos e seus prazeres, os sujeitos, capturados neste modo de funcionamento, pedem mais controle, se movimentam aliados ao exercício do poder, e o consumo de silicones e terapias diz de um consumo de modos de ser. A articulação que tem sustentado a sexualidade, desde a origem, se vincula a uma intensificação do corpo, à sua valorização como objeto de saber e como elemento nas relações de poder (Foucault, 1988).

E por que é importante trazer o Foucault discutindo a história da sexualidade? Porque aqui o autor vai tratar da emergência do homossexual enquanto uma categoria, a partir de um mapeamento das relações de saber-poder que foram especificando e localizando em categorias as práticas sexuais. E isso é importante, pois ao colocarmos em análise as práticas do movimento LGBT, notamos o uso de categorias identitárias, e Foucault nos ajuda a entender quais forças contribuíram para que o homossexual se tornasse uma “espécie”.

Assim sendo, os sujeitos não somente tem práticas sexuais, mas estas passam a definir o que eles são. E a partir disso, são forjadas categorias – modos de existência são esquadrihados – e considerados legítimos ou não.

Temos como exemplo os critérios para doação de sangue, que ainda se apóiam na lógica do grupo de risco, uma lógica identitária que resume o sujeito às suas práticas sexuais, avaliando a partir disso se ele é ou não legítimo para doar – ou seja, relações homossexuais deslegitimam um possível doador. Nesse sentido, a conferência aprovou a proposta de “apoiar

³³ *ibidem*

a revisão, pelo Ministério da Saúde, da restrição da doação de sangue por parte da população LGBT e capacitar os profissionais de saúde dos hemocentros para abordagem mais qualificada dos doadores.” Aqui, ainda que as categorias sejam utilizadas (nota-se o uso da sigla LGBT), vê-se a tentativa de escapar às reduções e esquadrinhamentos existenciais que a categorização possibilita.

No entanto, ao buscar os critérios³⁴ necessários à doação, no site do Governo Federal (área Ministério da Saúde), foi encontrada a referência não mais a “grupo de risco” e sim a “comportamento de risco” como impeditivo para a doação de sangue. E no mesmo site, encontra-se a explicação de que atualmente não se fala mais de grupo de risco, pois o vírus já se espalhou de forma geral, não mais se restringindo aos homens, homossexuais, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos.³⁵ Vemos aqui que o Estado, em suas regulamentações, não mais impede que a população LGBT doe sangue, caso declarasse não ter tido comportamento de risco³⁶.

Mas tanto na proposta, que pede a capacitação dos profissionais de saúde dos hemocentros, quanto na fala de um usuário do CREH, que relatou a impossibilidade de doar sangue ao responder que tinha relações homossexuais com preservativo, fica evidente que as regulamentações não dão conta das práticas. Afinal, o Estado não se resume às suas leis, mas também é a operacionalização das políticas públicas pelos profissionais. E estes, atravessados ainda pela lógica do grupo de risco, fazem funcionar o dispositivo da sexualidade, fortalecendo a distinção entre modos legítimos e ilegítimos de experienciar a sexualidade, atrelando práticas sexuais a modos de ser, a identidades. Dizer que é homossexual, no caso, significou não só ter práticas homoeróticas, mas também ser descuidado, promíscuo, ou seja, o sujeito definido pelas suas práticas sexuais e resumido a elas.

Como nos diz Foucault (1988): “lá onde há poder há resistência (ou melhor, e por isso mesmo) esta nunca se encontra em posição de exterioridade em relação ao poder” (p.105). Na proposta acima, vemos a tensão exposta em relação aos critérios que definem um doador. Defender que também a população LGBT possa doar sangue coloca em questão o esquadrinhamento identitário do qual o Estado se alimenta, e através disso regula indivíduos e populações.

³⁴ Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/duvidas-frequente>. Acessado em maio de 2011.

³⁵ <http://www.aids.gov.br/pagina/duvidas-frequentes>. Acessado em junho de 2011.

³⁶ No caso, relação sexual (homo ou heterossexual) com pessoa infectada sem o uso de preservativos; compartilhamento de seringas e agulhas, principalmente, no uso de drogas injetáveis; reutilização de objetos perfurocortantes com presença de sangue ou fluidos contaminados pelo HIV (Disponível em: <http://www.aids.gov.br/pagina/duvidas-frequentes>). Acesso em junho de 2011.

Outra proposta aprovada na conferência que tenta romper com a vinculação de doenças ao exercício da sexualidade diz o seguinte:

Garantir a implementação e o aperfeiçoamento das ações de prevenção e enfrentamento da epidemia de AIDS e outras DSTs, incentivando o teste precoce ao HIV, desvinculando a epidemia de HIV/AIDS da população LGBT, implantando o Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e o Plano de Enfrentamento da AIDS entre gays HSH e travestis (BRASÍLIA, P.15).

Porém, verifica-se um índice de contradição na proposta, pois ao mesmo tempo em que pretende desvincular a AIDS e outras DSTs da população LGBT, defende a implantação de planos de enfrentamento à AIDS específicos para essa população.

Segundo Foucault (1988), o dispositivo da sexualidade começa a operar na e pelas classes mais abastadas, nas quais as técnicas mais rigorosas foram formadas e aplicadas com mais intensidade, por meio dos processos sutis que praticamente não seriam acessíveis a grupos menos restritos, como a direção espiritual, o exame de si mesmo e a detecção escrupulosa da concupiscência. Por muito tempo, as camadas populares escaparam a esse dispositivo, os mecanismos deste penetraram lentamente em tais camadas, difundindo-se assim por todo o corpo social, mas tendo formas e instrumentos diferenciados, seja das instâncias médica e jurídica, seja da medicina da sexualidade.

E esse dispositivo foi como que “testado” pelas chamadas “classes dirigentes” em si mesmas, que desenvolveram, através da intensificação do corpo, técnicas para maximizar a vida. Foucault aponta que não se trata de reprimir o sexo das classes a serem exploradas, e sim de uma afirmação de si da classe burguesa, de uma defesa, um reforço e uma exaltação desse modo de ser que foram estendidos, ainda que modificados, “aos outros, como meio de controle econômico e sujeição política” (p.134-135). Trata-se, então, de um agenciamento político da vida. E a instalação do dispositivo da sexualidade na burguesia e no proletariado se deu de formas diferenciadas.

Diferentemente da instalação deste dispositivo na burguesia, que se deu como modo de afirmação desta classe, através do qual ela afirmava sua diferença e hegemonia, nas classes populares isso não aconteceu sem conflitos e urgências de natureza econômica. Até porque, olhando para as condições de vida e trabalho desta classe na primeira metade do século XIX, nota-se que seu corpo e sexo estavam longe de serem levados em consideração. “Pouco importava se essa gente vivesse ou morresse, de qualquer maneira se reproduziria sozinha” (FOUCAULT, 1988, p. 138). No entanto, conflitos relativos ao espaço urbano, como coabitação, proximidade, contaminação, epidemias, prostituição, doenças venéreas, e

condições econômicas como o desenvolvimento da indústria pesada, com a necessidade de uma mão-de-obra estável e competente, obrigação de controlar o fluxo de população e de obter regulações demográficas, justificaram a instauração de toda uma tecnologia de controle e vigilância do corpo e da sexualidade que se passou a se reconhecer neles. Assim, o dispositivo da sexualidade foi importado para a classe explorada como forma de controle e docilização dos corpos proletários, e manutenção da hegemonia burguesa³⁷.

A sexualidade compõe uma complexa estratégia de produção de um tipo de sociedade, de agenciamento dos corpos e populações para obter efeitos específicos e diferenciados nos modos de ser. Podemos dizer que as políticas públicas que conhecemos hoje trazem continuidades em relação ao século XIX; afinal, todo um aparato administrativo e técnico, como a escola, a política habitacional, a higiene pública, a medicalização geral das populações se utilizou do dispositivo da sexualidade para se compor da forma que se compôs. E ainda que hoje em dia esse aparato, operacionalizado tanto através de políticas públicas quanto pela reivindicação para que elas existam, se mostre com algumas rupturas, ainda é possível ver o dispositivo da sexualidade operando, às vezes com novas roupagens.

Na conferência LGBT, foi aprovada a seguinte proposta: “promover campanhas de vacinação contra hepatite B entre travestis e transexuais e profissionais do sexo e nos centros multidisciplinares de atendimento a transexuais”. Mas será que uma campanha específica não estaria colando a doença à imagem dessas pessoas? Se lá no século XIX o dispositivo da sexualidade se estendeu às classes populares como forma de dominação e controle, materializado nos aparatos acima descritos, agora se pede uma campanha de vacinação específica aos travestis, transexuais e às pessoas que se prostituem. Não quero com isso dizer que não deve haver campanhas de vacinação. No entanto, tais campanhas já existem, e o que se coloca como problemático é fazer uma campanha específica a esse público. E aí, é preciso perguntar: por que esses sujeitos precisam de uma campanha específica pra eles? O que a princípio parece bom, pode ter efeitos não desejados: o de essa doença ficar colada na figura desses sujeitos, por exemplo. E aí continuamos a fortalecer o dispositivo da sexualidade.

Foucault (1999) diz que nos séculos XVII e XVIII apareceram técnicas de poder centradas no corpo individual, se exercendo através das disciplinas. A isso, dá o nome de anatomo-política, que dociliza os corpos, tornando-os úteis e previsíveis³⁸. No entanto, ao final do século XVIII, o autor nos fala de uma nova tecnologia que se instala: a ‘biopolítica’,

³⁷ *Ibidem*

³⁸ *Idem*

como uma série de tecnologias de poder para governo e controle da vida das populações: produção e delimitação dos modos de existir.

A biopolítica se dirige à multiplicidade dos homens, na medida em que eles formam uma massa global afetada por processos próprios à vida, como o nascimento, a morte, a doença. Essa tecnologia, diferente da anatomo-política, age através da regulamentação desses processos, estabelecendo mecanismos reguladores, com vistas a fixar um equilíbrio, manter uma média, assegurar compensações; através de normas, determina lugares e modos de funcionamento dos grupos e populações; Para o autor, esses dois mecanismos – disciplinar e regulador- ainda que introduzidos com certa defasagem cronológica, aparecem sobrepostos desde o fim do século XVIII. Sobrepostos mas não no mesmo nível (pois se fala de uma organo-disciplina da instituição e de uma bio-regulamentação pelo Estado), o que lhes permite não se excluírem e se articularem um com o outro. Essa composição o autor chama de biopoder – poder sobre a vida.

Nesse caminho, observa o autor, que a sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. “Portanto, ela depende da disciplina, mas depende também da regulamentação” (FOUCAULT, 1999, p. 300).– As modulações das identidades pode se tornar um modo de operar esse dispositivo de regulamentação e aí se constrói o modo aceitável de ser homossexual, por exemplo.

Ao discorrer sobre o conceito de identidade, Guattari (2008), afirma o quanto ele pode ser perigoso. Para o autor, há uma diferença entre identidade e o que ele chama de processos de singularização. Singularizar refere-se à resistência ao processo de serialização da subjetividade; trata-se de experiências que buscam uma autonomia, por reapropriação dos próprios equipamentos da subjetividade capitalística (GUATTARI, 2008): “Singularizar, portanto, está no domínio da ruptura, da afirmação da potência, do escape do que está naturalizado, separado de seus movimentos de produção.” É inventar, criar outros modos de existência (BARROS, 1995, p. 9).

Já a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável (GUATTARI, 2008). Para o autor, todas as concepções que referem os fenômenos subjetivos a identidades culturais têm sempre um fundinho de etnocentrismo.

O autor não entende a forma sujeito como um a priori, pertencente a uma natureza humana, e sim como um efeito, uma processualidade que se dá num plano histórico-político. Assim, o “ser” não se definiria somente pelas suas práticas sexuais: trata-se de forças heterogêneas, em tensionamento, que produziriam subjetividades. Ele não trata a

subjetividade enquanto essência, cristalizada e imutável, mas como produção. Entendemos, a partir dessa concepção, que a sexualidade, quando abordada em termos de identidade e orientação sexual - especificações e categorizações -, não diz de uma natureza humana. Mas, o que essa lógica da categorização favorece?

A hegemônica política identitária nos ilude de que os contornos subjetivos são definitivos, essenciais, imutáveis. Identidade que enclausura o sujeito e o resume a ela. É possível visualizar isso através da seguinte proposta aprovada na conferência: “Ampliar o diálogo com a população LGBT através da sociedade civil organizada LGBT”. Como se amplia um diálogo já delimitando quem vai dialogar com quem? Aqui, parece que a questão da sexualidade não diz respeito também aos heterossexuais, que ficam de fora da sigla, por exemplo. Fica evidente a necessidade de se encaixar numa categoria para supostamente dialogar sobre a sexualidade. Diálogo entre iguais, o que produz de novo? Política identitária servindo para homogeneizar, e não para tensionar as diferenças.

Neste momento, pode-se levantar a seguinte questão: seriam os movimentos sociais sempre processos de singularização? Eles buscariam sempre romper com as verdades instituídas? Acredita-se, nesse caso, que os movimentos sociais podem ser espaços potentes de ruptura com a lógica opressora do capitalismo, e produção de subjetividades que escapem à produção hegemônica, mas não é garantido que assim o façam, visto que podem ser capturados por relações de força que lhes dão essa figura de identidade. O problema maior, no entanto, não é ser capturado, e sim não perceber tal captura, e acabar reproduzindo, dentro do movimento, uma lógica discriminatória baseada, no caso, na figura da identidade.

Vimos neste capítulo a como se deu a construção do dispositivo da sexualidade, e o que isso tem a ver com algumas práticas do movimento LGBT, através da análise de propostas aprovadas na I Conferência Nacional LGBT. Vimos nelas algumas tentativas de enfraquecer o dispositivo da sexualidade, de miná-lo por dentro. Mas nelas também aparecem as linhas duras, aquelas que tendem a fortalecer esse dispositivo, e isso acontece sem que nos demos conta, pois como foi citado em Deleuze anteriormente, somos atravessados tanto pela lógica molar quanto pela molecular, elas coexistem.

Assim, muito se pede ao governo, ao Estado, acreditando que isso será bom. Porém, vimos como pode isso ser materializado em controle e gerenciamento político da vida para fins específicos, de manutenção de um tipo de sociedade que precisa dos esquadrinhamentos para alimentar processos de discriminação. Dessa forma, faz-se necessário partir para uma análise do governo, tomando-o no sentido definido por Foucault (1997). O autor diz que manifestar verbalmente a verdade que se esconde no fundo de si aparece como elemento

indispensável ao governo dos homens uns pelos outros. E por governo, o autor o entende no sentido de técnicas e procedimentos que visam dirigir a conduta das pessoas. Veremos então no capítulo que se segue como opera essa governamentalidade e em que isso se relaciona ao Estado democrático de direito.

CAPÍTULO 3 – GOVERNAMENTALIDADE E ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO: A ARTE DE DIRIGIR A CONDUTA HUMANA

Foucault (1997) recoloca o problema de governo em nosso presente, nos termos do que denomina governamentalização do Estado, em lugar da estatização da sociedade. Segundo o autor, desde o século XVIII vivemos nesse regime de governamentalidade, no qual as técnicas de governo se tornaram o espaço real da luta e a questão política fundamental. A sobrevivência do Estado foi assegurada por esta governamentalidade, ao mesmo tempo interior e exterior ao Estado, tem como alvo a população e utiliza a instrumentalização do saber econômico. Trata-se de táticas de governo que definem o que compete ou não ao Estado, o que é público ou privado, o estatal e o não-estatal.

O método que Foucault utiliza para fazer a discussão sobre a governamentalidade não parte da existência a priori de universais históricos, como o Estado, a sociedade, o soberano, a loucura, a sexualidade; elegendo passar aos universais a partir de práticas concretas e locais, ele se interessa em estudar a racionalização da prática governamental no exercício da soberania política. Assim, visa descrever ou entender a prática governamental real, como se desenvolveu aqui e ali determinando as situações por tratar, os problemas colocados, as táticas elegidas, os instrumentos forjados ou remodelados. (FOUCAULT, 1979).

Essa “arte de governar”, como diz Foucault (1979) está conectada com a emergência da população, portadora de fenômenos próprios e regulares revelados pela estatística: grandes epidemias, mortalidade endêmica, número de mortos e doentes, regularidade de acidentes. A população aparece como fim e instrumento do governo; como sujeito de necessidades e aspirações, e também como objeto nas mãos do governo; “como consciente, frente ao governo, daquilo que ela quer e inconsciente em relação àquilo que se quer que ela faça” (p. 289).

Desde o século XVI a arte de governar esteve ligada ao desenvolvimento do aparelho administrativo da monarquia territorial. Além disso, esteve relacionada a um conjunto de saberes que se desenvolveram a partir do final do século XVI e que ganharam importância no século XVIII, principalmente o conhecimento do Estado, em suas dimensões, elementos e forças, através da ciência do Estado que foi denominada estatística. Por último, também estava relacionada ao mercantilismo e cameralismo, no interior do qual se começa a constituir um saber sobre o Estado que pode ser usado como tática de governo (FOUCAULT, 1979).

No entanto, o desenvolvimento da arte de governar se dá a partir da centralização da economia em outra coisa que não o uso da família como modelo de governo, rupturas possibilitadas principalmente pela expansão demográfica no século XVII. Desse modo, constitui-se a economia política, apreendendo a rede de relações contínuas e múltiplas entre população, território, riqueza, a partir do aparecimento da população como um novo elemento da riqueza. Então, ao mesmo tempo se constitui uma ciência (economia política), e a intervenção, na economia e população, que é característica do governo. O entendimento da economia passa da gestão da família para a gestão da população, e aí temos a instrumentalização do saber econômico característica da arte de governar. A população, como objetivo final do governo, deve ter sua sorte melhorada, sua riqueza aumentada, bem como sua saúde e duração de vida elevadas. Seus fenômenos devem ser direcionados e controlados, diretamente através de campanhas e indiretamente através de técnicas.

Então, quando Foucault nos fala que o mais importante é a governamentalização do Estado, ele nos alerta que a preocupação em amar ou horrorizar o Estado, em fixar seu nascimento e buscar sua história, avanços, poder e abusos, dá ao Estado uma supervalorização que em realidade ele não tem, pois o Estado se trata de uma “abstração mistificada” e uma “realidade compósita”. E essa supervalorização, que acaba por reduzir o Estado a um determinado número de funções o torna alvo de ataque e posição privilegiada a ser ocupada (FOUCAULT, 1979).

Sendo assim, retornemos a questão das reivindicações, do discurso da garantia de direitos, que por vezes acaba cegamente pedindo ao Estado mais governo das condutas dos sujeitos. Quais os perigos de pedir mais e mais Estado em nossas vidas? Ao levar em conta que o “Estado governamentalizado”, como diz Foucault, precisa dirigir a conduta das pessoas através da gestão dos fenômenos populacionais, podemos colocar em questão os próprios critérios de proposição de políticas públicas. A necessidade de públicos-alvo, com suas identidades circunscritas e suas vulnerabilidades explicitadas dizem de uma governamentalidade que define quem é ou não de responsabilidade do Estado. E mais que isso: como os sujeitos devem se conduzir em suas vidas para desfrutarem das ‘benesses’ do Estado.

O Estado governamentalizado aparece na seguinte proposta aprovada na conferência LGBT:

incorporar nas ações, materiais e campanhas de prevenção, os conhecimentos acumulados e resultados de estudos sobre orientação sexual e identidade de gênero, vulnerabilidades e redução de danos. Os conteúdos dos materiais educativos devem ser atraentes, marcados pela criatividade e adequação de linguagem, além de garantir sua continuidade, periodicidade e capilaridade (BRASÍLIA, p.16).

Aqui a campanha tem o público-alvo demarcado pela orientação e identidade sexual, e pela questão da vulnerabilidade. Uma campanha educativa para disseminar os conhecimentos sobre as categorizações existentes em termos de orientação e identidade, diria da difusão de modos de ser de acordo com essa lógica, de como os sujeitos devem se conduzir em suas vidas, sendo merecedores dessa campanha porque são “vulneráveis”. No entanto, a mesma política identitária que circunscreve modos de ser em categorias é também aquela que opera a vulnerabilização de certos modos de existência, que agora, se merecedores de campanhas desse tipo, é porque antes foram discriminados através de relações de saber-poder, sendo considerados ilegítimos. Agora, fica a questão: será que a difusão de conhecimentos sobre orientação, identidade e vulnerabilidades não deixaria nenhum modo de existência de fora? Será que todos caberiam nessas ‘caixinhas’?

Penso que é preciso para como os movimentos sociais estão se relacionado com o Estado. As práticas, como as reivindicações e a apropriação de saberes científicos por esses movimentos estão atravessadas pela coexistência que vivemos, há séculos, do chamado Estado democrático de direito com o capitalismo e avanço do projeto neoliberal. Será essa uma combinação que se compõe espontaneamente, fazendo com que o Estado democrático de direito funcione igualmente para todos?

“É no espaço dos que estão na borda e dos que dela espirraram que “funcionam” os serviços que executam as políticas públicas formuladas pelos gestores atrelados ao Estado: a rede pública de educação, o sistema público de saúde e o aparelho de re-socialização do sistema prisional, dentre outros, cada um respectivamente destinado conforme a pretensão por serviços ou produtos que almeje o desqualificado candidato.” (COIMBRA; MENDONÇA; MONTEIRO, 2008,p.9).

Nesta lista podemos incluir as proposições de políticas para o público LGBT. Ter que ser considerado vulnerável, desqualificado, para conseguir acessar direitos é no mínimo estranho. Tal categorização aparece na seguinte proposta aprovada na conferência: “implementar políticas específicas de prevenção em DST/HIV/Aids e Hepatites Virais para mulheres lésbicas e bissexuais, na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, e em Redução de Danos em parceria com a sociedade civil organizada que trabalha com esta população.” Se há essa necessidade, se existem sujeitos vulneráveis, é porque esse Estado de direito em si não funciona igual para todos. Aqui, a própria expressão ‘para todos’ deve ser colocada em análise. Dizer que as políticas públicas, que o Estado democrático de direito é ‘para todos’ traz em si uma noção de totalização, de unificação. O ‘todo’ que unifica, homogeneíza, circunscreve, não inclui as diferenças que emergem no plano da afetabilidade; essa totalização racionaliza essas diferenças em categorias, que certamente não abarcarão todos os modos de vida. Seria preciso então afirmar políticas públicas que fossem para ‘qualquer um’. Porém, é preciso sustentar o tensionamento ‘para todos’/ ‘qualquer um’, visto que para defendermos um funcionamento para ‘qualquer um’ é preciso admitir a existência de um ‘para todos’ (discussões no grupo de estudos Limiar, caderno de campo, 2011).

E aí, podemos nos perguntar: por que se faz necessária a criação de políticas específicas para mulheres lésbicas e bissexuais? Será que o SUS, que deve atender segundo os princípios da universalidade e da equidade, está operando de modo diferenciado as políticas de prevenção em DST/HIV/AIDS e Hepatites Virais, utilizando práticas que discriminam sujeitos por conta de sua identidade e orientação sexual? E pedir a criação de uma política específica não seria reforçar a mesma lógica identitária que produziu a necessidade de tal proposta?

Wood (2003) afirma que hoje há em ação impulsos emancipatórios fortes e promissores, mas que talvez não estejam agindo no centro da vida social, no coração da sociedade capitalista. A autora coloca que as lutas nessas arenas – as quais ela denomina “bens extra-econômicos” têm importância vital, mas é preciso que sejam organizadas e conduzidas com a noção clara de que “o capitalismo tem notável capacidade de afastar a política democrática dos centros de decisão de poder social e de isentar o poder de apropriação e exploração da responsabilidade democrática” (op.cit, p. 236). Ou seja, no capitalismo, muita coisa pode acontecer na política e na organização comunitária sem que afete e altere fundamentalmente os poderes de exploração do capital ou o equilíbrio decisivo do poder social.

E, avançando no desafio da constituição da dimensão pública,

Queremos dar relevo às relações de convivência enquanto desafio de criação de sempre novas normas, negociações que avançam e retrocedem no cotidiano como para-doxo: plano das forças em tensão que se compõe no entre-nós e plano das formas nos acordos possíveis a cada vez, expresso por nossas proposições. Esse é o caminho que fortalece a publicização das idéias e a dimensão de público como experimentação, plano do em comum. E, diverso do que tradicionalmente se possa pensar, tal plano é muito concreto, a abstração habita o todos, quem são todos? (ROCHA & AGUIAR, 2010, p.14)

Para Sobottka (2010), o ideário de participação tem sido apropriado por grupos sociais pouco interessados no fortalecimento da democracia. Em sua análise, ele percebe que é possível ampliar a participação ao mesmo tempo em que decisões efetivamente importantes fiquem nas mãos de tecnocracias.

Wood (2003) faz uma análise do próprio conceito de democracia, amplamente difundido nas sociedades capitalistas e aceito como o benefício maior que estas sociedades permitem. Sobottka (2010) questiona os motivos que tornam a democracia tão atraente, e referenciado em Brunkhorst (2002)³⁹, aponta para a capacidade de resolver dois importantes problemas de inclusão nas sociedades modernas: por meio da diferenciação funcional, reintegra o individualismo de forma produtiva na sociedade, sem precisar recorrer à repressão massiva; e ao integrar politicamente aqueles que compõem as classes ameaçadas pelo empobrecimento e proletarização, excluídos da riqueza do modo capitalista de produção, dá um jeito na chamada questão social.

Wood (2003) destaca que, em tempos idos, democracia significava o que dizia (governo pelo demos, ou seja, o povo), ainda que tivessem existido críticos antidemocratas que não hesitavam em denunciar a estupidez, ignorância e baixa confiabilidade das massas.

³⁹ BRUNKHORST, H. *Solidarität: Von der Bürgerfreundschaft zur globalen Rechtsgenossenschaft*. Frankfurt am Maim: Suhrkamp, 2002.

Porém, ao final do século XIX essa espécie de transparência já não era mais possível. Assim, as classes dominantes, além de buscarem diversas maneiras de limitar na prática a democracia de massa, também adotaram estratégias ideológicas que visavam estabelecer limites para a democracia na teoria.

Num tempo de mobilização de massa, o conceito de democracia, manipulado pelas classes dominantes, teve como efeito a mudança no seu foco, que “passou do exercício ativo do poder popular para o gozo passivo das salvaguardas e dos direitos constitucionais e processuais, e do poder coletivo das classes subordinadas para a privacidade e isolamento do cidadão individual”. Assim, cada vez mais o conceito de democracia passa a se identificar com liberalismo⁴⁰. A autora coloca que, apesar de ser difícil isolar o momento dessa mudança de valores, pois foi associada a árduas lutas políticas e ideológicas, é possível encontrar indícios nas tensões e contradições não resolvidas na teoria e prática do liberalismo do século XIX,

dividido entre a repugnância pela democracia de massa e o reconhecimento de sua inevitabilidade, talvez sua necessidade e justiça, ou, no mínimo as vantagens da mobilização de massa na promoção dos programas de reforma e o bom senso de domesticar a ‘hidra de muitas cabeças’, a multidão turbulenta, atraindo-a para a comunidade cívica (op. cit., p. 196)

Seguindo na discussão sobre democracia e liberalismo, Wood (2003) coloca que as concepções centrais de liberdade e limites constitucionais têm origem no final do período medieval e início do período moderno, “na afirmação de poderes independentes por parte das aristocracias européias contra o avanço das monarquias centralizadoras” (Wood, 2003, p.197). Essas concepções já representaram uma tentativa de garantir as liberdades, poderes e privilégios feudais. Ou seja, a idéia de “democracia liberal” só se tornou pensável com o surgimento das relações capitalistas de propriedade. Nesta perspectiva, a condição que torna possível definir democracia como se faz nas sociedades liberais capitalistas modernas é a “separação e o isolamento da esfera econômica e sua invulnerabilidade ao poder democrático” (p.202).

Foucault (1997) analisa o liberalismo como princípio e método de racionalização do exercício do governo, que tem como especificidade a obediência à regra interna da economia máxima. Assim, o liberalismo não tem como próprio fim o governo, e sim é atravessado pelo

⁴⁰ A autora faz uma ressalva ao uso da palavra liberalismo em seu texto, dizendo que o significado de tal palavra é claramente “ilusório e variável”, e ela o usa referindo-se “a um corpo de princípios geralmente relacionados a governo ‘limitado’, a liberdades civis, a proteção da esfera de privacidade contra a invasão pelo Estado, junto com a ênfase na individualidade, na diversidade e no pluralismo” (op. cit., p. 196).

princípio da suspeição de que sempre se governa demais. No liberalismo, não se deve questionar somente sobre os melhores meios de atingir seus efeitos (ou sobre os menos custosos), mas sobre a possibilidade e até mesmo a legitimidade de seu projeto de atingir efeitos. O liberalismo rompe com a “razão de Estado” que desde o final do século XVI tinha buscado no exercício e reforço do Estado a finalidade capaz de justificar uma governamentalidade crescente e de regular seu desenvolvimento.

A reflexão liberal não parte do Estado para encontrar no governo um meio, e sim da sociedade, que está numa relação complexa de exterioridade e interioridade em relação ao Estado. É a sociedade, como condição e fim, que permite colocar a questão: “o que torna necessário que haja um governo e que fins ele deve ter por meta em relação à sociedade, para justificar sua existência?” (FOUCAULT, 1997, p.91). O liberalismo é visto pelo autor como uma reflexão crítica sobre a prática governamental, uma crítica à irracionalidade própria ao excesso de governo, mais do que uma política procurando atingir certo número de objetivos.

Na crítica liberal, o mercado ocupou um papel de “teste”, onde se pode situar os efeitos do excesso de governamentalidade e até medi-los. E a economia mostra que há uma incompatibilidade de princípio entre a maximalização dos procedimentos governamentais e o desenrolar máximo do processo econômico.

Foucault (1979) refere uma tentativa de identificação do surgimento de certo tipo de racionalidade que permitiria ajustar a maneira de governar a algo denominado Estado; este existe enquanto marco onde se governa, mas não existe em grau suficiente. Nessa razão de estado, característica dos séculos XVI e XVII, governar seria tornar o Estado rico, forte, sólido, frente às ameaças de destruição. Essa arte de governar foi marcada pelo mercantilismo (acumulação monetária, aumento da população e competição com outros Estados), Estado de polícia (gestão interna e regulamentação urbana) e balança européia (exército e diplomacia permanente, visando manter a pluralidade dos Estados, evitando unificações imperiais). Essa governamentalidade tinha uma autolimitação externa do Estado, uma competência que fosse necessária o suficiente para não deixá-lo em posição inferior aos outros. A limitação nas relações internacionais entre os Estados tem como correlato o ilimitado exercício do Estado de polícia: regulamentação da vida dos súditos. A partir dos séculos XVII e XVIII o direito passa a ser o cerceador do poder real. O jurídico, historicamente, se colocou como opositor, é usado pelos que se opõem ao novo sistema de razão de Estado. Razão jurídica limitando o “ilimitado” Estado de polícia, princípio de limitação extrínseco, aqui o jurídico pode definir o governo como ilegítimo caso ele extrapole limites policiais.

Mas em meados do século XVIII vemos uma transformação desse limite, que passa a ter um princípio intrínseco às práticas governamentais, ou seja, trata-se de uma limitação de fato, e não só de direito. Assim, o governo que descumpre essa limitação não mais será ilegítimo, e sim inconveniente. É também um princípio generalista, uma limitação que segue princípios válidos sempre e em todas as circunstâncias, que devem ser buscados em algo interior à prática governamental, ou seja, tem como princípio limitador os objetivos do governo. Essa razão governamental que se modifica apresenta uma racionalidade medida em termos de excesso de governo, de não governar demasiado. O que permitiu a emergência desta razão governamental crítica? Dentre uma série de fatores, destaca-se o instrumento intelectual, a forma de cálculo e racionalidade: a economia política. Através dela, se introduzem na razão governamental a possibilidade de limitação e a questão da verdade. Há então o surgimento de um regime de verdade como princípio de autolimitação do governo (FOUCAULT, 1979).

O autor fala de uma conjugação entre práticas e regimes de verdade, o que formaria um dispositivo de saber-poder que marca no real o inexistente, e assim o separa em verdadeiro e falso. Assim aconteceu também com a sexualidade, onde uma série de práticas, já explicitadas no capítulo anterior, se coordenaram com um regime de verdade, fazendo existir a sexualidade que antes não existia enquanto tal, continuar sem existir, porém sendo demarcada e verificada em termos de verdadeiro e falso dentro desse dispositivo. Desse modo, o liberalismo seria a racionalidade dessa arte de governar, trata-se de um saber que diz ao governo o que lhe compete ou não, questionando a necessidade de governar, sempre com a preocupação do excesso de governo. Essa arte de governar se diferencia da anterior, pois não está preocupada com o fortalecimento e expansão do Estado, o que requeria um Estado de polícia constante e intenso. O governo desta arte agora se coloca entre um máximo e mínimo (quanto mais próximo do mínimo de governo, melhor). No entanto, Foucault coloca que essa nova arte não se opõe nem nega a razão de Estado; ele a considera como um ponto de inflexão na curva de seu desenvolvimento, uma arte de governar que foi modificando a razão de Estado por dentro, sem ser um elemento externo a esta, refinando-a, aperfeiçoando-a e colaborando para a sua manutenção. Esse novo governo tem, na formação do seu princípio regulador, a ligação entre o surgimento da economia política e o problema do governo mínimo (FOUCAULT, 1979).

A partir do século XVIII o mercado passa a ser um local e mecanismo de formação de verdade. A conexão entre prática de governo e regime de verdade sustentará essa governamentalidade. Afirma-se a necessidade de deixar o mercado atuar com a menor

quantidade possível de intervenções do Estado, a fim de que ele possa formular a sua verdade e colocá-la como regra e norma à prática governamental. É o mercado dizendo até onde governar.

Esse século marca essa importante mudança em relação ao mercado, que passa de um lugar de justiça, de jurisdição, para um lugar dotado de uma naturalidade, capaz de se auto-regular espontaneamente, formando os preços. Esses preços oscilarão em torno do valor do produto, nomeados de preço “natural”, bom, normal. E esse preço seria a expressão da adequada relação entre custo de produção e amplitude da demanda. Assim, a relação abundância/escassez justificaria o ajuste dos preços e isso só seria legítimo e verdadeiro se acontecesse nos mercados, em sua espontaneidade e “naturalidade”. Essa naturalidade estaria tanto relacionada às riquezas, em sua circulação de bens e utilitarismo, quanto aos indivíduos, que aparecem como sujeitos de direitos e uma população a ser manejada em sua saúde, comportamento, longevidade, tudo isso diretamente relacionado à economia.

Então, sendo o mercado portador de um mecanismo natural de formação e regulação de preços, ele se torna um lugar dotado de uma capacidade de observar o que o governo faz, as medidas que impõe, as regras, dizendo se estas terão ou não estatuto de verdadeira prática governamental, se elas são necessárias e até onde o governo deve ir para não se tornar um mau governo, um governo que não convém. Mas, o que possibilitou que o mercado se tornasse esse lugar de dizer a verdade da prática governamental?

O mercado já era objeto privilegiado do governo há muito tempo. Nos séculos XVI e XVII, com o mercantilismo que fazia do comércio um dos principais instrumentos do poder do Estado, o mercado já tinha certa importância em termos de governo. Mas a virada, o ponto de inflexão da razão de Estado, a emergência dessa nova prática governamental que coloca o mercado na posição de ditador da verdade, se deu por conta de uma relação poligonal, uma conjugação de diversos fatores, tais como a situação monetária do século XVIII, na qual se destacava uma nova afluência de ouro, uma relativa constância das moedas, um crescimento econômico e demográfico contínuo, uma intensificação da produção agrícola, uma série de técnicas portadoras de métodos e instrumentos de reflexão que puderam acessar a prática governamental, e a formalização teórica de alguns problemas econômicos. Desse modo, não se trata de uma relação de causa e efeito, e sim de alguns fenômenos, que se agenciaram, possibilitando a emergência do mercado enquanto âmbito de produção verdadeira. Os princípios fundamentais da autolimitação da razão governamental se articulam entre o valor de troca e a veracidade espontânea dos processos econômicos; medidas de utilidade e jurisdição interna dos atos do poder público. O governo manipula interesses (FOUCAULT, 1979).

Essa governamentalidade precisa obedecer a um jogo complexo entre os interesses individuais e coletivos, a utilidade social e a ganância econômica; entre o equilíbrio do mercado e o regime do poder público. Um jogo complexo entre direitos fundamentais e independência dos governados. Assim, o autor coloca uma importante pergunta para pensarmos também a sexualidade, tema atual e muito em cena nos últimos meses: qual é o valor de utilidade do governo e de todas as suas ações, em uma sociedade onde o que determina o verdadeiro valor das coisas é o intercâmbio?⁴¹

No capitalismo, só o mercado é universal, e não o Estado, pois justamente existe um mercado universal cujas sedes são os Estados, as Bolsas.

É uma fabricação de riqueza e miséria. Não há Estado democrático que não esteja comprometido nesta fabricação da miséria humana (...) A vergonha é não termos nenhum meio seguro para preservar, e principalmente para alçar os devires, inclusive em nós mesmos. Já não dispomos da imagem de um proletário a quem bastaria tomar consciência (DELEUZE, 1990, p. 213).

No Brasil, no contexto autoritário da ditadura militar, a luta pela conquista de um Estado democrático de direito, aparecia como única possibilidade de enfrentamento dos poderes instituídos. Porém, o que não se percebia era que novos modos de dominação, mais globais e sutis, se forjavam: falamos aí da ditadura do mercado (COIMBRA; MENDONÇA; MONTEIRO, 2006).

Sendo assim, as coisas se complexificam, pois o mercado tanto difunde as identidades como se retroalimenta destas, participando da produção de modos de ser que sirvam à sua expansão. Qualificando uns e desqualificando outros, a lógica identitária do mercado se alastra. E a partir disso são pensados os chamados Direitos Humanos, conceito amplo que engloba uma série de outros direitos. Mas, que concepção de homem embasa tal formulação?

Wood (2003) também coloca que, no Ocidente, forjou-se uma separação entre Estado e sociedade civil, ou seja, criou-se uma visão distorcida pela mera dicotomia entre Estado como sede da coação e sociedade civil como espaço livre, representada como a esfera da diferença e da diversidade. A sociedade contemporânea é caracterizada por uma fragmentação crescente, diversificação de relações e experiências sociais, pluralidade de estilos de vida, multiplicação de identidades pessoais. Neste mundo contemporâneo, a diferença e a diversidade dissolveram todas as antigas certezas. As velhas solidariedades - principalmente as de classe - foram rompidas e proliferaram movimentos sociais baseados em outras identidades e contra outras opressões, relacionados à raça, gênero, etnias, sexualidade, etc.

⁴¹ *ibidem*

Ao mesmo tempo, ressalta a autora, esses acontecimentos ampliaram muito as oportunidades de escolha individual, tanto nos padrões de consumo como nos estilos de vida. Esse novo pluralismo tem o conceito de identidade como seu constitutivo, conceito este que afirma carregar a virtude de abranger tudo, desde gênero a classe, de etnia até raça ou preferência sexual. Essa “política de identidade” afirma ser mais afinada com a complexidade da experiência humana e mais inclusiva no alcance emancipatório, e pode-se dizer que se constitui através de um modo de subjetivação denominado capitalístico.

Guattari (2008) acrescenta o sufixo “ístico” ao vocábulo capitalista por sentir a necessidade de criar um termo que possa designar não apenas as sociedades qualificadas como capitalistas, mas também setores do assim chamado “Terceiro Mundo”, bem como as economias ditas socialistas dos países do leste. Tais sociedades, segundo o autor, funcionariam com uma mesma política do desejo no campo social, com o mesmo modo de produção de subjetividade e de relação com o outro.

Este autor trata a subjetividade não enquanto essência, e sim enquanto produção. Para ele, o que é produzido pela subjetividade capitalística, o que nos chega via mídia, família e todos os equipamentos sociais que nos rodeiam, não são apenas idéias, e sim sistemas de conexão direta entre as grandes máquinas produtoras e de controle social e as instâncias psíquicas, a maneira de perceber o mundo. Assim, “o cidadão humano passa a ser considerado como aquele que se vincula, rápida e prontamente, à lógica capitalística.” (p.9) Há que se estar incluído no sistema de produção do capitalismo mundial integrado, sistema esse que funciona pelo modo indivíduo de subjetivação.

Pode-se dizer, por exemplo, que os Estados Unidos são uma grande máquina produtora dessa subjetividade capitalística. Que concepção de homem esse processo de subjetivação produziu ao longo da história? Uma concepção naturalizada, universal de ser humano e de seus direitos, fundamentada em Cartas e Tratados.

Segundo Bicalho (2005), este é o modo como geralmente se ensina “Direitos Humanos”: ideais advindos de uma natureza descontextualizada política e historicamente. Como se a questão de tais direitos não fosse atravessada pela economia, pelo desejo, pelos movimentos sociais.

De acordo Coimbra, Mendonça e Monteiro (2006), para escaparmos da ‘ilusão’ do Estado Democrático de Direito, é preciso colocar a questão dos direitos num “plano comum”, referente aos direitos construídos nas experiências concretas dos homens inseridos na coletividade, nas suas lutas, e não do Homem idealizado. A partir dessa concepção de direitos

humanos, seria possível pensar a produção de “novos sujeitos implicados em práticas que engendram novos modos de subjetivação” (p. 11).

Acontece que os próprios movimentos sociais são atravessados por esses “ensinamentos” de Direitos Humanos do Homem idealizado: é uma via de mão dupla. Em Wood (2003) encontramos a colocação de que estamos acostumados a definir democracia mais em termos de liberdades civis, de expressão, de imprensa e reunião, defesa do indivíduo, proteção de uma esfera de privacidade, dentre outras, do que em termos de governo pelo poder popular. A autora coloca que essas são qualidades admiráveis, mas que pouco tem a ver com democracia, pois claramente ausente dessa relação está a característica que distingue e dá à democracia seu significado específico e literal: governo pelo *demos*.

Retornando a Foucault (1979), vemos que a questão da liberdade é de grande importância para o funcionamento da governamentalidade liberal. Nesse sentido, ela não existe como um a priori, algo que se deva ou não conceder, garantir, defender, ou respeitar, porque a liberdade é fabricada a cada momento, suscitada, produzida, por um conjunto de coações e problemas de custo que constituem essa fabricação. Trata-se de uma governamentalidade que é consumidora de liberdades, pois só pode funcionar quando há efetivamente uma série de liberdades, como a de mercado, do exercício da propriedade, de discussão, de expressão. Portanto, esse consumo de liberdade obriga o governo a produzi-la e organizá-la.

Assim, a formulação do liberalismo é “voy a producir para ti lo que se requiere para que seas libre”⁴² (FOUCAULT, 1979 p. 84). Mas essa mesma ação implica que seja necessário limitar a liberdade que se produziu, via coações, obrigações, ameaças. Cita como exemplo as tarifas aduaneiras estabelecidas pelos EUA no começo do século XIX, visando proteger uma liberdade de comércio que estaria sendo comprometida pela hegemonia inglesa. O que muito nos importa ao tratarmos do tema das identidades no dispositivo da sexualidade, a liberdade de comportamento, diz o autor, estaria implicada, seria necessária e serviria de reguladora, mas para isso antes seria produzida e organizada. É importante atentar a isso ao vermos que os discursos que circulam sobre a liberdade sexual estão emaranhados na política identitária. Liberdade para os homossexuais, para os travestis, para os transgêneros, cada vez mais reivindicada ao Estado, que deve, através de políticas públicas garanti-las, ou melhor dizendo, produzi-las como necessárias, organizá-las nessas caixinhas identitárias e regular modos de ser.

⁴² Vou produzir para ti aquilo que se requer para que sejas livre.

Atualmente, vivemos um paradoxo, ou apenas mais um ponto de inflexão dessa prática governamental? Ao passo que o mercado deve atuar livremente, limitando a intervenção do governo, vemos o aumento e a crescente preocupação com a formulação de políticas sociais, de garantia de direitos humanos. O texto da lei vem tentar dar conta de um funcionamento discriminatório da sociedade, que foi produzido por ela própria. Os chamados direitos sexuais se incluem nessa nova onda. Tendo em vista a dificuldade de viver a diferença pura, dificuldade esta construída dentro do dispositivo da sexualidade, como já vimos, esta é transformada em alvo de políticas públicas, sempre pela via da categorização em identidades. Modos de ser se colocam em jogo quando são definidos os públicos-alvo de tais políticas. E não nos enganemos que isso nada tem a ver com o mercado.

Ao garantirmos determinados direitos, reivindicados pelo próprio movimento social - e aí vemos a mescla dos discursos do Estado, da ciência e do movimento - o mercado se movimenta: temos aí as cirurgias de transgenitalização, as terapias hormonais, a moda adequada para os gays, para as lésbicas, os lugares freqüentando por eles, e assim vai se dando a governamentalidade, os modos de conduzir as condutas através da sexualidade que vão se tornando interessantes ao mercado, que captou o movimento do novo, dos escapes, e os circunscreveu como modos de ser. Agora, o Estado se torna mais intervencionista na questão dos direitos humanos, mas isso não deixa de ser atravessado pela questão do mercado.

Vera Telles (1996) diz que

desde a Declaração Universal dos Direitos Humanos, da ONU em 1948, os direitos sociais foram reconhecidos, junto com os direitos civis e os direitos políticos, no elenco dos direitos humanos: direito ao trabalho, direito ao salário igual por trabalho igual, direito à previdência social em caso de doença, velhice, morte do arrimo de família e desemprego involuntário, direito a uma renda condizente com uma vida digna, direito ao repouso e ao lazer (aí incluindo o direito a férias remuneradas), e o direito à educação. Todos esses são considerados direitos que devem caber a todos os indivíduos igualmente, sem distinção de raça, religião, credo político, idade ou sexo (p. 2).

A autora nos fala que a questão dos direitos sociais geralmente é avaliada a partir da constatação da brutal defasagem entre os princípios igualitários da lei e a realidade das desigualdades e exclusões, pois ainda que o texto da lei diga que esses direitos devem se estender igualmente a todos, independente de raça, sexo, religião, na prática não é isso o que se processa. Sendo assim, falar em direitos sociais seria falar tanto da impotência destes em alterar a ordem hegemônica vigente, quanto falar de uma perda causada pela erosão dos

direitos sociais provocada pelas mudanças em curso no mundo contemporâneo (TELLES, 1996).

Essas mudanças estão relacionadas ao biopoder definido por Foucault: poder de produzir e transformar a própria vida na imanência do capital. Trata-se de um poder-saber que, através de discursos e práticas, produz realidades subjetivas e objetivas, e na medida em que se difunde, fabrica os humanos e a sociedade pela separação daqueles que podem/devem viver daqueles para os quais basta deixar morrer. Encarregado da gestão calculista da vida, esse poder passa a operar tanto na via das ordenações disciplinares dos corpos, como na via da produção e controle da vida em seu conjunto. Àqueles situados na “borda”, às margens da concepção universalista de homem que embasa os direitos humanos, restaria o deixar morrer.

No entanto, Telles (1996) coloca que talvez seja necessário deslocar a discussão sobre os direitos sociais da fragilidade ou da realidade que deixaram de conter, para as questões que abrem e os problemas que colocam. Tratar dos direitos sociais é um modo de se apropriar de certa herança da modernidade assumindo a promessa de igualdade e justiça contida nas suas formulações. Porém, a atual fase de reestruturação do capitalismo pode nos levar a tomar isso como dado da história agora superado ou negado. Mas a autora defende que, para sairmos do terreno das lamentações, é preciso que tomemos “os direitos sociais como cifra pela qual problematizar os tempos que correm e, a partir daí, quem sabe, formular as perguntas que correspondam às urgências que a atualidade vem colocando.” (p.3)

Foucault (1979) diz que o “Estado de direito”, a organização de um sistema “realmente representativo” estiveram vinculados ao liberalismo durante todo o começo do século XIX. Assim, é importante pensar qual seria a função do direito nessa governamentalidade liberal. A questão agora é saber como nessa razão de governo autolimitado é possível formular essa limitação em termos de direito. Será preciso formular um direito que esteja muito atento à intervenção governamental possível ao mercado, visto que isso é requisito ao livre funcionamento “natural” deste. Não há como pensar a liberdade de mercado sem colocar em termos de direito a limitação do poder público. Agora, a questão do direito passa a ser de como pôr limites ao poder público, sendo que a esfera de competência do governo é definida nos termos do que seria útil e do que seria inútil tocar. Os limites jurídicos partirão das práticas governamentais, em função: dos limites desejáveis à governamentalidade conveniente, dos objetivos desta e dos objetos que maneja, dos recursos do país, da economia e da população.

Na busca de uma tecnologia liberal de governo, a regulação pela forma jurídica revelou-se mais eficaz do que a sabedoria ou a moderação dos governantes. Para esta

regulação, recorre-se à lei, pois esta “define formas de intervenções gerais exclusivas de medidas particulares, individuais, excepcionais, e porque a participação dos governados na elaboração da lei, num sistema parlamentar, constitui o sistema mais eficaz de economia governamental” (FOUCAULT, 1997).

O autor diz que “o que deveria ser estudado agora é a maneira como os problemas específicos da vida e da população foram colocados no interior de uma tecnologia de governo que, sem nunca ter sido liberal, não cessou de estar obcecada, desde o final do século XVIII, pela questão do liberalismo” (p.96).

Foucault (1997) começa discutindo ordoliberalismo alemão, apontando como aspecto deste a reenformação da sociedade segundo o modelo da empresa. Esse aspecto é referente à chamada *Gesellschaftspolitik*. No entanto, esta não funcionaria sozinha, pois seria preciso a constituição de uma *Vitalpolitik*, que teria por função compensar o que há de frio, de impassível, de calculista, de racional, de mecânico no jogo da concorrência propriamente mecânica. Considera que a regulação dos preços no mercado é em si tão frágil que necessita de uma política interna e vigilante de intervenções sociais.

Já o neoliberalismo americano é mais radical. Trata-se, nesse caso, de fato e sempre de generalizar a forma econômica do mercado. E isso comporta certo número de aspectos, sendo que Foucault vai se deter em dois deles. O primeiro, referente à grade de inteligibilidade, diz respeito ao uso da forma econômica como princípio de decifração das relações sociais e dos comportamentos individuais. O segundo aspecto se trata da pretensão de aferir a ação do poder público em termos estritamente de economia e de mercado (FOUCAULT, 1979). Afinal, “quais são as funções reservadas ao Estado senão as de garantir a segurança necessária para o bom funcionamento do capitalismo de mercado?” (COIMBRA; MENDONÇA; MONTEIRO, 2006, p.10)

No entanto, problematizar a questão dos direitos sociais abre caminhos para colocar em pauta as tensões, antinomias e contradições existentes nas relações sociais. Sendo assim, é possível que, ao atentarmos para a demolição das conquistas sociais pela onda neoliberal, olhemos isso de modo potencializador de novos rumos.

As reivindicações, portanto, também comportam algo de criativo. Em torno dos vários sujeitos que reivindicam direitos abrem-se horizontes de possibilidades que, a partir de processos de singularização, não se deixem engolir pelas especificidades, podendo assim reinventar as regras da civilidade e da sociabilidade democrática (TELLES, 1996).

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 inaugura, enquanto marco jurídico de ampla importância, uma nova fase de organização democrática na pós-ditadura. Em seu artigo 1,

parágrafo único, consta que “Todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição.” Assim, a participação representativa através do voto passa a ser combinada com a participação direta da sociedade nos processos decisórios, através de instrumentos jurídicos como projeto de leis de iniciativa popular, referendos, conselhos setoriais, orçamentos participativos, conferências e outras de menor institucionalidade, que são os Fóruns de segmentos⁴³.

Aqui nos interessa discutir um pouco mais sobre as conferências, já que é recorrendo a uma análise das propostas da I conferência LGBT que esse trabalho busca problematizar a política identitária que atravessa os movimentos sociais no contemporâneo. Uma conferência de uma determinada política pública tem por finalidade verificar como está o andamento desta política ao nível local, estadual e nacional, e estabelecer novas metas e proposições. A periodicidade em que elas ocorrem varia de acordo com a organização nacional do segmento: 2, 3 ou 4 anos, e, na maioria das vezes, são convocadas pelos chefes de executivo de cada instância (prefeitos nos municípios, governadores nos estados e presidente a nível nacional). No entanto, caso isso não ocorra, o movimento social organizado, através dos Conselhos ou não, podem se auto-convocar através de edital público e de livre acesso da comunidade⁴⁴.

Neves (2006 *apud* MACIEL, 2010) nos fala de um modo de funcionamento através do reconhecimento de novos direitos. Isso seria composto de três etapas: primeiro, o reconhecimento de direitos humanos, acompanhado da exigência ética do cumprimento das expectativas normativas neles contidas. Segundo, deve haver o reconhecimento jurídico desses novos direitos; e por fim, eles se tornam parte do agir cotidiano na forma de direitos e deveres dos cidadãos.

Sendo assim, as conferências podem ser um espaço potente de construção desses direitos, onde os sujeitos podem expressar as contradições de seu cotidiano através de propostas novas, ou revendo proposições anteriores através da verificação do cumprimento ou não destas, das dificuldades, dos impasses e das surpresas em relação à transformação das propostas em vivências cotidianas. Ao reunir a sociedade interessada na discussão sobre determinado segmento – no caso, estamos tratando de direitos sexuais – temos aí a possibilidade de colocar em análise práticas instituídas, núcleos enrijecidos nos modos de vivenciar a sexualidade no cotidiano. No entanto, há os riscos que esses espaços correm de

⁴³ Silva, G. **Pequena contribuição sobre o significado das conferências**. Disponível em: http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/participacao_parceria/conferencias/2007/o_que_sao_as_conferecias.pdf. Acesso em maio de 2011

⁴⁴ **Orientação Geral sobre Objetivos, significados e encaminhamentos de uma Conferência Pública sobre Políticas Públicas, da III Conferência Estadual de Políticas para mulheres, RS**. Disponível em: <http://www.cem.rs.gov.br/arquivos/oque.pdf>. Acesso em maio de 2011.

funcionar na mesma lógica do Estado, quando este abre espaços identitários para a proposição de políticas – por exemplo, conferências de políticas para infância e adolescência, para as mulheres, para a saúde mental, dentre inúmeros outros segmentos, sempre marcados pela figura da identidade.

Assim, ao olhar as propostas da conferência LGBT – algumas já foram discutidas ao longo do trabalho – podemos notar a política identitária operando, em tensionamento com outras políticas que investem na abertura do índice de transversalidade nas lutas. E a importância deste espaço não é só a de aprovar propostas que devem ser colocadas em prática pelo Poder Executivo; neste espaço, os sujeitos se constroem enquanto cidadãos. Aqui, modos de ser que aprisionam e discriminam podem ser demolidos e construídos modos de vida sobre outras bases.

Vemos na proposta que se segue uma potente abertura do índice de transversalidade:

apoiar a elaboração de uma agenda comum entre os movimentos LGBT, indígena e étnicos-raciais, de mulheres, juventude, deficientes LGBT com realização de seminários, reuniões, oficinas de trabalho sobre o racismo e a homofobia, machismo, sexismo, preconceito de gênero, de classe, raça e etnia, pessoas com deficiência e com recorte geracional (BRASÍLIA, 2008).

Do espaço da conferência, que a princípio discutiria somente o tema dos direitos sexuais, saiu uma proposta que visa ampliar a discussão com outros atores, criando outros espaços de interlocução, onde talvez as diferenças possam aparecer como meras diferenças ao acaso, enquanto positivities, sem hierarquias de valor.

“Quanto maior o índice de transversalidade, a possibilidade de reconhecer fluxos e atravessamentos institucionais bem como de instaurar novas opções, maior a des-hierarquização. Pela via da disjunção, fica possibilitado o emergir das diferenças” (LEITÃO, 1992, p.149).

A cidadania é entendida, tradicionalmente, como um conjunto de direitos e deveres de um sujeito inserido em uma sociedade. Está relacionada à idéia de um posicionamento jurídico-legal perante o Estado. Encontramos, de um modo geral, como características que constituem a cidadania moderna: a universalidade, a territorialização, a individualização (vínculo direto entre indivíduo e o Estado) e a índole estatal-nacional (LAVALLE, 2003⁴⁵, *apud* CASTRO, 2008).

⁴⁵ Lavalle, Adrián G. **Cidadania, igualdade e diferença**. Lua Nova, 59, 75-93, 2003 Acessado em 25 de novembro de 2005, de www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext%pid=S0102-64452003000200004&Ing=pt&nrm=iso>ISSN 0102-6445.

Sobre a elaboração do conceito de cidadania, podemos retornar à Marshall, que o concebeu contextualizando-o na Inglaterra, ao final do século XIX, partindo do surgimento dos direitos políticos, civis e sociais, que de acordo com ele, seriam os constituintes da cidadania.

Nesta perspectiva, “o cidadão pleno seria aquele que fosse titular dos três direitos. Cidadãos incompletos seriam os que possuísem apenas alguns direitos. Os que não se beneficiassem de nenhum dos direitos seriam não-cidadãos” (CARVALHO, 2004 p. 9⁴⁶ *apud* CASTRO, 2008 p.275).

Os direitos civis seriam a base de todos os direitos, e teria surgido no século XVIII, estando atrelado à idéia de liberdade. Podem ser expressos basicamente pela liberdade de ir e vir, liberdade de imprensa, liberdade de pensamento e fé, direito à propriedade privada e direito à justiça. Este corresponde ao direito de defender e afirmar todos os direitos em termos de igualdade com os outros através do encaminhamento processual. As instituições da sociedade responsáveis por viabilizar os direitos civis são os tribunais de justiça (CASTRO, 2008). Busca da liberdade através da judicialização, como acontece na busca pela liberdade sexual. Uma liberdade fictícia, pois ainda que a justiça a reconheça e a conceda a quem a procura, trata-se de um campo de possíveis circunscrito, no qual o espaço de criação dessa liberdade é limitado por normas de conduta que delimitam modos de existir e circular por essas liberdades.

Marshall diz que o século XIX foi o período formativo dos direitos políticos. Estes dizem respeito à participação no exercício do poder político, como eleito ou eleitor. De acordo com Marshall, eles só puderam surgir a partir do momento em que os direitos civis ligados ao status de liberdade já tinham conquistado um status geral de cidadania. Assim, trata-se aqui da doação de velhos direitos a novos setores da população (CASTRO, 2008)

Assim, a sociedade capitalista do século XIX tratava os direitos políticos como um produto secundário dos direitos civis; no entanto, o século XX, abandona essa posição e associa o direito político à cidadania como tal, deixando então o direito político de ser apenas um complemento do direito civil. Um exemplo disso é a instituição do sufrágio universal, quando o que se é levado em conta para votar é o status pessoal de cidadão e não a condição econômica.

E quais os efeitos dessa vinculação? Restringe a cidadania aos mecanismos formais da democracia representativa.

⁴⁶ Carvalho, José M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

Hoje muito se fala em cidadania, principalmente do ponto de vista de aquisição de direitos. A mentalidade de “ter direitos e poder reivindicá-los” pode reforçar uma perspectiva que negligencia o princípio construcionista, histórico e não natural de qualquer direito, portanto, de que é no bojo da interlocução com o(s) outro(s) que se constroem continuamente as direções(...) de uma sociedade (CASTRO, 2004 p. 229⁴⁷, *apud* CASTRO, 2008 p. 282)

A cidadania pode ser definida de diferentes maneiras, ainda que a conceituação trazida por Marshall tenha assumido a definição privilegiada. Pode ser entendida como conjunto de direitos, conjunto de deveres, como identidade ou como participação (DELANTY citado em JANS, 2004⁴⁸, *apud* CASTRO, 2008). O sentido da participação é o de se sentir envolvido e disposto a contribuir na vida da comunidade.

Ao definirmos a cidadania a partir da idéia de direitos acabamos por determinar um patamar (condição ou estatuto) ideal para que haja o reconhecimento como cidadão, despotencializando a idéia de cidadania como participação.

Os anos 80 passam a ressaltar, em termos de produção teórica, questões como democracia, segregação urbana, a importância do território para a cidadania, a falência das ditas políticas sociais, os movimentos sociais. Em especial são discutidos o território, a questão espacial e a cidadania. (VÉRAS, 2001)

Assim, o cidadão aparece como territorializado. Milton Santos (1987)⁴⁹ coloca a importância do território, entendido como o lugar onde se vive, no qual os bens e serviços indispensáveis devem não só existir, como também devem ter adequada gestão, para caracterizar os sujeitos enquanto cidadãos. Ou seja, de acordo com essa visão, se é mais ou menos cidadão dependendo do ponto do território onde se está. Assim, aparecem como condições para a cidadania a mobilidade e a acessibilidade. (*apud* VÉRAS, 2001)

Porém, Vêras (1987) faz um contraponto, dizendo que curiosamente a cidadania é também o direito de permanecer no lugar, no seu território identitário, o direito ao espaço de memória. Cita como exemplo os despejos, as remoções e demolições, condenando moradores de determinadas áreas a um nomadismo sem direito às raízes.

Lúcio Kowarick (1983⁵⁰ *apud* VÉRAS, 1987) analisa sobretudo as lutas sociais que acontecem no espaço urbano, se interessando pelos processos de redemocratização da

⁴⁷ Castro, Lúcia R. **A aventura urbana. Crianças e jovens na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004

⁴⁸ Jans, Marc. **Children as citizens: towards a contemporary notion of child participation**. *Childhood*, n 11, v.1, pp. 27-44, 2004.

⁴⁹ SANTOS, M. **O espaço do cidadão**. São Paulo, Nobel, 1987.

⁵⁰ KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem – origem do trabalho livre no Brasil**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

sociedade, focando várias experiências e as diversas construções de identidade dos grupos populares que se mobilizam reivindicando sua cidadania.

Os anos 90 reeditam o conceito de exclusão como a não-cidadania.

As relações sociais são, portanto, enfocadas em confronto com a noção de Estado – Estado Providência ou Estado Mínimo ; em outras palavras, os princípios podem ser universalistas ou diferencialistas, de combate à exclusão ou à desigualdade. Se adeptos do universalismo, negam as diferenças, buscando a homogeneização com base no princípio da cidadania e igualdade abstrata de direitos (o exemplo é o Estado Providência).(VÉRAS, 2001, pp. 36-37)

Porém, a crise desse Estado Providência, com o fracasso na realização da igualdade de acesso a serviços sociais acarretaram a reflexão dos que respeitam a diferença (ou sua absolutização) contra os princípios abstratos do cidadão com direitos virtuais. Assim, foram propostas normas relativistas (o Estado mínimo se eximindo de integrar os “diferentes”), admitindo que a exclusão seja de responsabilidade do próprio excluído. (VÉRAS, 2001).

O Estado assistencial ou Estado providência começa organizando uma segregação que empurra pra fora dos circuitos econômicos uma parte considerável da população. Em seguida, vem socorrer, dar assistência a essa população, desde que ela passe por seu sistema de controle. Assim sendo, coloca-se em xeque essa cidadania que ao Estado tudo reivindica, pois “só haverá uma verdadeira autonomia, uma verdadeira reapropriação da vida, na medida em que os indivíduos, as famílias, os grupos sociais de base, os grupos sociais primários forem capazes de escolher por si próprios o que querem como equipamentos em seu bairro” (GUATTARI, 2008, p. 173)

Aqui percebemos como a figura do cidadão aparece localizada espacialmente, em termos de acesso aos serviços e direito à moradia, bem como em termos identitários de reivindicações. Não se quer dizer que esses direitos não devem ser garantidos pelo Estado, ou que não devem ser reivindicados pelas pessoas. Mas queremos colocar que as noções hegemonicamente circuladas de cidadão podem estar servindo à manutenção de um sistema instituído, que visa mais à tutela do que à abertura para a criação/invenção de direitos. É preciso atentarmos para os riscos que corremos ao pedirmos mais Estado em nossas vidas. Fazer avançar a lógica representativa e a capilaridade do Estado pode fazer valer um único modo de existência, nos diz a abordagem micropolítica. E essa sobrecodificação das práticas não dá passagem à variabilidade, paralisa a experimentação nos termos da multiplicidade.

É certo que a cidadania é referência central no discurso democrático, idéia ligada ao reconhecimento e respeito pelo outro, e isso se materializaria em termos de direitos civis, conforme exposto acima. Mas o que seria esse outro?

Falamos então de um discurso democrático que, como nos diz Rolnik (1994), pensa o outro como um indivíduo, como uma unidade juridicamente circunscrita. Aqui, o “eu” é tomado como algo fechado, contornado, essencial. E o outro se resumiria a tudo aquilo (humano ou não humano) exterior a um eu. “Eu” e “outro” aparecem como unidades separáveis e independentes (ROLNIK, 1994). E aí, como são vividas as diferenças, o respeito às diferenças? O que se quer dizer com “ser diferente”, “democraticamente falando”?

Rolnik (1994) nos alerta que essa dicotomia é o que se apreende no plano do visível, captável pela percepção. Porém, a realidade não se restringe ao visível, e a subjetividade não se restringe ao eu. A autora nos diz:

À sombra disso tudo, no invisível, o que há é uma textura ontológica que vai se fazendo de fluxos e partículas que constituem nossa composição atual, conectando-se com outros fluxos e partículas com os quais estão coexistindo, somando-se e esboçando outras composições. Tais composições geram em nós estados inéditos, inteiramente estranhos em relação àquilo de que é feita a consistência subjetiva de nossa atual figura (p.3).

Isso desestabiliza os nossos contornos, e aí fica difícil se encaixar em alguma letra da sigla LGBT, por exemplo. No entanto, isso é vivido como uma ameaça, e não por acaso: produz-se que o único modo de ser que é válido é o modo-de-ser-indivíduo.

Tal modo de subjetivação é composto em uma lógica molar, que trata do lugar do universal, do invariável, perseguindo o sentido de unidade e totalidade a partir da apreensão dos objetos em seu estado já constituído (BARROS, 1997). Esse modo de subjetivação é composto por linhas diversas, e aqui podemos apresentar algumas delas, sem a pretensão de abarcar todas, visto que provavelmente muitas nos escapam. Então, podemos citar: a ascensão do liberalismo político; o romantismo valorizador das expressões de “cada um”; o êxodo de grande parte da população do campo para a cidade e a instauração de uma nova utilização do corpo nas relações de trabalho; mudança nas relações entre público e privado; difusão de ideais da burguesia em ascensão, através da criação de novos equipamentos sociais, dentre outras. (BARROS, 1997). Esta é uma marca sobrecodificadora (o indivíduo), que entranha as práticas e constitui objetos e sujeitos; pode-se dizer de um modo de funcionamento, hoje instalado, que é massivamente individualizante, que constrói traços de equivalência entre sujeito-indivíduo (BARROS, 1994).

Mas Rolnik (1994) coloca que não somos só uma identidade na qual nos reconhecemos; há um aquém e um além do indivíduo, o que é chamado de processo de subjetivação. Ou seja, falar em processo é se referir a algo que nunca está acabado, finalizado,

mas sim em constante transformação. A partir disso, é possível pensar o outro de modo diferente: um outro enquanto produção de diferença, que nos tira da zona de conforto identitária, extrapola a nossa identidade; que emerge da coexistência dos fluxos e partículas, convocando-nos à corporificação, no visível, das diferenças que se engendram no invisível. Mas, como isso é possível, tendo em vista que parece haver uma única maneira de pensar, que é por representação?

Pela via da representação, são afirmados universais, e os acontecimentos são tomados como partes de um todo anteriormente organizado. Instala-se uma dicotomia entre realidade interna e externa, e o homem re (apresenta) e re (conhece) o mundo através de uma interiorização do visível e do enunciável. Sendo assim, será que o que se vê e o que se diz sobre a sexualidade caberiam em algum lugar tão circunscrito, ou algo escaparia, instigando que movimentos de reterritorialização entrem em cena.

Ferreira (2011) discorre sobre a consciência em Espinosa. Diz que, para o filósofo, a consciência é reflexiva, é a idéia da idéia de afecções. Estas são as impressões, os efeitos causados em nossos corpos no movimento, no processo, em contato com outros corpos. Então, a consciência apenas recolhe efeitos; ou seja, em nossa mente há idéias de afecções, idéias que envolvem apenas imagens.

Se ficarmos encerrados apenas na consciência, não compreenderemos como as imagens e os afetos são produzidos em nós. Há um encadeamento das afecções do corpo, ou seja, a mente passa de um pensamento ao outro de acordo com a sequência na qual as afecções foram produzidas, o que para Espinosa seria a memória. E essa memória que se forma, que ele chama de hábito, não corresponde à ordem da natureza. Esta não obedece à ordenação da memória do homem. E este, por não compreender a ordem real da natureza, julga a vida porque o acaso rompe com a ordem imaginária das coisas. Essa ordem que dava a esperança de ter segurança e tranquilidade no mundo. No entanto, a vida serena é produzida por um entendimento da natureza, onde o pensamento compreende uma ordenação necessária em todo o acaso (FERREIRA, 2011).

Porém, o hábito e a memória são importantes para a manutenção da vida, é um aspecto utilitário da existência. Mas se torna problemático na medida em que a consciência tenta submeter aquilo que a produz, tenta controlar racionalmente a vida e corrigir os seus acasos. Assim, o homem se restringe apenas ao aspecto utilitário, o que o impede de entender a natureza e viver de modo livre (FERREIRA, 2011). Isso se relaciona à questão da permanência e estabilidade buscada com o uso das identidades.

Aqui podemos retomar a discussão sobre o conteúdo do material do kit anti-homofobia. O kit é composto um caderno, uma série de seis boletins (Boleshs), três audiovisuais e dois DVDs com seus respectivos guias, um cartaz, e cartas de apresentação para a gestora ou o gestor e para educadoras e educadores. De acordo com a coordenadora de elaboração deste material, este serviria como um “guia” para professores que queiram tratar sobre o assunto com seus alunos e com a comunidade acadêmica. O kit tem por objetivo ensinar os estudantes a aceitar as diferenças e evitar perseguições e agressões àqueles que assumem a homossexualidade. A referida coordenadora explica que a cartilha traz conceitos teóricos, como gênero, homossexualidade e diversidade sexual, além de sugestões de oficinas e dicas de filmes que tratam do assunto. Ainda segundo ela, os vídeos seriam um material para disparar uma discussão, mas a exibição deles ficaria como decisão do professor⁵¹.

No site da ONG⁵² que produziu o kit, encontramos a explicação de que o mesmo visa desconstruir os estereótipos relacionados às lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, bem como promover o convívio democrático com a diferença no ambiente escolar. Já nesta explicação encontramos as referências às categorias, que são colocadas como já dadas, naturalizadas. A possibilidade de questionar as categorias não aparece; ao contrário, elas são afirmadas e reforçadas por um discurso pedagógico sobre a sexualidade. A discussão sobre a discriminação homofóbica e os estereótipos aparece sob a forma de respeito à diferença, mas essa diferença é baseada em identidades, reproduzindo assim o mesmo processo que constrói os estereótipos e a homofobia – a eliminação de identidades sexuais consideradas indesejadas ou ilegítimas.

Considerando que toda discriminação se constrói com base em contornos bem definidos, para que haja discriminação, é preciso que o objeto discriminado esteja localizado, definido, e isso a política identitária faz muito bem. Então, como combater a discriminação usando as mesmas máquinas que a produz? Como suscitar debates com vídeos nos quais a discussão sobre a sexualidade está dada, está dito como tem que ser, como devemos agir, e em qual caixinha nos colocamos dependendo da maneira em que nos conduzimos em nossa vida sexual. A abordagem dos vídeos sempre passa pela questão de assumir a sexualidade, dizer de si⁵³.

⁵¹ Fonte: http://www.correiodoestado.com.br/noticias/veja-videos-do-kit-anti-homofobia-do-mec_111320/. Acesso em junho de 2011.

⁵² http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh_kit.asp. Acesso em junho de 2011.

⁵³ O vídeo probabilidade trata de um menino que se “descobre” bissexual; o Encontrando Bianca trata de um menino que aos poucos vai “assumindo” a sua essência feminina, e o Torpedo trata de um casal de meninas que assume publicamente o seu relacionamento na escola. Vídeos disponíveis em: www.youtube.com. Acesso em junho de 2011.

Ensinar a aceitar as diferenças, como disse a coordenadora de produção do material, resolveria o problema? Será que a diferença é algo que se ensine, através de conceitos bem definidos, ou que se experiencie nos encontros?

Aqui, podemos recorrer à discussão que Rolnik (1992) faz sobre o homem da moral e o homem da ética. Segundo a autora, esses são vetores que constituem a subjetividade. O homem da moral transita no visível, age de acordo com os códigos, o conjunto de valores e regras de ação compartilhados em sociedade, que é fundamental para a nossa sobrevivência. Mas a existência humana não se resume a isso; caso contrário, não existiriam os desassossegos, as inquietações com esses códigos, o caos, a desordem. O homem da ética seria aquela dimensão da nossa subjetividade que se move no invisível. Ele ativa uma perspectiva de abertura para a virtual diferenciação que acontece no encontro com o outro, tornando-se um veículo de atualização dessa diferença no visível, que crie novos modos de subjetivação, novos modos de existência e novos tipos de sociedade.

Então, a aposta é numa prática de pensamento que não se resuma ao visível, ao que é conhecido, às regras e códigos que regem nossas relações em sociedade. Trata-se de dar passagem a um pensamento que se dá por sensação, no campo da afecção. A conjugação dos fluxos e partículas, aquilo que por nós ainda não é conhecido, que está aquém e além do eu, enquanto unidade circunscrita, podem gerar em nós estados inéditos, que fazem tremer nossos conhecidos contornos subjetivos. Isso nos desestabiliza e nos coloca a exigência de criarmos um novo corpo, novos modos de sentir, de pensar, de agir, ou seja, novos modos de existir que encarnem a diferença que reverbera, incomoda, à espera de um corpo que a traga pro visível.

Assim, notamos o quanto a problematização do conceito de cidadania enquanto cumprimento de direitos e deveres, que inclua a análise da noção de outro enquanto processo de diferenciação, que desestabiliza a suposta unidade do eu, pode permitir que outros modos de ser se criem, que outras relações com a sexualidade se engendrem, não se resumindo às categorizações e especificações das práticas sexuais, possibilitando escapes às discriminações que essa lógica produz.

É possível, portanto, outro processo de conquista de liberdade. Um processo que possibilite abandonarmos nossa carcaça de unidade individuada e isolável pelas identidades, conquistando a capacidade de selecionar e tomar decisões a favor das diferenças. Um exercício de se livrar da tutela do terror que se coloca ao termos nossos contornos abalados, colocados em xeque, para que o pensamento não fique a serviço exclusivo do homem da

moral e possa desenvolver seu trabalho de perambulação entre o invisível e o visível. (ROLNIK, 1990)

Esse terror promove uma força de resistência ao devir. O desafio que se coloca, então, é dar passagem ao devir, de modo que sua experimentação não se dê de forma desintegradora.

Segundo Guattari (2008), a idéia de devir está relacionada à possibilidade de um processo se singularizar ou não. Devir é movimento, passagem, referente à pluralidade e multiplicidade. Não se trata, portanto, de uma questão de identidade cultural, de retorno ao idêntico, ao arcaico. E no caso de traços arcaicos serem retomados, eles têm alcance subjetivo não enquanto arcaísmos, e sim na sua articulação num processo criador. O que o autor afirma é que não devemos confundir pluralidade e multiplicidade com a proliferação de identidades promovida pela subjetivação capitalística, que captura o movimento processual e o encerra em identidades. Afinal, a condição que mantém as sociedades capitalísticas é estarem calcadas na segregação subjetiva.

Aí entramos na discussão sobre minoria, estreitamente relacionada ao devir. Deleuze (1990) nos diz que o que diferencia maiorias e minorias não é o número. O que define a maioria é um modelo ao qual é necessário estar conforme. Já a minoria não tem modelo, é um devir, um processo. Desse modo, “todo mundo, sob um ou outro aspecto, está tomado por um devir minoritário que o arrastaria por caminhos desconhecidos caso consentisse em segui-lo” (p. 214).

As minorias acabam criando para si modelos, o que não é preocupante em si. Quando isso ocorre, é porque quer tornar-se majoritária, o que é sem dúvida inevitável para sua sobrevivência ou salvação. No entanto, a potência minoritária provém do que ela soube criar, e que passará mais ou menos para o modelo, sem dele depender. A minoria criadora não necessariamente desaparece quando conquista uma maioria. As duas coisas podem coexistir, pois são vividas em planos distintos (DELEUZE, 1990).

Guattari (2008) nos diz que há mutações trazidas pelas minorias que foram veiculadas através de outros modos de comunicação, não precisando de um estado maior central para serem discutidas e debatidas. Não se trata somente de transmissões programáticas e de idéias, e sim de transmissões de sensibilidades e de experimentação que não passam pela “instauração de uma internacional” (p. 145). As minorias são do campo da intensidade, da afetação, não sendo definidas por forma, tamanho ou extensão. Criam inovações sem ser pela negação, que caracteriza a oposição opressor/oprimido.

Aqui podemos retomar algumas dessas mutações minoritárias circuladas por certas práticas do movimento LGBT. No início do movimento, vimos a importância do Lampião,

veiculando o tema da sexualidade de um modo não-normativo, apresentando em termos de potência, de criação, e não de vulnerabilidade a questão da homossexualidade. Uma escrita que trazia a possibilidade de discussão e instigava discussões, inspirando grupos como o SOMOS, que em seu início apresentava elevado grau de transversalidade. Podemos também lembrar os Dzi Croquettes, que com a sua irreverência que bagunçava as categorias de gênero conseguia lotar as suas apresentações. Ambos os movimentos no contexto de forte repressão e censura da ditadura militar, e que apesar disso, se afirmavam enquanto práticas disruptivas, problematizadoras daquela ordem social. No entanto, vimos que aos poucos, e curiosamente, com o avanço da democracia, com a abertura de espaços de participação popular, fica mais difícil notar movimentos minoritários, e o que se fortalece é uma política de maioria, de institucionalização dentro do aparato do Estado.

O uso do espaço da conferência, que podia ser ocupado de modo questionador das categorias instituídas pelo dispositivo da sexualidade, acaba por reforçar tais categorias, e ainda que apareçam algumas propostas que indiquem um escape, a maior parte delas, pelo menos nos eixos analisados (saúde e direitos humanos) recoloca a identidade como algo fundamental para a garantia de direitos, além de pedir que o Estado promova, financie, regulamente práticas que antes justamente questionavam o próprio Estado.

Encontramos estas considerações na proposta seguinte: “Incentivar, por meio de financiamentos específicos, a produção de materiais sobre a população LGBT produzidos pelas organizações que defendem os direitos humanos dos LGBT.” Aqui, temos o pedido ao Estado para que este financie uma iniciativa que já foi dos grupos. Vemos aqui forças de captura que centralizam a discussão nos aparelhos do Estado. O próprio pedido já é feito na lógica hegemônica, identitária, que organizações que defendem os direitos humanos LGBT produzam tal material, que deve ser financiado pelo Estado. Algo que já foi resistência agora deve ser questionado: será que se financiado pelo Estado ainda será resistência? Será que o financiamento estatal inibe críticas ao funcionamento do próprio Estado?

Antes, à época do *Lampião da Esquina* e também da revista de psicologia *rádice*, não se colocava a necessidade de tal esquadramento. Os responsáveis pela produção e divulgação do material não tinham como requisito serem localizados em uma organização que defendesse direitos LGBT. E, além disso, vimos que o Estado é convocado a esse lugar, e responde a tal convocação; temos aí toda a discussão sobre o kit anti-homofobia, financiado pelo Estado e feito para ser distribuído nas escolas, como forma de ensinar alunos e professores a conviverem harmonicamente com as “diferenças” sexuais. Talvez o mais potente tenha vindo do fato do kit não ter circulado, toda a polêmica gerada em torno disso

possibilitou a abertura do debate e colocou em análise a política identitária presente nessas ações, tão desejadas pelo movimento social e corroborada pelas políticas públicas. Se por um lado a bancada religiosa do governo fez sua intervenção pela via do preconceito, do conservadorismo e das ameaças, dizendo que o kit induz a opções sexuais e que seria um formador de homossexuais, sendo uma ameaça à família brasileira⁵⁴, por outro lado o argumento que coloca em pauta as tais opções sexuais nos permite indagar até que ponto estamos rompendo com a lógica que permite tais argumentos, ou até onde ela está sendo reforçada, ainda que as intenções sejam as melhores, como a de desconstruir estereótipos e combater a discriminação.

Observando tudo isso, o que parece é que a função minoria parecia mais ativa na época da ditadura militar, o que a princípio é estranho; no entanto, talvez possamos afirmar que, quando a opressão está mais centralizada, quando pode ser vista, percebida de maneira evidente, é mais fácil criar enfrentamentos que rompem com a lógica que a mantém. É claro que, como nos diz Guattari (2008), o inimigo não se encontra só no Estado; está também em nossos próprios aliados, em nós mesmos, não só nos partidos políticos ou líderes que insistem em atualizar os modelos dominantes, mas também em nossas atitudes, nas mais diversas ocasiões. Ninguém está livre disso. E, aliás, é isso que também pode explicar o endurecimento do movimento no plano macropolítico. Quando o controle cada vez mais se descentraliza, quanto mais temos o avanço de um poder sutil, quanto menos localizado ele está, mais difícil é perceber seus efeitos, e mais fácil é a captura. Assim acontece com a abertura política e o avanço da democracia. Acabam os Dzi Croquettes, acaba o Lampião, e se fortalecem as ONGs com projetos financiados, as reivindicações identitárias.

No entanto, nem tudo está perdido. Ainda que essa macropolítica esteja atuando com mais força no contemporâneo, ela coexiste com a micropolítica. A própria Parada LGBT, onde aconteceram os encontros que fizeram emergir a questão deste estudo, é uma prática potente de ruptura com os padrões estabelecidos. A multidão ocupando as ruas, com alegria, festividade, fantasias e nenhuma vergonha de demonstrar afetos, diversas pessoas presentes, inclusive aquelas que não se enquadram nas categorias (eu estava lá, e muitos outros!) nos indica que há caminhos que podem instituir novos modos de existência, caminhos esses que prescindem de uma centralização nos aparatos do Estado. O que define um processo de singularização é a sua capacidade de captar os elementos da situação, construir seus próprios tipos de referências práticas e teóricas, “sem ficar nessa posição constante de dependência em

⁵⁴ Argumentos consultados na notícia disponível em: (<http://www.aroldedeoliveira.com.br/noticias/kit-anti-homofobia-bancada-evangelica-ameaca-ir-a-justica/>). Acesso em junho de 2011.

relação ao poder global, em nível econômico, em nível do saber, em nível técnico, em nível das segregações, dos tipos de prestígio que são difundidos” (GUATTARI, 2008, p. 55).

Guattari (2008) considera que a subjetivação capitalística traz enormes possibilidades de desvio, de reapropriação; porém, as lutas sociais devem atentar que o questionamento desse sistema deve se dar para além da luta em grande escala, pois cada vez menos os inimigos ou antagonistas são classificados em rubricas claramente definidas.

Assim, temos na Parada LGBT tanto a potência para modos de subjetivação singulares, quanto as forças de captura e manutenção da lógica hegemônica de existência. Ali, eu pude questionar a pergunta que me faziam, e me questionar: “o que sou? Do que gosto?” Ainda que ali fosse um espaço para afirmar a diversidade sexual, ali onde não se tratava de reivindicar coisas ao Estado, onde não havia a necessidade estratégica do uso da identidade, mesmo assim a lógica identitária estava presente. Decidi por não reforçá-la, não respondia a pergunta. Mas conversamos muito, rimos bastante, tiramos fotos, fizemos amizades. E pude perceber que o meu questionamento, ainda que por um curto momento, pôde também ser daquelas pessoas que encontrei. “Para que responder? Por que é importante saber?” Eles me respondiam com olhos de interrogação; também não me respondiam, pareciam nunca ter pensado sobre isso. “Não precisa saber, eu dizia”.

Vivamos a diferença, deixemos nos desestabilizar, nos deslocar por elas, a fim de que possamos sair do aprisionamento subjetivo efeito da política identitária, potencializando a criação de novos modos de existência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA ABERTURA AO DEVIR

Ao longo deste estudo, foi possível perceber que a identidade é muito presente nas práticas do movimento LGBT, que foi cada vez mais sendo colocada como necessária à atuação política. Facchini e Simões (2009) dizem que escolher e nomear de modo intencional uma identidade sexual pode ser um ato político, no sentido de afirmar um “pertencimento e tomada de posição diante das normas sociais que condenam, hostilizam ou reprimem a expressão da diversidade de orientação sexual” (p.33). Os autores vêem nas categorias de identidade uma potência de afirmar modos de vivência da sexualidade pela via da organização e descrição de tais experiências, o que permite defendê-las como legítimas e dignas de respeito. No entanto, os mesmos autores colocam que as categorizações podem ser responsáveis por novos modos de regular e restringir a sexualidade, admitindo que o próprio

movimento LGBT tem sua parcela de responsabilidade na “construção da gaiola em que acabaram aprisionados” (p.35).

Isso vai ao encontro da discussão sobre a emergência dispositivo da sexualidade, que se desenvolve através da incitação de discursos sobre o sexo, delimitando as práticas sexuais em categorias, que a partir de então passam a ser definidoras do sujeito. Vimos então como a sexualidade, com suas categorias, tornou-se um dispositivo de submissão da subjetividade, de controle de corpos, modos de ser e de populações.

E isso está intimamente relacionado ao Estado Democrático de Direito. O modelo que conhecemos hoje – de reivindicações de direitos ao Estado, baseadas em figuras identitárias – é analisado por Foucault, em sua discussão sobre a governamentalidade liberal, que designa o que é ou não competência do Estado, através da lógica do mercado. E governar, nesse sentido, é tratar de dirigir a conduta dos sujeitos, tendo como elemento indispensável para tal a manifestação da suposta verdade que há dentro de cada um, através de técnicas e procedimentos que possibilitem isso.

Sendo assim, discutimos os efeitos de pedir cada vez mais Estado em nossas vidas. Vimos como isso pode aparecer em forma de controle e gerenciamento da vida, alimentando processos de discriminação dos quais necessita um tipo de sociedade que, ao funcionar pela lógica de categorizações e especificações, separa modos de existência em legítimos e ilegítimos, e assim acontece com a sexualidade.

Com isso, não quero dizer que a luta pela garantia de direitos é prescindível. Retomando o acontecimento suscitado pela proibição da entrega do kit anti-homofobia, ressaltei que tal proibição, por abrir um debate, possibilita a reflexão sobre o que ganhamos com nossos pedidos ao Estado, com as exigências de mais Estado em nossas vidas. Ganhamos somente benefícios, liberdades? Tal questionamento não significa dizer que não há homofobia nas escolas, que crianças e adolescentes não são ridicularizados, agredidos, excluídos por conta do modo como se comportam sexualmente, nem muito menos quero dizer que essa não é uma discussão a ser feita a fim de enfrentar tais segregações. A crítica se dirige ao teor do material, que toma por base a política identitária para discutir, ou melhor, do modo e para quem foi formulado, ensinar sexualidade, explicando orientações e identidades sexuais, circunscrevendo a experimentação.

Sendo assim, defendo que essa discussão deve ser feita, mas sobre outras bases, instaurando uma nova lógica de escape às circunscrições, aos esquadrinhamentos de modos de existência. Seguindo as pistas de Foucault (1984), este nos diz que “os direitos do indivíduo no que diz respeito à sexualidade são importantes, e mais ainda nos lugares onde não são

respeitados.” Assim como o autor, considero que os indivíduos devem ter a possibilidade e o direito de fazerem suas escolhas sexuais, sem serem discriminados por isso. Porém, assim como o autor, penso que a aposta se dá numa sexualidade que crie e afirme uma nova cultura através da experimentação sexual, e isso não é o mesmo que criar uma cultura específica LGBT, e sim criar uma nova cultura, novos modos de vida que se instaurem por meio das escolhas sexuais, éticas e políticas, que não fique restrito ao gueto das categorizações e especificações, das quais tanto necessita o biopoder.

Vimos que a partir dos anos 80 é crescente o ativismo LGBT institucionalizado em ONGs e com projetos financiados pelo governo. E também o quanto isso necessita de identidades que definam o público-alvo de tais projetos. A questão do kit anti-homofobia não é diferente. Temos aqui a produção de um material que visa ensinar sobre sexualidade a partir de categorizações e especificações, produzido por uma ONG e financiado pelo Estado. Se antes, nos anos 60 e 70 havia grupos que se organizavam com produções independentes do Estado, e teciam críticas ao funcionamento da sociedade no que tange ao problema da sexualidade, hoje vemos uma mescla dos discursos do movimento social e do Estado. Notamos o quanto a luta foi capturada pela máquina capitalística, que atrela financiamento e subjetivação. O kit surge a partir de um convênio do Ministério da Educação com uma ONG, para que esta produzisse o material, e a circulação deste foi suspensa pelo próprio governo, por conta de pressões da bancada religiosa, que argumentava que o conteúdo do kit induzia a opções sexuais. Tal suspensão foi vista como algo absurdo pelo movimento social, que afirma o necessário combate, por parte do Estado, à homofobia nas escolas. Os argumentos da bancada religiosa certamente eram discriminatórios – em favor da família brasileira, colocando homossexuais como perigosos a esta instituição. No entanto, talvez fosse necessário dar certa atenção ao argumento das opções sexuais, que estavam colocadas no material. Toda essa discussão acaba por evidenciar as contradições, os tensionamentos. As identidades estavam ali colocadas, e foram criticadas pela bancada religiosa, havendo assim a suspensão do kit. Será que isso nos mostra que é preciso fazer diferente? Não está na hora de pensar escapes a essa lógica identitária?

Ao longo deste estudo, senti dificuldades em encontrar tais escapes. Porém, ainda que fosse possível notar, recorrentemente, embates reativos, como a criação do GALF alegando opressão pelo machismo dos integrantes do SOMOS, e a colocação da letra L de lésbicas no início da sigla LGBT como forma de reagir ao machismo gay, é possível notar, nos movimentos de recomposição da sigla, algumas pistas que nos indicam tensionamentos criadores de novos problemas, como a incorporação polêmica dos bissexuais e travestis

enquanto segmento especificado no movimento. A insistência destes em se afirmarem da maneira como se afirmam, incomodando as identidades claramente circunscritas, ainda que com isso tenham dificuldades em se tornarem alvo de políticas públicas nos indica outras possibilidades de fazer política. Como nos diz Deleuze e Guattari (1997):

Não é em termos de independência, mas de coexistência e de concorrência, num campo perpétuo de interação, que é preciso pensar a exterioridade e a interioridade, as máquinas de guerra de metamorfose e os aparelhos identitários de Estado, os bandos e os reinos, as megamáquinas e os impérios. Um mesmo campo circunscreve sua interioridade em Estados, mas descreve sua exterioridade naquilo que escapa aos Estados ou se erige contra os Estados (p.19)

Solução para o problema das identidades, não as tenho, nem pretendo ter. De soluções, as mais diversas, esse campo está cheio. Em sala de aula, apresentando minha pesquisa aos alunos da graduação, fui interpelada por tal questionamento: “mas você chegou a pensar em alguma solução, mesmo que não seja esse o seu objetivo?” Não pensei. Vivi – os afetos, os tensionamentos do tema em questão. E dialoguei com a vontade científica de soluções, de previsões: construí um campo problemático. Questões estão levantadas, problemas e contradições estão expostos. Façam com eles o que quiserem. Espero que as inquietações e procurei transmutar em análises possam servir, ganhar desdobramentos em outros usos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AGUIAR, K.F. **Ligações perigosas e alianças insurgentes - subjetividades e movimentos urbanos**. São Paulo : Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2003.

_____. & ROCHA, M. Micropolíticas e o exercício da pesquisa-intervenção: referenciais e dispositivos em análise. In: **Psicologia-ciência e profissão**, vol.27, nº 4, 2007.

_____. Entreatos: percursos e construções da psicologia na rede pública de ensino. In: **Revista Estudos e Pesquisa em Psicologia** (Online), v. 10, p. 68-84, 2010. (ISBN1808-4281)

ARANTES, J. Vivendo no entre-lugar: Raça e Homossexualidade na construção de identidades. In: **Retratos do Brasil homossexual** – fronteiras, subjetividades e desejos. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, imprensa oficial, 2010.

ARENDT, H. “O que é política?” **Fragmentos das obras póstumas compilados por Úrsula Ludz**. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1999.

BAPTISTA, L. Noturnos urbanos: interpelações da literatura para uma ética da pesquisa. In: **Estudos e Pesquisas em Psicologia** (Online), 2009.

BARROS, R. Pesquisa-ação / Pesquisa-intervenção. In: **Grupo: afirmação de um simulacro**. 1994. Tese (Doutorado em Psicologia Clínica) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo.

_____. Clínica Grupal. In: **Revista do Departamento de Psicologia UFF**, v. 7, nº 1, 1995.

_____. Dispositivos em ação: o grupo. In: **Saúde e Loucura** 6, Ed. Hucitec, São Paulo, 1997.

BICALHO, P. **Subjetividade e abordagem policial: Por uma concepção de direitos humanos onde caibam mais humanos**. 2005. Tese (Doutorado em Psicologia). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

BOZON, M. **Sociologia da sexualidade**. Rio de Janeiro: editora FGV, 2004.

BRAIDOTTI, R. **Sujetos nômades – corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea**. Paidós, Buenos Aires, 2000.

BRASÍLIA. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conferência Nacional LGBT propostas aprovadas – relação preliminar**. Brasília, 2008. 64p.

CARRILLO, J. Entrevista com Beatriz Preciado. **Cadernos pagu** (28), janeiro-junho de 2007, pp. 375-405.

COIMBRA, C.; MONTEIRO, A. & MENDONÇA, M. Estado democrático de direito e políticas públicas: estatal é necessariamente público? In: **Psicologia e sociedade**; 18(2): 7-12; mai/ago. 2006.

COIMBRA, C. Práticas da psicologia social com (o) movimentos de resistência e criação. In: Bonamigo, S.; Tondin, C.; e Bruxel, K (orgs) . **As práticas da psicologia social com (o) movimentos de resistência e criação**. Porto Alegre, Abrapso Sul, 2008.

CONDE, M. **O movimento homossexual brasileiro, sua trajetória e seu papel na ampliação do exercício da cidadania**. 2004. Dissertação (mestrado em Sociologia). Universidade Federal de Goiás. Goiânia.

CONSELHO Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual**. Brasília : Ministério da Saúde, 2004.

DELEUZE, G. & GUATTARI, F. Micropolítica e segmentaridade. In: **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 3**, tradução de Aurélio Guerra Neto et alii. — Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996.

_____. Introdução: Rizoma. In: **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 1**, tradução de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. — Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995.

_____. Tratado de nomadologia: a máquina de guerra. In: **Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia, vol. 5**, tradução de Peter Pál Pelbart e Janice Caiafa. — Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997.

DOWNING, J. **Mídia Radical- rebeldia nas comunicações e movimentos sociais**. São Paulo, Editora SENAC São Paulo, 2002.

DREYFUS, H. ; RABINOW, P. **Michel Foucault, uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 1995.

FACCHINI, R. **Sopa de Letrinhas? Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____ e SIMÕES, J. **Na trilha do arco-íris- do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

FERREIRA, A. “**Mente, corpo, imaginação e memória em Espinosa**”. Disponível em www.portalcienciaevida.com.br. Acessado em janeiro de 2011.

FOUCAULT, M. “**História da sexualidade I: a vontade de saber**”. Rio de Janeiro, edições Graal, 1988.

_____. “ **Nacimiento de la biopolítica** ” : curso en el College de France. Buenos Aires, Fondo de Cultura Economica, 2007.

_____. Nietzsche, a genealogia e a história. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, edições Graal, 1979.

_____. Os intelectuais e o poder. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, edições Graal, 1979.

_____. A governamentalidade. In: **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro, edições Graal, 1979.

_____. **Resumo dos cursos do Collège de France**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 1997.

_____. Aula de 17/03/76. In: **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Sexo, poder e política de identidade**. Entrevista com B. Gallagher e A. Wilson, Toronto, junho de 1984. Disponível em www.filoesco.unb.br/foucault.

_____. Sobre a história da sexualidade. In: Machado, R. (org). **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRY, P. & MACRAE, E. **O que é Homossexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

GUATTARI, F.; ROLNIK, S. **Micropolíticas: Cartografias do desejo**. Petrópolis, Vozes, 2008.

LAMPIÃO DA ESQUINA. **Editorial, edição experimental número zero**, abril de 1978. Disponível em: http://www.grupodignidade.org.br/blog/?page_id=53.

LEITÃO, Maria Beatriz Sá. Clínica e processos de subjetivação. In: **grupos e instituições em análise**. Heliana de Barros Conde Rodrigues, Maria Beatriz Sá Leitão, Regina Duarte Benevides de Barros (orgs.). Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

LOURAU, R. **Análise Institucional e práticas de pesquisa**. Curso ministrado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1993.

MACIEL, C. Desigualdade e exclusão social: da experiência objetiva à subjetivação da experiência. In: **Democracia e subjetividade: a produção dos sujeitos democráticos**. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2010.

MELO, A. Análise das relações da cegueira com o mundo cego – a institucionalização do corpo cego – esboço de uma análise no papel. In: **grupos e instituições em análise**. Heliana de Barros Conde Rodrigues, Maria Beatriz Sá Leitão, Regina Duarte Benevides de Barros (orgs.). Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1992.

NEVES, C. E. A. B., JOSEPHSON, Sílvia Carvalho. A Crítica como Clínica. In: **Texturas da Psicologia- Subjetividade e Política no Contemporâneo**. 1º ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 99-108.

PEREIRA, P.P.G. **Corpo, sexo e subversão: reflexões sobre duas teóricas queer**. **Interface Comunicação Saúde e Educação**, v.12, n.26, p.499-512, jul./set. 2008

PRECIADO, B. Multidões queer – notas para uma política dos “anormais”. In: **Estudos Feministas**, v. 19, n 1, Florianópolis, janeiro-abril/2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v19n1/a02v19n1.pdf>.

RODRIGUES, H. **Pensando minorias sexuais e de gênero na perspectiva de política pública e de política de subjetivação**. 2010. Dissertação (mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória.

ROLNIK, Suely. À sombra da cidadania: alteridade, homem da ética e reinvenção da democracia. In: **A cidadania em Construção: uma reflexão transdisciplinar**. São Paulo: Cortez, 1994.

SOBOTTKA, E. Subjetividade e democracia na modernidade periférica – reflexões sobre produção e reprodução de pobreza e desigualdade social no Brasil. In: **Democracia e**

subjetividade: a produção dos sujeitos democráticos. Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2010.

SANTOS, R. **“Movimentos sociais urbanos”**. São Paulo, editora UNESP, 2008.

SANTOS, A. D. & JACÓ-VILELA, A. M. Rádice: Passado e Futuro. In: **Psicologia & Sociedade**, 17 (3), 18-24, set-dez: 2005.

TELLES, V. (1996) **Direitos sociais: afinal, do que se trata?** Disponível em: http://www2.ibam.org.br/municipiodh/biblioteca%2FArtigos/Direitos_sociais.pdf

TREVISAN, J. Homocultura e política homossexual no Brasil: do passado ao por-vir. In: **Retratos do Brasil homossexual – fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: editora da Universidade de São Paulo, imprensa oficial, 2010.

VEYNE, P. Foucault revoluciona a historia. In: **Como se escreve a história; Foucault revoluciona a história**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1982.

WOOD, E. **“Democracia contra capitalismo – a renovação do materialismo histórico.”** São Paulo, Boitempo editorial, 2003.

Sites visitados:

<http://www.aids.gov.br/pagina/duvidas-frequente>

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/2011/05/05/relator-diz-que-decisao-sobre-uniao-civil-gay-tera-consequencias-imprevisiveis.jhtm>

<http://www.tribunadonorte.com.br/noticia/maioria-no-stf-aprova-uniao-civil-homossexual/180528>

<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/novo-portal-vai-receber-denuncias-de-homofobia-no-rio-de-janeiro-20110518.html>

(http://www.ecos.org.br/projetos/esh/esh_kitcaderno.asp)

http://www.correiodoestado.com.br/noticias/veja-videos-do-kit-anti-homofobia-do-mec_111320/

(<http://g1.globo.com/vestibular-e-educacao/noticia/2011/05/dilma-rousseff-manda-suspender-kit-anti-homofobia-diz-ministro.html>) .

(<http://oglobo.globo.com/pais/mat/2011/05/26/apos-polemica-com-kit-anti-homofobia-governo-vai-avaliar-materiais-de-ministerios-relacionados-aos-costumes-924542697.asp>)

<http://www.plc122.com.br/orientacao-e-identidade-de-genero/entenda-a-diferenca-entre-identidade-e-orientacao/>)

<http://www.cem.rs.gov.br/arquivos/oque.pdf>

http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/participacao_parceria/conferencias/2007/o_que_sao_as_conferencias.pdf

<http://www.aroldedeoliveira.com.br/noticias/kit-anti-homofobia-bancada-evangelica-ameaca-ir-a-justica>

http://pt.wikipedia.org/wiki/Transtorno_de_identidade_de_g%C3%AAnero

APÊNDICE A- PROPOSTAS DA I CONFERÊNCIA NACIONAL LGBT UTILIZADAS
COMO MATERIAL DE ANÁLISE

Eixo direitos humanos

Incentivar, por meios de financiamentos específicos, a produção de materiais sobre a população LGBT produzidos pelas organizações que defendem os direitos humanos dos LGBT.

Ampliar o diálogo com a população LGBT através da sociedade civil organizada LGBT.

Apoiar a elaboração de uma agenda comum entre os movimentos LGBT, indígena e étnicos-raciais, de mulheres, juventude, deficientes LGBT com realização de seminários, reuniões, oficinas de trabalho sobre o racismo e a homofobia, machismo, sexismo, preconceito de gênero, de classe, raça e etnia, pessoas com deficiência e com recorte geracional.

Eixo Saúde

Garantir a implementação e o aperfeiçoamento das ações de prevenção e enfrentamento da epidemia de AIDS e outras DSTs, incentivando o teste precoce ao HIV, desvinculando a epidemia de HIV/AIDS da população LGBT, implantando o Plano de Enfrentamento da Feminização da AIDS e o Plano de Enfrentamento da AIDS entre gays HSH e travestis.

Implementar políticas específicas de prevenção em DST/HIV/Aids e Hepatites Virais para mulheres lésbicas e bissexuais, na perspectiva dos direitos sexuais e reprodutivos, e em Redução de Danos em parceria com a sociedade civil organizada que trabalha com esta população.

Promover campanhas de vacinação contra hepatite B entre travestis e transexuais e profissionais do sexo e nos centro multidisciplinares de atendimento à Transexuais.

Fomentar a realização de pesquisas científicas e estudos para produção de protocolos e diretrizes a respeito da hormonioterapia, implante de próteses de silicone e retirada de silicone industrial para travestis e transexuais, bem com estudos sobre mastectomia e histerectomia em transexuais.

Contribuir para retirar transexualismo e travestismo do CID (Código Internacional de Doenças) e DSM-IV (Manual de Diagnóstico e Estatística das Perturbações Mentais).

Apoiar a revisão, pelo Ministério da Saúde, da restrição da doação de sangue por parte da população LGBT e capacitar os profissionais de saúde dos hemocentros para abordagem mais qualificada dos doadores.

Facultar aos usuários, identificação nos prontuários de atendimento quanto à

orientação sexual e identidade de gênero, para melhorar o atendimento e as orientações.

Incorporar nas ações, materiais e campanhas de prevenção, os conhecimentos acumulados e resultados de estudos sobre orientação sexual e **identidade** de gênero, **vulnerabilidades** e redução de danos. Os conteúdos dos materiais educativos devem ser atraentes, marcados pela criatividade e adequação de linguagem, além de garantir sua continuidade, periodicidade e capilaridade.

Dados para cadastramento da obra:

Título: políticas identitárias em análise nas lutas em defesa da diversidade sexual

Local: Niterói

Data de criação: agosto de 2011

Licença: [
](http://creativecommons.org/licenses/by/3.0/)O trabalho Creative Commons - Atribuição 3.0 Não Adaptada.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)